

Colegas delegados,

Este caderno traz o Texto Referência, baseado nas resoluções de todos os congressos já realizados pelo SINPEEM, e as emendas apresentadas por profissionais de educação associados ao sindicato, agregando propostas referentes à nossa luta em defesa dos direitos e reivindicações da categoria, bem como de todos os trabalhadores.

Por isso, devemos debater, além da atual realidade educacional – visando manter e ampliar a nossa busca por qualidade para a educação pública em todo o país –, as políticas internacional, nacional e municipal, que mexem com o cotidiano de toda a sociedade brasileira.

Desejamos um ótimo Congresso a todos!

A DIRETORIA

CLAUDIO FONSECA

Presidente



SINPEEM

**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM
EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL-SP**

Obs.: os textos e a revisão dos mesmos são de EXCLUSIVA responsabilidade dos autores.

21º CONGRESSO DO SINPEEM
“A necessária opção pela escola pública”

De 26 a 29 de outubro de 2010

TEXTO REFERÊNCIA E EMENDAS

**COMPROMISSO E LUTA POR UM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL, COM IGUALDADE SOCIAL**

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - SINPEEM TEM CLARA OPÇÃO PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA

1.1.A - No que diz respeito às políticas públicas, além de exigir a sua elevação a um novo patamar de investimentos, qualidade, gestão participativa e transparência, devemos lutar para que os governos traduzam as reiteradas declarações de uma clara opção pela Educação, em uma verdadeira revolução no país. Precisa-se introduzir um sistema de ensino e formação cada vez mais adequado a uma sociedade e a uma economia em mudança, qualificar a escola pública, tornar obrigatório e garantir o ensino médio a todos, isto é, a conclusão da educação básica, a fim de fazer o jovem, além de dominar conteúdos, se relacionar com o conhecimento de forma ativa, construtiva e criadora, e alargar as novas oportunidades de formação para todos.

1.1.B - Os governos federal, estadual e municipal, embora não digam, estão alinhados na política educacional. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de Lula se baseia na meritocracia, com aplicação de bônus para os que atingem as metas do governo em detrimento de aumento salarial, avaliações internas e externas que provocam a divisão dos trabalhadores e os responsabilizam pela precarização do ensino público e pela má qualidade da educação.

1.1.C - Abrir o debate sobre a obrigação do Estado, envolvendo os profissionais de educação e a população em geral, deixando claro que a nossa opção é pela educação pública, gratuita, laica e de qualidade social para todos e em todos os níveis, é a nossa maior tarefa e obrigação.

1.1.D - Acreditamos nos espaços democráticos de discussão coletiva e reivindicamos que eles existam, de fato, como forma de rearticular os movimentos em defesa da escola pública estatal e educação de qualidade para todos, da educação infantil ao ensino superior.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA democráticos O TEXTO exceto nos fóruns tripartites, FICANDO O PARÁGRAFO 1.1.D COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

1.1.D - Acreditamos nos espaços democráticos, exceto nos fóruns tripartites, de discussão coletiva e reivindicamos que eles existam, de fato, como forma de rearticular os movimentos em defesa da escola pública estatal e educação de qualidade para todos, da educação infantil ao ensino superior.

1.1.E - Desde os anos 90, acentuou-se nas políticas educacionais a influência dos organismos internacionais, que caracterizaram uma redução do papel do Estado no atendimento à educação pública (medida observada na centralização de recursos no ensino fundamental, na municipalização, na expansão do ensino superior privado, na terceirização de serviços públicos, na omissão quanto ao financiamento quando, ao mesmo tempo, aumentou o controle por meio de avaliações externas).

1.1.F - Para nós, estas políticas, observadas nas esferas federal, estadual e municipal, impedem que se efetive o direito à educação pública estatal, laica, gratuita e de qualidade social para todos. Impedimento, que faz a educação deixar de se ser direito para se tornar mercadoria.

1.1.G - Temos consciência de que a democratização da educação é elemento constitutivo da política de radicalidade democrática em todas as dimensões da vida, por contribuir na construção de novos sujeitos sociais capazes de interferir no processo transformador da sociedade. Para nós, profissionais de educação, democratizar a educação significa:

- a)** assegurar a todos os brasileiros as condições de acesso e permanência no sistema da educação escolar, por meio da oferta do ensino público e gratuito, em todos os níveis;
- b)** assegurar educação básica de qualidade, contemplando o atendimento à educação infantil, ao ensino fundamental e médio, inclusive a oferta do ensino noturno regular para jovens e adultos;
- c)** instaurar a escola básica produtora e transformadora das normas do saber escolástico para novos rumos do conhecer, participar e viver, buscando a superação da escola de hoje, reprodutora dos valores e ideais de desigualdade social;
- d)** proporcionar a educação profissional em nível técnico, mediante ampliação do ensino médio em concordância com o progresso científico-tecnológico e as necessidades do processo produtivo e suas especializações;
- e)** implantar uma política de valorização do magistério, garantindo condições dignas de trabalho e remuneração adequada às suas responsabilidades profissionais e níveis de formação;

- f) cumprir os dispositivos constitucionais de aplicação pela União, estados, Distrito Federal e municípios das respectivas quotas do orçamento na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- g) democratizar os órgãos decisórios, por meio da participação organizada dos profissionais da educação, alunos, pais, organizações comunitárias nos Conselhos Deliberativos, tendo como atribuição, inclusive, o emprego de mecanismos para o controle da aplicação de recursos destinados à rede pública de ensino;

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI

SUBSTITUIR A LETRA g:

- a) **pressionar os órgãos decisórios, por meio da luta organizada dos profissionais da educação sem que nossas entidades de classe participem de fóruns com patrões, governos e ONGs (a sociedade civil), pois são instrumentos tripartites de cogestão para paralisar a luta independente dos trabalhadores;**
- h) recuperar a credibilidade social da universidade pública frente ao seu papel de produtora do saber científico e tecnológico, na estrita relação com os mundos do trabalho e da cultura;
- i) autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial no sentido do fortalecer a universidade pública.

1.1.H - ENCAMINHAMENTO:

- a) o SINPEEM deve realizar campanhas permanentes que explicitem sua clara opção e defesa pela escola pública, gratuita, laica, de qualidade social, para todos e em todos os níveis.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 10 – COLETIVO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 1 A 1.1.H

SINPEEM DEVE TER UMA NOVA CONCEPÇÃO PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Defendemos uma escola estatal como espaço de atuação que possibilite uma formação para a luta de classes. A concepção de escola pública em todos os níveis, elaborada pelos trabalhadores tem que ser, sobretudo uma alternativa de construção de um conhecimento que venha ao encontro das necessidades de transformação da sociedade capitalista, hoje em processo de globalização, e cada vez mais excludentes. Essa escola deve estar voltada para as expectativas dos trabalhadores dos trabalhadores que a freqüentam ou nela têm seus filhos.

Sendo assim, o processo de construção do conhecimento, que não nega a apropriação dos mesmos e os seus desdobramentos, devem ser instrumentos de libertação para os trabalhadores. A escola e seus educadores devem atuar como mediadores entre o conhecimento já produzido e sistematizado pela humanidade e apropriado pela classe e a realidade dos educandos.

2 - POLÍTICA INTERNACIONAL

2.1 - VIVEMOS NUM MUNDO CADA VEZ MAIS GLOBALIZADO E INTERDEPENDENTE

2.1.A - Ao contrário do que muitos alardeiam, continuam as incessantes transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, tendo como epicentro as contradições existentes entre as potências capitalistas. Tais transformações se estendem por todo o planeta, provocam modificações em todas as esferas da vida em sociedade e estão condicionadas politicamente à chamada revolução científico-tecnológica, determinando profundas mudanças na esfera do conhecimento e de sua utilização no plano da produção econômica.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 6 – UNIDADE CLASSISTA – TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 2.1.A:

A CRISE E AS GUERRAS

Vivemos mais uma crise de superprodução do capitalismo. No capitalismo, a produção não se organiza para satisfazer as necessidades do povo, mas sim para satisfazer a necessidade de lucro do capitalista. Para garantir a margem de lucro, a burguesia precisa aumentar a exploração dos trabalhadores, o que limita o poder de compra dos salários. Assim, periodicamente, o sistema entra em crise, que, para ser resolvida na lógica do capitalismo, alimenta os elementos de uma nova crise.

As guerras imperialistas são usadas para destruir forças produtivas, possibilitando uma aplicação lucrativa para os capitais empregados na “reconstrução” das áreas atingidas. São essas necessidades da grande burguesia que explicam a pressão do governo dos EUA para impor uma guerra ao Irã.

2.1.B - Uma das mais notáveis consequências dessa revolução foi o enorme desenvolvimento das forças produtivas, evidenciado pela incorporação à produção de uma série de inovações tecnológicas, que culminaram na atual circulação de informações e capitais pelo mundo, em tempo real. Correlato a esse incremento do uso sistemático de novas tecnologias foi o paulatino desmantelamento dos processos produtivos e da organização do trabalho e de acumulação e concentração de riquezas nas mãos de poucos, enquanto bilhões de pessoas vivem na total miséria.

2.1.C - No processo, esses dois elementos constitutivos da revolução científico-tecnológica se alimentaram mutuamente e passaram a definir o ocaso da sociedade industrial e sua substituição, em um nível cada vez mais amplo e profundo, por um outro tipo de sociedade organizada, sobretudo em torno da produção e circulação de conhecimento.

2.1.D - O resultado desse processo é o surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho, deslocando o processo produtivo industrial para alguns países em desenvolvimento, em função do baixo custo da mão de obra nativa, da parca legislação ambiental e trabalhista e do incipiente exercício democrático de gestão do poder, redesenhando as contradições inerentes ao modelo capitalista de desenvolvimento.

2.1.E - A divisão do mundo entre URSS e Estados Unidos deu lugar à intensificação da exploração do trabalhador pelos mecanismos da automação.

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 6 – UNIDADE CLASSISTA – TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

SUPRIMIR O PARÁGRAFO 2.1.E

2.1.F - A globalização pôs em evidência forças antagônicas – as da conservação e as da mudança do *status quo* – que têm marcado o desenvolvimento do seu próprio processo. De um lado, o surgimento de novas realidades trazidas pelos, assim chamados, “países emergentes”, inclusive o Brasil, capitaneados pela China, que têm assumido crescentemente o processo de industrialização e produção de mercadorias, incorporando ao mercado produtor e consumidor bilhões de pessoas, aumentando a escalada de degradação do meio ambiente. Do outro lado, os países centrais do capitalismo desenvolvido (EUA, Europa e Japão), produzindo conhecimento e novas tecnologias.

2.1.G - Ao lado desse avassalador desenvolvimento econômico resiste, paradoxalmente, o papel do Estado-Nação como instância definidora de políticas macroeconômicas no âmbito de blocos regionais, incrementando as tensões “centro-periferia” como resultado da nova divisão internacional do trabalho que cria arquipélagos de bem-estar, rodeados de um mar de pobreza que atinge também os países do centro.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 7 – OPOSIÇÃO DE LUTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 2.1.G:

A crise econômica mundial não estancou. Pelo contrário, aprofunda-se, com vários países em colapso. Apesar de todos os prognósticos otimistas, os países imperialistas não alcançam a retomada de crescimento e os países semicoloniais, também não. São os trabalhadores que estão pagando por essa crise, o ataque sobre os servidores públicos é brutal.

Para conter custos, os governos demitem em massa os funcionários públicos, seja indiretamente pelas privatizações, terceirizações, parcerias com setores privados ou diretamente, fechamento de postos de trabalho. Educação e Saúde são os setores mais atingidos.

Há, pois, um avanço mundial do desemprego, da inflação e crescimento negativo. O desemprego e o arrocho salarial são os principais efeitos dessa crise da superprodução do sistema capitalista.

2.2 - CRISE FINANCEIRA ECONÔMICA PERMANENTE E CONSEQUÊNCIAS

2.2.A - A crise econômico-financeira se instalou com maior gravidade nos últimos anos no seio das nações mais poderosas. De início, hipótese não afastada total e definitivamente, afirmou-se ser uma crise sistêmica do capitalismo, atingindo, de forma inédita, toda a finança mundial e restando o crescimento econômico, de maneira profunda e ampla, delineando um novo desenho geopolítico.

2.2.B - Os Estados Unidos, antes coração financeiro do mundo capitalista, construiu nos últimos anos um monumental déficit fiscal, que está na base da crise financeira que atravessa. Além disso, sua economia vem perdendo competitividade, como se vê na situação de sua indústria automobilística e de outros setores, a par de alguns indicadores que demonstram recuperação neste ano.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – COLETIVO DE EDUCADORES INDEPENDENTES E DE LUTA

SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 2.2.A E 2.2.B:

A crise estrutural do sistema capitalista, que teve como estopim o colapso ou estouro da bolha de crédito com o aumento da inadimplência dos títulos imobiliários nos Estados Unidos, centro financeiro e pilar de sustentação de toda política de espoliação e exploração do trabalho em nível mundial, mostrou mais uma vez a incapacidade de contenção do ímpeto do sistema de se autodestruir e de se reconstruir através da reprodução do sistema com mais exploração. No entanto, como é de praxe nestes momentos de turbulências, acabam-se os discursos dos liberais e da burguesia financeira e industrial da auto regulação dos mercados, e, de conjunto, defendem a intervenção do estado para salvar o sistema, principalmente o financeiro e bancário que especulam com títulos da dívida imobiliária.

2.2.C - À medida que se aprofunda a crise econômica e igualmente as conquistas da ciência e da tecnologia, mais evidente se torna a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento atual, marcado pela degradação do meio ambiente, pela massiva utilização de petróleo como base do processo industrial, (como se vê em nosso país, que aposta na exploração da camada pré-sal) e pela crescente cristalização das desigualdades mundiais, quando apenas 20 países (G-20) são responsáveis por mais de 80% da produção mundial.

2.2.D - Com o recrudescimento da crise econômico-financeira e a clara impossibilidade de soluções nos marcos do capitalismo, as tensões internas e externas dos países se tornam cada vez mais complexas, pelo próprio processo de globalização capitalista, desigual em sua natureza, e pelas novas demandas impostas por um desenvolvimento que não ameace a sobrevivência da humanidade.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – UNIDOS PARA LUTAR – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS)

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 2.2.D:

A ação de rapina do imperialismo tem sido cada vez mais agressiva. A recuperação da economia capitalista, somente com reformas econômicas tem tido cada vez menos fôlego para manter as taxas de lucro e patamares necessários para a reprodução do capital. A guerra tem sido a saída mais procurada por esses países.

Ao mesmo tempo é animador para a luta de classes, do ponto de vista dos trabalhadores, ver a resistência do povo iraquiano e afegão que, tudo indica, não vão desistir até que todas as tropas de ocupação deixem seus territórios.

2.2.E - Para tanto, cada vez mais será necessário um arranjo internacional sólido, não só na articulação das políticas financeiras dessas nações, mediadas por organismos internacionais, como na questão da distribuição das riquezas produzidas e sua sustentabilidade, que se torna o centro da luta política entre as forças da conservação e da mudança em escala global.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 2.2.E:

Vivemos as consequências da crise mundial do capitalismo, com milhões de demissões, pilhagem e miséria, crise enfrentada pela resistência dos trabalhadores e povos em mobilizações e greves, da China à Alemanha. Os poderosos reagem forçando a formação da “união nacional” (situação e oposição juntos no governo – fóruns tripartites com sindicatos) para driblar possíveis resistências e executar as duras medidas exigidas pelo “mercado” e recomendadas pelo G20 sob a batuta do imperialismo estadunidense.

No Brasil, esse é o conteúdo dos sinais que o imperialismo e a classe dominante multiplicam com exigências ao novo governo. Querem cortes de gastos, novas privatizações, outra contrarreforma da previdência e a reforma tributária em seu benefício, como defendem os pró-imperialistas do PSDB/DEM.

2.3 - LUTAR PARA SUBSTITUIR O SISTEMA ECONÔMICO ATUAL

2.3.A - É cada vez mais evidente que a magnitude dos problemas postos pela crise e as necessidades da humanidade e do planeta extrapolam em muito a capacidade resolutive dos Estados nacionais. A contradição que a crise evidencia é a necessidade urgente de regulação política sobre os mercados.

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 6 – UNIDADE CLASSISTA – TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

SUPRIMIR O PARÁGRAFO 2.3.A

2.3.B - A acumulação de capital tem sido ampliada em escala planetária, assim como o fluxo de informações, em “tempo real”. O mesmo não ocorre com as demais dimensões da vida social, levando ao paroxismo a dominância da lógica da acumulação capitalista. Acontece que o apogeu do modo de produção capitalista e do fetichismo da mercadoria nos afastou das qualidades das coisas, nos deixando envoltos na névoa cinza das quantidades. Ao capital só interessa acumular mais, ao consumidor só resta desejar consumir mais, sempre mais.

2.3.C - Superar esse paradoxo exige rupturas. Rupturas na extensão da consciência histórica, na relação com a natureza, no modo de produzir e consumir e uma ação política concentrada na esfera global.

2.3.D - O mercado, como se sabe, não conhece outros valores além da maximização da acumulação de capital, do crescimento econômico, sendo totalmente incompetente para considerações relativas à liberdade e qualidade de vida das futuras gerações. Valores como os decorrentes de reflexões relativas à justiça social ou de preocupações com o desenvolvimento sustentável têm de ser impostos ao mercado, de um lado, de fora para dentro, via regulação, e, de outro lado, por meio de efetiva participação da cidadania na ampliação de sua influência sobre as políticas públicas.

2.3.E - Não há quem não concorde que as transformações no modo de produzir e consumir serão inevitáveis. Sem pensar em superar a economia de mercado, a velocidade e a flexibilidade deste tipo de economia são, ao lado do uso intensivo de ciência, da tecnologia, da permeabilidade das ações organizadas da cidadania, mais do que nunca, indispensáveis.

2.3.F - Por isso, um importante desafio para um projeto de mudança social está na maneira de compreender e de intervir no próprio mercado, que nada mais é que uma estrutura social que funciona com base em pressões sociais. Outro desafio é fazer com que os movimentos sociais sejam, independentes e protagonistas da maneira como os mercados se estruturam, buscando a equidade e a justiça social.

2.3.G - Os trabalhadores precisam e devem lutar por uma nova sociedade, fundamentada nos princípios da solidariedade humana, igualdade social, direito e soberania dos povos e das liberdades.

2.4 - REPENSAR E MUDAR A RELAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE E A NATUREZA É UM GRANDE DESAFIO PARA A HUMANIDADE

2.4.A - A crise mundial trouxe a necessidade de se repensar a relação entre a sociedade e a natureza. O desafio, hoje, está na construção de um conjunto de propostas capazes de fazer da valorização e do uso sustentável da biodiversidade a base para um novo modo de produzir e distribuir riqueza.

2.4.B - Submeter a produção material às necessidades sociais seria a forma de ultrapassar o predomínio da própria racionalidade econômica do capitalismo, fundada, simplesmente, na lógica de reprodução incessante do capital. Por isso, é fundamental criar um novo tipo de desenvolvimento que seja consistente com os limites dos bens e serviços que a natureza do planeta renova e nos oferta. Daí a necessidade de valorar esses serviços nas contas nacionais e na contabilidade de custos das empresas. E colocar, conscientemente, sob controle e regulação social o caráter ecologicamente deletério do capital em escala planetária.

2.4.C - O enfrentamento desse desequilíbrio exige, simultaneamente:

- a) o reconhecimento, a valoração e a contabilização dos custos relacionados à utilização sustentável dos bens e serviços que a natureza disponibiliza e renova para a produção e consumo humanos;
- b) a institucionalização de uma política global mais eficiente e democrática do que os atuais arranjos;
- c) a dilatação do horizonte temporal do processo decisório e do planejamento. As escolhas humanas precisam incorporar uma perspectiva consciente em um horizonte de tempo muito mais amplo do que o habitual na história humana.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA - SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A LETRA c:

Em resposta à crise, os governos dos EUA e da Europa injetaram mais de US\$ 24 trilhões no sistema financeiro. Aqui foram R\$ 300 bilhões do dinheiro público. Serra deu R\$ 4 bilhões de subsídios às montadoras. Lula propõe: o congelamento dos salários do funcionalismo federal por dez anos; e a avaliação de desempenho e meritocracia para a educação.

2.5 - CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) participar dos movimentos contra as políticas militar, expansionista e consumista do governo norte-americano e das demais potências mundiais;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – UNIDOS PARA LUTAR – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS)

ACRESCENTAR APÓS A LETRA a:

- **saída imediata das tropas imperialistas do Iraque e Afeganistão;**
 - **saída imediata das tropas brasileiras do Haiti;**
 - **todo apoio à luta do povo palestino contra o estado de Israel;**
 - **em defesa do socialismo;**
- b) manter a luta contra o atual modelo econômico baseado nas altas taxas de juros e no superávit econômico;
- c) participar dos movimentos pela autodeterminação das nações e liberdade dos povos;
- d) promover e participar de campanhas pela paz, pelo respeito ao meio ambiente e à dignidade humana;
- e) participar de movimentos por distribuição de renda e erradicação da pobreza;
- f) combater o uso das políticas assistencialistas como legitimadoras de poder político eleitoral;
- g) cultivar a solidariedade entre os trabalhadores e suas organizações, não só em âmbito local, mas também nacional e internacional;
- h) participar das lutas pela anulação das dívidas externas dos países pobres, pela expropriação dos latifúndios e pela realização da reforma agrária;
- i) participar das lutas contra a exploração capitalista e contra o pagamento da dívida pública externa;
- j) participar dos movimentos pela autodeterminação das nações e liberdade dos povos;
- k) não ao programa do G-20 de empréstimo ao FMI para salvar o sistema financeiro;
- l) não à instalação de bases militares dos EUA na América Latina;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA - SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A LETRA I:

- o SINPEEM denuncia a ocupação militar do Haiti, como agressão imperialista e racista contra o povo negro, com a cumplicidade do governo do maior país negro fora da África. Exigimos a imediata retirada das tropas invasoras do Haiti.
- m) combater o uso de armas químicas e nucleares causadoras da destruição do meio ambiente e de doenças geneticamente irreversíveis.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA - SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A LETRA m DO PARÁGRAFO 2.5:

- fora Israel da Palestina; nenhum acordo com o Estado terrorista de Israel;
- por uma Palestina laica, democrática e não racista; pela soberania dos povos.

EMENDAS SUBSTITUTIVAS

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 2.1 AO 2.5:

No capitalismo não há harmonia nem paz. O capitalismo marcha para a barbárie. As reformas já não podem ser concedidas em favor dos oprimidos. A democracia burguesa é a expressão da ditadura de classe da burguesia. A classe operária internacional apanhou o caminho da vitória, que é a revolução proletária. As greves ocorridas no último período mostraram a disposição de luta dos trabalhadores. Só não tem grandes alcances por conta das direções sindicais burocráticas e conciliadoras. Transformar a base material que sustenta a sociedade de classes implica combinar a produção social com a apropriação coletiva da riqueza produzida. O que só pode ser materializado por meio de uma insurreição, que culminará com a implantação do socialismo. Lutemos por uma sociedade sem classes.

PROPONENTE: GRUPO 10 – COLETIVO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 2 A 2.5 :

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO E A LUTA DOS TRABALHADORES

A crise instalada nos últimos anos que abateu a economia mundial revelou o verdadeiro papel do Estado no sistema capitalista. Só em 2008, o setor financeiro internacional recebeu cerca de 18 bilhões de dólares de recursos públicos a fim de evitar a falência generalizada. Este valor representa 10 vezes mais o que foi destinado ao combate à fome e a pobreza no mundo em 50 anos. Os trabalhadores por sua vez, vêm se mobilizando na Europa para combater as políticas de austeridade adotadas pelos governos. Diante dessa realidade as mobilizações e conflitos e tornarão constantes e permanentes. Sabemos o quanto elas são fundamentais e necessárias para a classe trabalhadora e por sua importância tática. Mas precisamos reafirmar que a estratégia tem que ser a transformação política, possível somente com a organização da classe pra a ruptura com o capitalismo e a construção de uma sociedade socialista.

3 - POLÍTICA NACIONAL

3.1 - BRASIL NÃO ESTÁ IMUNE AOS EFEITOS DA IRRACIONALIDADE DO MODELO CAPITALISTA

3.1.A - A crise econômico-financeira, que eclodiu em escala global a partir dos Estados Unidos, configurou um momento traumático, porém, rico e definidor para todas as sociedades. Ela é a demonstração cabal de que o modo capitalista de produção, por sua própria essência, carrega irracionalidades insanáveis.

3.1.B - Fenômenos como a fome, que cresce no mundo apesar das conquistas técnico-científicas na agricultura, e processos como o crescente esgotamento ou degradação dos recursos naturais da biosfera, em decorrência do desperdício e das irracionalidades do modelo consumista, ilustram bem a dramaticidade desses problemas.

3.1.C - A atual crise global do capitalismo, no entanto, independentemente de sua amplitude ou duração, certamente estimulará a gradual superação da inércia do pensar e agir, reforçando movimentos políticos que, no mundo inteiro e a partir das mais diferentes premissas, lutarão por mudanças econômicas, sociais e culturais, de caráter progressista, para recolocar as conquistas da globalização em um contexto mais favorável para os países em desenvolvimento e para as populações mais pobres.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – UNIDOS PARA LUTAR – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS)

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 3.1C:

Apesar de o governo dizer que se tratava de uma “marolinha”, que o país estava preparado e que ninguém sofreria das consequências dela, o que se viu foi o repasse de muito dinheiro público para empresas, além de medidas do governo federal, no sentido de incentivar o consumo, tais como redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), mudanças nas alíquotas do imposto de renda, além de créditos para exportadores (feitos pelo BNDES), crédito para o setor agrícola (grandes produtores), crédito para empresas, linha de crédito para veículos, crédito para aquisição de bens de consumo (feito pela CEF) e medidas de isenção fiscal. Com isso, estima-se que o governo brasileiro já tenha utilizado mais de 250 bilhões de reais nas medidas anticrise.

PROPONENTE: GRUPO 7 – OPOSIÇÃO DE LUTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 3.4:

O aprofundamento da crise atinge o Brasil, o governo já busca medidas que garantam os negócios dos bancos e empresas. Por isso Lula cortou R\$ 31,8 bilhões, os ministérios mais atingidos: Educação e do Planejamento, responsável pelos gastos com o funcionalismo. As reformas estão garantidas pelo próximo governo.

A eleição reduz-se ao debate de quem é “melhor preparado”, não há divergências quanto às medidas contra a crise. Todos concordam: os trabalhadores pagam.

As eleições devem se dar dentro de um clima social tranquilo, nos marcos da governabilidade. O que interessa aos patrões e governo, com a garantia das direções políticas e sindicais, mediante troca de cargos nas estatais, Fundos de Pensões e do dinheiro do governo.

É pela luta, e não pelo voto, que os trabalhadores mudarão o país.

3.2 - O BRASIL CONTINUA SENDO UM PAÍS DE GRAVES CONTRASTES

3.2.A - No Brasil, apesar de todo o ufanismo contido nas propagandas oficiais do governo, os impasses da sociedade, a rigor, não necessitam da crise econômico-financeira mundial para serem expostos, porque o inegável processo de modernização e aumento de complexidade da economia e da sociedade continuou se dando pelo viés da modernização conservadora, que perpetua a exploração, a desigualdade social e econômica e as tradicionais oligarquias no comando do poder político.

3.2.B - Continuamos sendo uma terra de escandalosos contrastes, dos quais o maior e mais grave deles é, sem dúvida, o existente entre minorias ricas e maiorias pobres e miseráveis.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA - SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 3.2.B:

Os programas de Lula consumiram apenas 3% do orçamento; para os agiotas, quase 30%. Os cortes foram de R\$ 10 bi em 2010; R\$ 2 bilhões só em Educação.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – COLETIVO DE EDUCADORES INDEPENDENTES E DE LUTA

SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 3.2.B:

O controle por parte do governo sobre os movimentos reivindicatório continua firme, por meio das centrais sindicais atreladas ao governo. Quando alguma categoria entra em luta, seja na iniciativa privada ou no serviço público, é isolada e derrotada por conta da intransigência dos patrões e dos agentes do governo em suas direções sindicais.

Neste panorama de arrefecimento dos movimentos reivindicatórios e com um governo de frente popular, a luta passa pela reafirmação das bandeiras históricas do socialismo e da independência de classes, pela defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores, pela ruptura com o capitalismo e ter o socialismo como saída para a classe trabalhadora.

3.2.C - As taxas de lucros dos bancos brasileiros, inclusive públicos, batem recordes estratosféricos, enquanto a renda média proporcional dos trabalhadores, nos últimos 30 anos, cresceu apenas 1,2% proporcionalmente ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA - SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 3.2.C:

Para favorecer os banqueiros, Lula trocou a dívida externa pela interna (pública) que alcançou R\$ 2,160 trilhões em 2009, ano que o governo Lula destinou R\$ 380 bilhões (36%) para o serviço da dívida em contrapartida para: setor agrário: 0,23%; transporte: 0,75%; tecnologia: 0,45%; moradia: 0,01% e saneamento: 0,08%.

3.2.D - Contrastes que agravam as condições para o esgarçamento do tecido social, demonstrado em nossos índices de criminalidade, violência, queda nos índices da qualidade de ensino, dos serviços públicos, entre outros.

3.2.E - Portanto, como simples cidadãos e, particularmente, como servidores, não podemos nos dar o direito de não debater a crise estrutural do modelo econômico que ai está, as orientações, programas e ações vigentes no nosso país, tampouco nos iludirmos com campanhas publicitárias oficiais e deixar de lutar por mudanças estruturais, independentemente do governo que está de plantão.

3.3 - UM NOVO MODELO DE PAÍS PARA ALCANÇAR UMA SOCIEDADE MAIS IGUALITÁRIA E DESENVOLVIDA

3.3.A - O Brasil continua sob o domínio das chamadas políticas neoliberais, com o Estado Mínimo, quando se trata de questões sociais, e Estado Máximo, para garantir os lucros dos bancos, das grandes empresas nacionais e multinacionais. Passamos por um amplo processo de privatizações no governo FHC e acreditou-se na reversão delas no governo Lula. Ledo engano.

3.3.B - Assim, o povo brasileiro se encontra diante de desafios cruciais para a definição do seu futuro como nação e como sociedade civilizada. Vítima de uma modernização conservadora, que reproduz invariavelmente as características de um modelo de crescimento profundamente concentrador de riqueza e, por conta disso, elitista e desigual, o Brasil precisa de mudanças estruturais, institucionais e políticas capazes de vencer esses desafios numa direção mais democrática, mais avançada tecnologicamente, mais eficiente e estável do ponto de vista da gestão pública e do desenvolvimento econômico, ambientalmente sustentável e, sobretudo, mais equitativa e humana do ponto de vista social. Mudanças que, histórica e lamentavelmente, o governo Lula foi incapaz ou não quis realizar com profundidade.

3.3.C - As conquistas alcançadas pelo Brasil em setores de ponta da economia, da pesquisa científica, da cultura, da vida social e até mesmo dos beneficiados com políticas compensatórias são, todavia, incapazes de encobrir o grande abismo que separa seu povo, com a continuidade das abissais desigualdades, o aumento assustador da violência, a deterioração das condições de vida da população trabalhadora ou excluída no ambiente das metrópoles e inquietantes fenômenos de degradação moral e ambiental.

3.3.D - Decorridas mais de duas décadas da inauguração do período mais longo de democracia, os brasileiros, persistem em exigir das forças políticas que se implante no país um projeto de desenvolvimento de longo curso, soberano no contexto da globalização e de magnitude capaz de alçá-lo ao nível das nações mais desenvolvidas.

3.3.E - Até porque, o maior partido de esquerda, ao chegar ao governo central, simplesmente abdicou de implementar medidas que antes anunciava, aderindo ao uso de métodos e condutas das oligarquias políticas.

3.3.F - Já quase no final de seu segundo mandato, o governo Lula tem se revelado paradoxalmente incapaz de inovar. Insiste em manter o modelo dependente e concentrador de renda que se perpetua no país, tendo como eixo os interesses do sistema financeiro. Na área social, o avanço foi pequeno e, o que é pior, insiste em políticas compensatórias e assistencialistas limitadas à redução efetiva das imensas desigualdades sociais, quando não, perpetuadoras destas. Na questão agrária, há conflitos de interesses em sua gestão, posto que beneficiário e gestor se confundem na mesma pessoa. No meio ambiente, também ocorre este conflito de interesses, agravado pela proposta de mudança no Código Ambiental, que interdita e descredencia a interlocução com os movimentos políticos e sociais, para garantir avanços na sustentabilidade de nosso desenvolvimento.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 6 – UNIDADE CLASSISTA – TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 3.3.F:

Saímos de uma eleição, na qual o real programa, tanto do PT como do PSDB, não apareceu na televisão, mas foi discutido por suas assessorias. Por exemplo, uma nova reforma da previdência está na agenda. Fala-se também numa reforma sindical e trabalhista, na qual o negociado deveria sobrepor-se ao legislado. Por essas razões, os profissionais em educação no ensino municipal de São Paulo, reunidos no 21º Congresso de seu sindicato, conclama o conjunto da categoria a se preparar para enfrentar os novos ataques que virão no futuro próximo, na forma de políticas restritivas de direitos, sobretudo numa conjuntura de agudização da crise do capitalismo. Só a luta decidida de nossa categoria, organizada pelo nosso sindicato, unida as lutas de nossa classe, poderá barrar as ameaças que se anunciam.

3.4 - CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) manter o posicionamento autônomo frente aos governos, mediante constante mobilização para pressioná-los a romper com o atual modelo econômico de desenvolvimento, com o não pagamento da dívida externa e com a manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas e sociais;**

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – UNIDOS PARA LUTAR – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS)

ACRESCENTAR APÓS A LETRA a:

- **não pagamento da dívida externa;**

EMENDA MODIFICATIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – COLETIVO DE EDUCADORES INDEPENDENTES E DE LUTA

ALTERAR A LETRA a, FICANDO COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- a) posicionar-se totalmente independente de governos, patrões e partidos e pressionar os governos a romper com o atual modelo econômico de desenvolvimento, com o não pagamento da dívida externa e com a manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas e sociais.**
- b) lutar pela aplicação de políticas públicas mediante a responsabilização dos governos pela oferta, financiamento e gestão, erradicando qualquer forma de terceirização e privatização dos serviços públicos;
- c) lutar pela implementação da negociação coletiva e pelo direito de greve para todos os servidores públicos;
- d) participar e organizar mobilizações em conjunto com a sociedade, com vistas à ampliação do direito à educação pública, de qualidade social inclusiva, democrática, laica e gratuita para todos, em todos os níveis;
- e) participar da luta pela ampliação do percentual do PIB para investimentos em educação, valorização dos educadores e fim da DRU;
- f) defender a previdência pública e lutar pela revogação das reformas realizadas nos governos FHC e Lula, que implicaram em perdas para os profissionais de educação, demais servidores e trabalhadores em geral;
- g) lutar pela implementação de uma sólida política de formação de educadores (professores, gestores e funcionários de escolas), sob a responsabilidade do poder público e com oferta pelas instituições de ensino público superior;
- h) defender junto à Central Única dos Trabalhadores (CUT) que realize mobilizações em conjunto com as demais centrais classistas em defesa dos direitos dos trabalhadores;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA trabalhadores, FICANDO A LETRA h COM SEGUINTE REDAÇÃO:

- h) defender junto à Central Única dos Trabalhadores (CUT) que realize mobilizações em conjunto com as demais centrais classistas em defesa dos direitos dos trabalhadores; bem como combater para que nossas entidades de classe não participem de fóruns com patrões, governos e ONGs (a sociedade civil), pois são instrumentos tripartites de cogestão para paralisar a luta independente dos trabalhadores.**
- i) participar das lutas pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, pela garantia de negociação coletiva no serviço público e pela ampliação dos direitos dos trabalhadores;**
- j) participar e desenvolver campanhas que apontem para questões sociais como direitos dos aposentados, das mulheres, da criança e do adolescente;**
- k) apoiar e participar das lutas pelos direitos das populações indígena, quilombola e de outras etnias ou grupos minoritários;**
- l) promover o envolvimento dos trabalhadores em educação em todos os espaços de formulação de políticas públicas;**

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA públicas, FICANDO A LETRA l COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- l) promover o envolvimento dos trabalhadores em educação em todos os espaços de formulação de políticas públicas, que não sejam de fóruns tripartites de cogestão;**
- m) participar da luta pela reforma tributária que taxe o grande capital;**

- n) defender a oferta plena de bens e serviços públicos universais e com qualidade, principalmente educação, saúde, transporte e moradia;
- o) participar de ações que defendam a economia nacional, combatendo a remessa de dólares para o Exterior, em forma de transferências, lucros, “royalties” e biopirataria;
- p) defender a revogação das Leis nº 9.637 e nº 9.648, aprovadas no governo FHC e mantidas pelo governo Lula, que regulamentam as organizações sociais no serviço público;
- q) defender o fim dos leilões das áreas petrolíferas, por uma Petrobras 100% estatal, que reverta os lucros da exploração do petróleo brasileiro para a recuperação dos serviços públicos, sobretudo para a educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade social, e para a saúde;
- r) anulação do leilão da Vale, privatizada pelo PSDB e pelo DEM e mantida pelo governo do PT/Lula, que há anos lesam a nação em benefício dos especuladores;
- s) defender estratégias destinadas a promover a redistribuição de recursos, política de emprego, aumento constante dos salários de maneira que acompanhe o crescimento da produtividade, políticas de distribuição de renda e de propriedades, elevação do salário mínimo, taxaço das grandes fortunas; reforma tributária, de forma que os ricos paguem; e redução da jornada de trabalho sem redução dos salários.
- t) exigir do governo Lula que renegocie as dívidas dos municípios, revertendo o seu pagamento em educação e saúde;
- u) contra o empréstimo ao FMI;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA FMI, FICANDO A LETRA u COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- u) contra o empréstimo ao FMI e acabar com o superávit fiscal primário utilizado para pagar a dívida;**
- v) pela revogação de todas as alterações na Constituição que implicaram em retirada de direitos previdenciários e sociais dos trabalhadores públicos e privados;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA privados, FICANDO À LETRA v COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- v) pela revogação de todas as alterações na Constituição que implicaram em retirada de direitos previdenciários e sociais dos trabalhadores públicos e privados;
pele fim do fator previdenciário;
- x) que todo o lucro da Petrobras 100% estatal seja destinado às áreas sociais, como educação, saúde e moradia popular.

EMENDAS ADITIVAS

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA - SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A LETRA x:

Exigimos: estatização dos bancos, sem indenização; não pagamento das dívidas, controle estatal sobre o fluxo de capitais, gatilho salarial para corrigir inflação, estabilidade no emprego, redução da jornada para 36 horas sem redução salarial e expropriação das empresas; reforma agrária e fim do latifúndio, educação pública, estatal e laica.

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A LETRA x:

- **estabelecer a plena soberania da nação liberada das políticas de livre comércio do G-20, e respeitar a soberania de todos os povos, começando por retirar as tropas há 6 anos no Haiti.**

EMENDAS SUBSTITUTIVAS

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 3.1 AO 3.4:

No Brasil semicolonial, o capitalismo não se desenvolveu em sua plenitude. A burguesia débil, submetida aos interesses imperialistas, não pôde resolver as tarefas democráticas. Os problemas pendentes se potenciaram sob o governo Lula, evidenciando seu caráter burguês. A chegada do PT ao poder do Estado se deu à custa da manutenção da opressão social/nacional e do controle sobre os sindicatos. Não há possibilidade de um desenvolvimento harmônico e “sustentável” no capitalismo como alardeia o governo. Apesar da ilusão nas eleições, as mudanças virão da revolução social com governo operário e camponês. Por isso, o proletariado e demais oprimidos devem se colocar pela total independência frente ao governo e seus partidos e lutar pelas reivindicações vitais por meio da ação direta.

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUBSTITUIR A LETRA x:

x) restabelecer o monopólio do petróleo para a Petrobras 100% Estatal, como propõe a FUP, reestatizar a Vale e as empresas privatizadas, federalizar os portos e as ferrovias cedidas em concessão privada.

PROPONENTE: GRUPO 10 – COLETIVO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 3 A 3.4:

O BRASIL E A CRISE

O governo se vangloria do Brasil ter entrado mais tarde na crise e ter saído antes dos demais. O que o governo não explica é que essa recuperação econômica está calcada na exploração dos trabalhadores. A burguesia controla o governo Lula, que não representa a classe trabalhadora; mas, por ser oriundo da mesma, consegue controlar os trabalhadores através do domínio que o PT tem sobre a CUT. É necessário romper com a CUT e construir uma nova alternativa de direção para as lutas dos trabalhadores. Romper com a CUT governista, plebiscito de desfiliação junto com as próximas eleições da diretoria.

4 - POLÍTICA MUNICIPAL

4.1 - É PRECISO POR FIM À LEI SALARIAL ATUAL E À TERCEIRIZAÇÃO

4.1.A - A manutenção da lei salarial que vincula somente 40% das receitas correntes do município às despesas com pessoal e a terceirização dos serviços nas áreas da educação e saúde permanecem como política dos últimos prefeitos da capital. No governo Kassab não tem sido diferente.

4.1.B - A cada ano, parcela significativa dos servidores públicos vai acumulando perdas em sua remuneração. Sem reajuste quadrimestral, como prevê a lei, e aplicação na data base de ridículos 0,001%, milhares estão hoje em situação de desespero.

4.1.C - A terceirização continua aumentando sua abrangência na saúde e na educação. A quantidade de CEIs conveniados cresce vertiginosamente, em prejuízo ao atendimento em CEIs diretos: já são mais de 900 unidades conveniadas com a Prefeitura.

4.1.D - Os serviços de limpeza, preparo e fornecimento de merenda, manutenção, vigilância e segurança, alvos de muitas denúncias quanto ao custo, qualidade e eventuais irregularidades nos contratos, são hoje terceirizados, implicando em mais gastos, abandono de mão de obra do quadro próprio da Prefeitura e desperdício.

4.1.E - Limite nos gastos com pessoal, terceirização, comprometimento anual de cerca de R\$ 3,6 bilhões com o pagamento de parcelas da dívida da Prefeitura com o governo federal, que já se aproxima de R\$ 50 bilhões, são questões que não estão desvinculadas e comprometem a melhoria das condições de trabalho, direitos e remuneração dos servidores e dos serviços públicos à população da cidade.

4.1.F - A substituição de salários por abonos e gratificações por mérito e/ou desempenho não tem limites de aplicação a um único poder, tampouco ação de governos deste ou daquele partido. Nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário esta política é aplicada aos funcionários e vendida através de campanhas institucionais como forma eficaz de envolver os servidores, combater a inassiduidade, aumentar a produtividade e a qualidade dos serviços.

4.1.G - Na prefeitura, não tem sido diferente. O prefeito Kassab também aplica uma política cujos eixos centrais são as avaliações vinculadas a bonificações por desempenho.

4.1.H - Avaliações cujos resultados ignoram as deficiências causadas pela falta de investimentos do poder público, que servem a campanhas de desmoralização dos servidores e dos serviços públicos e a intensificação de terceirizações, convênios, amplamente usados nos CEIs, e à privatização.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – UNIDOS PARA LUTAR – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS)

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 4.1.H:

Kassab/DEM imprime sua marca de privatização dos serviços públicos: CEI conveniadas, terceirização do quadro de apoio, atendimento no HSPM precário, com terceirização de vários serviços etc. A direção majoritária do Sinpeem não faz a luta contra a política de privatização do ensino porque defende Kassab/DEM. O sindicato deve ser independente de governos e utilizar sua estrutura na defesa da categoria. Por isso não concordamos com o fechamento das subsedes, promovido pela direção majoritária. As subsedes são importantes para organizar a categoria e a luta na região é também o local onde os conselheiros atuam aproximando o sindicato do associado.

4.1.I - A par dos êxitos que temos obtido com as lutas organizadas e realizadas pelo SINPEEM, como as incorporações das gratificações criadas em 2006, ampliação das referências para o quadro de apoio, férias coletivas em janeiro para os CEIs, elevação do piso da categoria e garantia em lei da incorporação do Abono Complementar que resultará em 33,79% para ativos e aposentados, por exemplo, que distingue a situação dos profissionais de educação dos demais servidores, não estamos satisfeitos e acomodados. Não ignoramos a situação geral dos servidores e a necessidade de continuarmos lutando para reverter estas políticas. O SINPEEM deve realizar campanhas e lutas pela mudança da atual lei salarial, pelo fim das avaliações utilizadas como instrumento de retribuição e punição; em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade social e contra qualquer forma de terceirização dos serviços públicos.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA acomodados E ANTES de “Não ignoramos...”, FICANDO O PARÁGRAFO COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

A par dos êxitos que temos obtido com as lutas organizadas e realizadas pelo SINPEEM, como as incorporações das gratificações criadas em 2006, ampliação das referências para o quadro de apoio, férias coletivas em janeiro para os CEIs, elevação do piso da categoria e garantia em lei da incorporação do Abono Complementar que resultará em 33,79% para ativos e aposentados, por exemplo, que distingue a situação dos profissionais de educação dos demais servidores, não estamos satisfeitos e acomodados. **A política salarial de Kassab, baseada em gratificações, achata a carreira (quem está no início ganha o mesmo que servidores com anos de carreira). A partir de 2011 se prevê incorporações em três anos, assim o governo**

quer se livrar das campanhas salariais e dividir os servidores (respondendo parcialmente à educação) para continuar as terceirizações e convênios privados. Enquanto os serviços públicos são destruídos, somos afetados pelos impactos sobre os alunos, pelo arrocho salarial aplicado aos demais servidores, o que limita o atendimento das reivindicações da Educação. Não ignoramos a situação geral dos servidores e a necessidade de continuarmos lutando para reverter estas políticas. O SINPEEM deve realizar campanhas e lutas pela mudança da atual lei salarial, pelo fim das avaliações utilizadas como instrumento de retribuição e punição; em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade social e contra qualquer forma de terceirização dos serviços públicos.

4.1.J - Conquistar a desvinculação do alcance das metas do sistema e da equipe das compensações por gratificação colocará, com certeza, a questão remuneratória e a valorização profissional no seu verdadeiro lugar e em destaque. Mudança na Lei salarial, fim das terceirizações, garantia de educação pública, desvinculação das avaliações e alcance de metas às bonificações, são objetivos estratégicos para a nossa categoria e para o funcionalismo.

EMENDAS ADITIVAS

PROPONENTE: GRUPO 7 – OPOSIÇÃO DE LUTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 4.1.J:

Diante da crise, Kassab segue o receituário: corte dos gastos públicos e ataque contra os funcionários. Implantou a gratificação atrelada às metas de produtividade, à assiduidade e à avaliação de desempenho. Esta política achata os salários. Ampliou as privatizações com a presença das ONGs nas UEs e CEIs conveniados.

Rifou o quadro de apoio e reestruturou a carreira com a Lei nº 14.660, o que atende somente ao governo e a direção sindical. Criou o módulo de professores ampliando a divisão dos trabalhadores nas escolas e a redução de salários. Avizinha-se o período integral, impede acúmulo, e aumenta de demissões.

Não obstante, desde o último período o centro da discussão foi o Plano Municipal de Educação (PME), desviando nosso campo de atuação, abandonando os marcos da luta classista e direta.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 4.1 AO 4.1.J:

Kassab ataca os trabalhadores. Dá continuidade às políticas de Marta, Serra e do governo federal. Aprofunda a terceirização, impõe o arrocho salarial e elimina direitos. Trata-se de um governo pró-imperialista. Na educação impõe medidas que precarizam as condições de trabalho: fecha salas da EJA, impede os professores que estão no módulo de optarem por Jeif, superlota salas de aulas nos CEIs, nas Emeis e Emefs e ilude com a política de gratificações que não representa reajuste salarial. O funcionalismo municipal tem como tarefa combater a política governamental.

4.2 - CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

a) alteração da lei salarial;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – UNIDOS PARA LUTAR – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS)

ACRESCENTAR APÓS A LETRA a:

· privatização dos serviços públicos promovida por Kassab/DEM deve ser denunciada pelo SINPEEM;

b) aplicação de pelo menos 54% das receitas correntes na remuneração dos servidores;

c) revisão periódica e obrigatória na data-base da remuneração dos servidores públicos;

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR AS LETRAS a, b e c:

- **implantação do mecanismo de reajuste salarial por meio da Escala Móvel;**
 - **reposição imediata de todas as perdas;**
 - **salário mínimo vital, calculado pelos trabalhadores em assembléia.**
- d) instituição de mecanismo que determine reajuste periódico com percentual nunca inferior à inflação do período;
- e) criação de plano de reposição para adequação das remunerações em função das atribuições, competências, grau de formação e importância social das profissões;
- f) aumento real de salários;

EMENDAS ADITIVAS

PROPONENTE: GRUPO 4 – UNIDOS PARA LUTAR – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS)

ACRESCENTAR APÓS A LETRA f::

- **reabertura das subsedes, com plantão jurídico e autonomia política e financeira;**

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA - SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A LETRA f:

- **pagamento em única parcela em 2011 do reajuste previsto para até 2013;**

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA salários, FICANDO A LETRA f COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- f) aumento real de salários; **pela total incorporação das gratificações e bônus em 2011;**
- g) mudança da Lei Orgânica para que se vincule, novamente, pelo menos 30% das receitas e transferências para a manutenção e desenvolvimento do ensino;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA - SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A LETRA g:

- verbas públicas apenas para educação pública estatal. Gastos em educação entendidos apenas como os recursos destinados para as atividades fins; respeitando a autonomia escolar na aplicação da verba e desenvolvendo mecanismos de controle organizados pela comunidade escolar. Nada de verba da educação aplicada ao leite e sua entrega nem uniformes.

- h) elevação das receitas destinadas ao pagamento dos precatórios;
- i) fim das terceirizações e expansão da rede física direta, visando o fim dos contratos de convênios;

EMENDAS ADITIVAS

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA convênios, FICANDO A •LETRA i COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- i) fim das terceirizações e expansão da rede física direta, visando o fim dos contratos de convênios; **contra todo tipo de privatização na educação, desenvolver uma campanha pública com cartazes, internet, panfletos, camisetas e mobilização.**

PROPONENTE: GRUPO 9 – COLETIVO DE EDUCADORES INDEPENDENTES E DE LUTA

ACRESCENTAR APÓS A LETRA i:

- **exigir do governo Kassab/DEM o retorno imediato dos CEIs indiretos para a rede direta.**
- j) renegociação e não pagamento da dívida da Prefeitura com a União;
- k) aplicação dos recursos provenientes da renegociação/não pagamento da dívida em saúde, educação e infraestrutura urbana da cidade;
- l) participar de todos os fóruns sobre a organização, planejamento e execução de políticas públicas para a educação e outras áreas em que haja a participação e atendimento integral à demanda na educação infantil, no ensino fundamental regular e na Educação de Jovens e Adultos (EJA);

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ACRESCENTAR ENTRE AS PALAVRAS fóruns E sobre a organização, FICANDO A LETRA I COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- l) participar de todos os fóruns (**exceto os de tripartites**) sobre a organização, planejamento e execução de políticas públicas para a educação e outras áreas em que haja a participação e atendimento integral à demanda na educação infantil, no ensino fundamental regular e na Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- m) exigir a não inclusão dos custos com programas assistenciais como gastos com a educação;
- n) desenvolver, através da mídia, campanhas contra a desmoralização dos serviços públicos, dos servidores e, em especial, dos professores e demais profissionais de educação;
- o) participar das plenárias nas subprefeituras destinadas as discussões sobre questões gerais e específicas da educação no processo de elaboração do orçamento.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – COLETIVO DE EDUCADORES INDEPENDENTES E DE LUTA

ACRESCENTAR APÓS A LETRA o:

- apoiar incondicionalmente os movimentos de luta por moradia, emprego e por reforma agrária.

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUPRIMIR A LETRA o

5 - POLÍTICA EDUCACIONAL

5.1 - PARA O SINPEEM, O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO É ESTRATÉGICO PARA O PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUBSTITUIR A PALAVRA SINPEEM POR governo, FICANDO O TÍTULO COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

5.1 - PARA O GOVERNO, O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO É ESTRATÉGICO PARA O PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL

5.1.A - O SINPEEM participou de todas as etapas de discussão sobre o Plano Municipal de Educação da Cidade de São Paulo, realizadas até o momento. Pode afirmar que a sua clara e incontestável opção pela escola pública estatal, gratuita, laica e de qualidade social foi fator decisivo para que conseguisse – mesmo em condição desfavorável numericamente e com a

forte participação de movimentos que defendem os contratos de convênios e terceirização do ensino – incluir na proposta de PME, durante a Conferência Municipal de Educação, o direito ao atendimento universal à educação nas escolas da rede direta.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 6 – UNIDADE CLASSISTA – TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 5.1.A:

A educação é debatida há décadas na sociedade brasileira. Personalidades representativas de organizações dos trabalhadores e da burguesia têm se pronunciado.

A educação é por todos apresentada como setor estratégico para a solução dos problemas crônicos da sociedade.

Muitos se espantam com o caos em que se encontra a educação pública. Consideram extrema irracionalidade que os governantes não percebam que a Educação merece maiores investimentos. Consideram absurdo que não se perceba que os profissionais da educação precisam ser valorizados.

Compreendemos que a maioria das pessoas assim pense, mas não nos surpreende o caos em que se encontra a educação pública. Esse caos é programado e é perfeitamente funcional à classe dominante na sociedade capitalista. A burguesia, através das suas agências públicas e privadas, toma medidas para que as coisas funcionem desta forma, porque é assim que ela preserva seus interesses de classe.

Para compreender tal situação, é preciso não colocar a educação acima da luta de classes. É preciso superar os falsos consensos, os lugares comuns. É preciso assumir o ponto de vista do proletariado na luta de classes.

A educação que o Estado burguês oferece aos trabalhadores, desde sempre, é uma educação concebida como a mínima necessária para a reprodução da força de trabalho que a burguesia necessita explorar para assegurar a acumulação de capital.

Da mesma forma como a alimentação física, a alimentação espiritual dos trabalhadores é pensada como uma cesta básica, uma ração mínima necessária.

A consequência dessa visão se expressa na superlotação das escolas, onde as crianças são jogadas, sem que haja funcionários nem recursos materiais suficientes para atendê-los. Contrariando o discurso, turnos são fechados, dificultando o acesso das crianças à escola e a vida dos pais.

Crianças deficientes são matriculadas, todavia, não há profissionais para assisti-las adequadamente, pois os mesmos funcionários têm de atender as demais crianças e outras demandas.

A lógica da produtividade capitalista, aplicada à educação, significa ter o máximo de crianças nas escolas, com o mínimo de funcionários possível.

Decorrência desse processo é a deterioração do ambiente escolar. Excesso de crianças nas escolas implica a necessidade de vários intervalos, barulho ensurdecedor constante, brigas envolvendo alunos, trabalhadores. Uma situação que provoca o adoecimento físico e psicológico dos profissionais da educação.

5.1.B - Conforme, defende o SINPEEM esta decisão, implica na obrigatoriedade do poder público planejar e expandir a rede física, com a construção de mais unidades, para atender a todos e encerrar, em curto prazo, os contratos de convênios.

5.1.C - Realizadas todas as etapas de discussões, a SME deverá enviar, para a Câmara Municipal a proposta de PME. Portanto, o processo não terminou e exige a participação de todos.

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUPRIMIR O TRECHO “Portanto, o processo não terminou e exige a participação de todos”, FICANDO O PARÁGRAFO 5.1.C COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

5.1.C - Realizadas todas as etapas de discussões, a SME deverá enviar, para a Câmara Municipal a proposta de PME.

5.1.D - O SINPEEM defende que o PME não seja tomado como um simples plano de construções de escolas, tampouco como instrumento que resolvera, num passe de mágica, todos os problemas e gargalos da educação na cidade de São Paulo. Defendemos que para que o PME não seja letra morta, ou lei sem eficácia deve considerar a realidade da rede pública de ensino, as diretrizes fixadas pelo Plano Nacional de Educação, no Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo e no Plano de Metas do governo municipal.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUBSTITUR O PARÁGRAFO 5.1.D:

5.1.D - O SINPEEM defende uma política independente com base nos interesses dos trabalhadores e reconhece que o governo Kassab, os donos de escolas e ONGs, somam esforços para desfigurar a democracia e atrelar nossa entidade a consensos incompatíveis com nossos interesses, bem como desviar a luta das ruas para as plenárias do PME e instrumentos de cogestão.

5.1.E - Um dos maiores entraves à universalização da educação tem base na concepção “privatista”, que transforma o direito à educação em mercadoria, de oferta de serviço não exclusivo do Estado, sujeito à especulação mercantil. Atualmente, mais da metade das unidades de educação infantil está nas mãos de organizações sociais, revelando o caráter privatista da política educacional em São Paulo. Isso tem de mudar! O Plano Municipal de Educação tem de ser instrumento para a mudança desta realidade e do resgate do caráter social das instituições de ensino.

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUPRIMIR O TEXTO A PARTIR DE “O Plano Municipal...” FICANDO O PARÁGRAFO 5.1.E COM O SEGUINTE REDAÇÃO:

5.1.E - Um dos maiores entraves à universalização da educação tem base na concepção “privatista”, que transforma o direito à educação em mercadoria, de oferta de serviço não exclusivo do Estado, sujeito à especulação mercantil. Atualmente, mais da metade das unidades de educação infantil está nas mãos de organizações sociais, revelando o caráter privatista da política educacional em São Paulo. Isso tem de mudar!

5.1.F - Ter como objetivo o retorno dos CEIs indiretos para o controle da Prefeitura e a ampliação da rede física para o atendimento à demanda na educação infantil e em toda a educação básica e superior é a efetivação da universalização do direito à escola pública, princípio que deve estar expresso no PME. Para isso, é necessária ação planejada, com fixação de metas e suas etapas.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 3 - COLETIVO INDEPENDENTE E DE LUTA DO SINPEEM

ACRESCENTAR AO PARÁGRAFO 5.1F:

É consenso entre nós a proposta de retorno das CEIs conveniadas para a rede direta. Já aprovamos diversas vezes esta bandeira e obtivemos sucesso em sua aprovação na esfera da Conferência Municipal de Educação porém sabemos que a luta será árdua quando da apresentação do projeto de lei do Plano Municipal de Educação que terá um forte componente privatizante. Precisamos preparar a categoria para esta luta que só obterá sucesso se formos capazes de organizar um forte movimento de rua para pressionar o Governo Kassab. Propomos desde já que sejam elaborados cadernos de debates, cartazes e outros materiais que contribuam para o esclarecimento e a mobilização da categoria na defesa da educação infantil pública, laica e gratuita.

EMENDA MODIFICATIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ALTERAR A PARTIR DE “No PME...”, FICANDO O PARÁGRAFO COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

5.1.F - Ter como objetivo o retorno dos CEIs indiretos para o controle da Prefeitura e a ampliação da rede física para o atendimento à demanda na educação infantil e em toda a educação básica e superior é a efetivação da universalização do direito à escola pública, princípio que deve estar expresso **em nossas campanhas e lutas. Para isso, é necessária ação planejada, com fixação de metas e suas etapas.**

5.1.G - O SINPEEM deve continuar atento e participando das discussões e negociações sobre o PME, considerando todos os itens que nele cabem e são reivindicações dos profissionais de educação.

EMENDA MODIFICATIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ALTERAR O PARÁGRAFO A PARTIR DA PALAVRA discussões, FICANDO COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

5.1.G - O SINPEEM deve continuar atento e participando das discussões, negociações e lutas pelas reivindicações dos profissionais de educação.

5.1.H - O Plano Municipal de Educação que defendemos tem de ser fundamentado em princípios e diretrizes gerais, metas e ações de caráter político-educacional e pedagógico. Não pode, de forma alguma, dissociar os objetivos a serem alcançados pelos sistemas, das condições necessárias para o seu alcance. A formação e a valorização profissional, a organização do ensino e a qualidade desejada, bem como os recursos imprescindíveis para o seu financiamento não podem ser relegados a matérias secundárias ou ausentes no PME.

EMENDA MODIFICATIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ALTERAR O PARÁGRAFO, FICANDO COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

5.1.H – A educação que defendemos tem de ser fundamentada em princípios e diretrizes gerais, metas e ações de caráter político-educacional e pedagógico. A formação e a valorização profissional, a organização do ensino e a qualidade desejada, bem como os recursos imprescindíveis para o seu financiamento.

5.1.I - O compromisso com a escola pública, gratuita, laica e democrática para todos, em todos os níveis, deve ser encarado como marco diferenciador na elaboração e aprovação do PME. Este objetivo, aprovado pela categoria, nos situa em campo oposto ao das organizações não governamentais, que defendem a escola pública como direito, sem que, obrigatoriamente, seja estatal, fortalecendo os convênios, as terceirizações e a privatização da educação.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 7 – OPOSIÇÃO DE LUTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 5.1.I:

Após a aplicação da Lei nº 14.660, as condições de trabalho pioram a cada dia: a ampliação da jornada está posta (pré e pós-aula), Módulo de Professores sem regência, o período integral com aluno sem aumento salarial. Reafirmam a política de caráter privatista de Kassab e o desmonte do Plano de Carreira.

Em detrimento disso, coloca-se como centro da discussão política o dito Plano Municipal de Educação, vinculado aos Planos decenais do MEC, serve apenas para dissuadir a categoria de sua real condição, como palco de disputa de setores aparatistas e reformistas que não fazem a defesa efetiva da categoria, mas mobilizam-se sim por uma ideologizada participação democrática. Serve apenas para legitimar os ataques postos para os próximos períodos.

É a política vertical dos planos de implosão da escola pública, como produto dessas diretrizes, Lula/Goldmam/Kassab sucateiam da educação pública com as seguintes reformas:

Reforma universitária: 1. Favorecimento das universidades privadas, com a “estatização” de vagas (Prouni, Reuni); 2. Precarização das condições de trabalho, flexibilização dos direitos trabalhistas; 3. Ataque à gratuidade (incentivos a Fundações e PPPs); 4. Expansão de vagas através do ensino virtual, à distância; 5. Entrega a autonomia universitária aos burocratas.

Reforma do ensino médio e do ensino técnico: unifica as duas modalidades, elimina dois anos de estudos para os estudantes e gera desemprego para os professores.

Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Pro-Jovem): organiza-se por meio de parcerias com empresas privadas, contribui para a redução do número de escolas com EJA noturno. Causa desemprego.

Fundeb: sequência do Fundef ataca os trabalhadores ao reduzir gastos públicos. Prioriza a quantidade em vez da qualidade, destina verbas de acordo com número de matrículas e de aprovados, incentiva a política de bônus, não de aumento real de salários, avaliação de desempenho. Entretanto, garantem aos Estados e municípios com administrações “eficientes” e políticos “comprometidos”, receberem vencimentos iniciais maiores,

Municipalização: acarreta a superlotação de salas; sobrecarga de trabalho nas redes municipais; o fechamento de salas e demissão de professores das redes estaduais.

As direções da CUT, UNE, SINPEEM e Apeosp colaboram para a aplicação dessas reformas, porque não denunciam-nas e nem organizam estudantes, professores e funcionários. **QUE AS DIREÇÕES ROMPAM COM LULA/GOLDMAM/KASSAB e construam a resistência dos trabalhadores.**

EMENDA MODIFICATIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ALTERAR O PARÁGRAFO, FICANDO COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

5.1.I - O compromisso com a escola pública, gratuita, laica e democrática para todos, em todos os níveis, deve ser encarado como marco diferenciador na elaboração da política aprovada pela categoria, a qual nos situa em campo oposto ao das organizações não governamentais, ao dos donos de escolas e ao do governo Kassab, que defendem a escola pública como direito, sem que, obrigatoriamente, seja estatal, fortalecendo os convênios, as terceirizações e a privatização da educação.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 5.1 AO 5.1.I:

O PME representa um engodo para os trabalhadores. O governo e a direção do sindicato iludem dizendo que é possível um plano a favor dos trabalhadores aprovado em instâncias governamentais. Ao participarmos da elaboração do PME, junto ao governo, legitimaremos as medidas de ataques a carreira e às condições de trabalho. Isso porque o PME se apóia na legislação vigente, que materializa a reforma educacional que vem sendo implementada no Brasil. Não é possível uma educação de qualidade no capitalismo. Os trabalhadores devem defender as reivindicações vitais por meio da ação direta.

5.2 - CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS GERAIS DO SINPEEM PARA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUPRIMIR O TEXTO APÓS gerais do SINPEEM, FICANDO COM O TÍTULO COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

5.2 - CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS GERAIS DO SINPEEM

1 - EDUCAÇÃO - direito constitucional de todo cidadão, seja ele criança, jovem ou adulto.

2 - ESCOLA - instituição social que possibilita o acesso à cultura, nas suas múltiplas manifestações, concebida para a formação do cidadão, o que exige:

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA cidadão, FICANDO O ITEM 2 DO PARÁGRAFO 5.2 COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

2 - ESCOLA - instituição social que possibilita o acesso à cultura, nas suas múltiplas manifestações, concebida para a formação do cidadão, **do qual distinguimos os interesses da classe trabalhadora na disputa por igualdade de condições, o que exige:**

- a)** compreensão crítica do mundo - a superação de estereótipos e preconceitos;
- b)** articulação entre os interesses da sociedade e do indivíduo, considerado-o como membro da comunidade;

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUBSTITUIR A LETRA b PELA SEGUINTE REDAÇÃO:

- b) a consideração de que há interesses distintos na sociedade e divididos por classes sociais irreconciliáveis;**

- c) formação intelectual, física, ética, estética, técnica e de opinião;
- d) unidade e integração entre o conhecimento, o trabalho e as práticas sociais;
- e) equilíbrio entre formação geral e formação profissional, não subordinada aos interesses do mercado.

3 - ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA E LAICA:

- a) para o SINPEEM, esta escola é de responsabilidade do Estado (poder público), com acesso a todos, sem discriminação ou privilégio, não excludente, não segregacionista e gestão democrática;
- b) para o SINPEEM, esta escola é financiada e mantida pelo poder público, em todos os graus, níveis, modalidades de ensino. A exclusividade da aplicação da verba pública para escola pública deve ser inegociável;
- c) para o SINPEEM, esta escola e educação têm, obrigatoriamente, caráter científico e democrático, independentemente de credo e da religião.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 5.2:

- a) **Sistema Único Estatal, público, laico, para todos em todos os níveis e vinculado à produção social;**
- b) **expropriação da rede privada de ensino e estatização;**
- c) **emprego a todos, por meio da Escala Móvel das Horas de Trabalho e Salário Mínimo Vital;**
- d) **contra as avaliações externas e de desempenho;**
- e) **fim das parcerias;**
- f) **fim da terceirização com efetivação de todos os terceirizados;**
- g) **estatização das creches conveniadas;**
- h) **garantia da Jeif para todos que por ela optarem.**

5.3 - DIRETRIZES GERAIS QUE DEVEM SER PREVISTAS NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUPRIMIR PARTE DO TEXTO, FICANDO O TÍTULO COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

5.3 - DIRETRIZES GERAIS

5.3.A - A aplicação dos princípios e diretrizes educacionais que o SINPEEM defende visa à democratização do acesso e da permanência na escola e a urgente necessidade da elevação da qualidade de ensino, com a valorização de seus profissionais.

5.3.1 - UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA EM TODOS OS NÍVEIS, ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO:

- a) aumento do número de vagas nos diversos programas e serviços, segundo prioridades estabelecidas;
- b) previsão de realização de estudos periódicos da demanda por região;
- c) vinculação do atendimento à demanda de acordo com as características de povoamento da região;
- d) vinculação de autorização para a construção de conjuntos habitacionais, à construção de Centros de Educação Infantil, Escolas Municipais de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de Ensino Médio;
- e) redução dos índices de repetência e evasão, buscando a eliminação de ambos, com efetivo atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem, abrangendo não só aspectos cognitivos, mas de apoio às áreas de saúde física e mental, com projetos especiais em todas as unidades educacionais.

5.3.2 - MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO:

- a) realização periódica de reorientação curricular, com redefinição dos conteúdos, reorganização do trabalho pedagógico e organização do ensino, com a participação efetiva dos profissionais de educação e da comunidade;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA comunidade, FICANDO A LETRA a COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- a) realização periódica de reorientação curricular, com redefinição dos conteúdos, reorganização do trabalho pedagógico e organização do ensino, com a participação efetiva dos profissionais de educação e da comunidade; salvaguardando os diferentes papéis e responsabilidade;**
- b) formação continuada dos profissionais em educação de CEIs, Emeis, Emefs, Emefms e Emees, com garantia de igualdade de oportunidades, através de cursos de graduação e/ou pós-graduação oferecidos, preferencialmente, por universidades públicas em convênio com a SME e de acordo com a opção de curso feita pelo trabalhador em educação;**

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUPRIMIR DO TEXTO A PALAVRA preferencialmente FICANDO A LETRA b COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- b) formação continuada dos profissionais em educação de CEIs, Emeis, Emefs, Emefms e Emees, com garantia de igualdade de oportunidades, através de cursos de graduação e/ou pós-graduação oferecidos, por universidades públicas em convênio com a SME e de acordo com a opção de curso feita pelo trabalhador em educação;**
- c) aprimoramento do material didático;**
- d) desenvolvimento de projetos culturais, artísticos, esportivos e outros;**
- e) efetiva participação do Conselho Tutelar nas escolas, com visitas periódicas de maior intensidade, criando um canal maior de contato e comunicação com as unidades escolares, como também melhor formação dos conselheiros para atender aos princípios de uma escola democrática, laica, inclusiva e de qualidade social; ampliação do quadro de funcionários com formação em serviço social e psicologia, disponíveis nas Varas de Infância e Juventude;**

EMENDA MODIFICATIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

DESMEMBRAR A LETRA e EM DOIS ITENS, FICANDO COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- efetiva participação do Conselho Tutelar nas escolas, com visitas periódicas de maior intensidade, criando um canal maior de contato e comunicação com as unidades escolares, como também melhor formação dos conselheiros para atender aos princípios de uma escola democrática, laica, inclusiva e de qualidade social;
 - ampliação do quadro de funcionários com formação em serviço social e psicologia, disponíveis nas Varas de Infância e Juventude;
- f) reuniões de pólos das unidades escolares, no mínimo, a cada trimestre, para troca de experiências e melhor sintonia entre as unidades e as DREs.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – UNIDOS PARA LUTAR – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS)

ACRESCENTAR APÓS A LETRA f:

- denunciar a falta de condições de trabalho nas escolas, com destaque, àquelas inauguradas no último período;
- eleger comissão para averiguar e sistematizar as denúncias sobre as condições de trabalho nas escolas;
- encaminhar as resoluções da comissão de averiguação e sistematização e demais ocorrências da categoria absorvidas nas subsedes.

5.3.3 - GESTÃO DEMOCRÁTICA DO SISTEMA EDUCACIONAL E DA ESCOLA

5.3.3.A - A escola, palco privilegiado para o desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem, cumprirá seu papel tanto quanto mais intenso for o processo democrático de tomada de decisões, no exercício pleno de sua autonomia.

5.3.3.B - Para que tenhamos, de fato, educação com qualidade social é preciso enfatizar a necessidade de democratizar a gestão da educação e das instituições educativas, garantindo a participação de estudantes, funcionários, pais, professores, gestores, funcionários e comunidade local na definição e realização das políticas educacionais, de modo a estabelecer o pleno funcionamento dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação coletiva da área educacional, por meio de ampliação da sociedade civil para todas as instituições educativas e sistemas de ensino.

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUPRIMIR O TRECHO APÓS A PALAVRA educacionais, FICANDO O PARÁGRAFO 5.3.3.B COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

5.3.3.B - Para que tenhamos, de fato, educação com qualidade social é preciso enfatizar a necessidade de democratizar a gestão da educação e das instituições educativas, garantindo a participação de estudantes, funcionários, pais, professores, gestores, funcionários e comunidade local na definição e realização das políticas educacionais.

5.3.3.1 - CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

a) gestão coletiva com efetivo funcionamento do Conselho de Escola como espaço de articulação do projeto pedagógico, de formação e instalação dos Conselhos Regionais de Gestão Participativa na Educação;

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUPRIMIR O TRECHO APÓS A PALAVRA formação, FICANDO A LETRA a COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

a) **gestão coletiva com efetivo funcionamento do Conselho de Escola como espaço de articulação do projeto pedagógico, de formação;**

b) incentivo, respeito e compromisso à organização e representação de estudantes, profissionais da educação, funcionários e pais de alunos;

c) ampliação das condições de participação da comunidade na vida da escola;

- d) aprimoramento dos canais de comunicação e livre circulação de informações das escolas entre si; entre as escolas e SME; entre as escolas e outras instâncias, com uso das novas tecnologias de informação e comunicação;
- e) Conselho Municipal de Educação com estrutura e composição democrática, com participação e representação de todos os segmentos da sociedade envolvidos com a educação e processo eletivo;

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUPRIMIR A LETRA e

- f) autonomia da escola na elaboração, execução e avaliação de planos e projetos, respeitados os princípios e diretrizes do Plano Municipal de Educação e garantido seu acompanhamento por órgãos competentes de representação, inclusive do corpo docente, dos educandos e da população organizada.

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUPRIMIR O TRECHO ENTRE AS PALAVRAS *respeitados os...* ATÉ Plano Municipal de Educação, FICANDO A LETRA f COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- f) autonomia da escola na elaboração, execução e avaliação de planos e projetos, garantido seu acompanhamento por órgãos competentes de representação, inclusive do corpo docente, dos educandos e da população organizada.**
- g) a atuação prioritária da comunidade no Conselho de Escola, implementando um conselho deliberativo e democrático;
- h) realização de um amplo trabalho de divulgação, formação e conscientização da importância de gestão democrática, envolvendo os profissionais de educação, pais e alunos;
- i) garantia de espaço físico e materiais para as reuniões da Associação de Pais e Mestres (APM), Conselhos e Grêmio Estudantil.

5.3.4 - POLÍTICA PERMANENTE DE FORMAÇÃO E PARA A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL:

- a) investidura na carreira por concurso público de provas e títulos e ingresso/acesso para as classes que compõem as carreiras que integram o Quadro dos Profissionais de Educação;
- b) remuneração compatível com a responsabilidade e importância estratégica do serviço público e da educação;
- c) piso salarial, no início da carreira e para a menor jornada de trabalho, nunca inferior ao valor do salário mínimo calculado pelo Dieese;

EMENDA MODIFICATIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ALTERAR A LETRA c:

- c) piso salarial, no início da carreira e para a menor jornada de trabalho, nunca inferior ao **valor do Piso Nacional do Magistério, assim lutamos pela valorização rumo ao salário mínimo calculado pelo Dieese;**
- d) valorização do tempo de serviço e combinação deste com títulos como componente para enquadramento por evolução;
- e) progressão salarial na carreira, por incentivos que contemplem titulação, experiência, participação em projetos e programas, atualização e aperfeiçoamento profissional;
- f) para a constituição da Jeif, computar aulas/classes atribuídas para regência, assim como turmas de reforço e recuperação, de treinamento esportivo e de iniciação teatral, musical, dança, entre outros;

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUBSTITUIR A LETRA f:

- f) **utilizar um terço do trabalho em sala com alunos (9 das 25 horas/aula semanais) para reger aulas/classes.**

- g) criação do Centro Municipal de Formação da SME e do programa de formação continuada nas modalidades presencial e a distância, com o objetivo de melhorar a qualificação e habilitação profissional na educação; formação continuada para os educadores em entidades públicas, com a garantia da dispensa de ponto para formação, afastamento remunerado para cursos, mestrado e doutorado;
- h) criação da função de professor formador, nos moldes do professor de acompanhamento e inclusão (Paai), nos Centros de Formação da SME, no âmbito regional, em processo seletivo interno, com critérios objetivos de seleção, buscando ampliar o campo de atuação na rede municipal de ensino e o aproveitamento das experiências e o conhecimento acumulado.
- i) prover a formação dos profissionais de educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica;
- j) assegurar programas permanentes e regulares de formação continuada para aperfeiçoamento profissional, inclusive em nível de pós-graduação;
- k) utilizar as horas adicionais e atividades das jornadas, bem como parte das jornadas dos gestores e dos demais profissionais de educação para a formação profissional e programas de incentivo à cultura geral;
- l) vinculação de um terço da JBD para formação;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA formação, FICANDO COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- l) vinculação de um terço da JBD para formação e hora/atividade**

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – COLETIVO DE EDUCADORES INDEPENDENTES E DE LUTA

SUBSTITUIR A LETRA I:

- l) 50% da jornada de trabalho destinada à formação e ao preparo de atividades escolares;**
- m) formação continuada para o uso das tecnologias pelos educadores;
- n) avaliação do profissional de educação e do sistema de ensino desvinculada de retribuição pecuniária ou sanções funcionais/administrativas, com vistas à superação das dificuldades detectadas para o desempenho profissional ou dos sistemas;

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUBSTITUIR A LETRA n:

- n) pelo combate às avaliações institucionais, que os trabalhadores em educação construam os seus instrumentos de avaliação e os use para uma concepção de educação que atenda às reivindicações dos trabalhadores.**
- o) processo de avaliação teórica e prática elaborado coletivamente pelo órgão executivo e os profissionais de educação abrangendo:
 - 1 formulação das políticas educacionais;
 - 2 aplicação das políticas educacionais pelas redes de ensino;
 - 3 desempenho dos profissionais do magistério e do quadro de apoio à educação;
 - 4 as condições socioeducativas dos educandos;
 - 5 os resultados alcançados pelas unidades e pelo sistema de ensino;
 - 6 pisos por cargo, classes, jornadas e desenvolvimento nas carreiras.

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUPRIMIR A LETRA o

- p) organizar atividades que garantam o conhecimento da proposta apresentada pelo governo, o debate e a negociação antes de o projeto de lei ser encaminhado para a Câmara Municipal;
- q) o SINPEEM deve produzir material de divulgação da proposta de PME.

EMENDA MODIFICATIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ALTERAR O TEXTO A PARTIR DA PALAVRA divulgação, FICANDO COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- q) o SINPEEM deve produzir material de divulgação para as propostas construídas pelos trabalhadores em educação e exigir o seu atendimento por meio da luta organizada da categoria.

5.3.5 - AVALIAÇÕES QUE NÃO CULPEM NEM PUNAM

5.3.5.A - Para o SINPEEM, avaliações permanentes são próprias e da natureza do processo educativo. No entanto, não podem desconsiderar a interdependência entre o trabalho do profissional de educação e o funcionamento geral do sistema de ensino. Portanto, devem ser compreendidas como um processo global e permanente de análise de atividades, a fim de proporcionar ao profissional de educação análise de sua prática, percebendo seus pontos positivos e visualizando caminhos para a superação de suas dificuldades, possibilitando seu crescimento profissional, e, ao sistema de ensino, indicadores que permitam o aprimoramento do processo educativo.

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUPRIMIR O TRECHO A PARTIR DA PALAVRA caminhos, FICANDO O PARÁGRAFO COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

5.3.5.A - Para o SINPEEM, avaliações permanentes são próprias e da natureza do processo educativo. No entanto, não podem desconsiderar a interdependência entre o trabalho do profissional de educação e o funcionamento geral do sistema de ensino. Portanto, devem ser compreendidas como um processo global e permanente de análise de atividades, a fim de proporcionar ao profissional de educação análise de sua prática, percebendo seus pontos positivos e visualizando caminhos.

5.3.5.B - No município são aplicadas as avaliações internas e externas. As externas – Prova Brasil, Prova São Paulo e Prova da Cidade – têm como base os referenciais curriculares estabelecidos. As avaliações internas, como a de desempenho, colocam o profissional de educação na “mão da chefia” e podem ser usadas como instrumentos de punição e desmoralização do funcionário. Podem atender ainda às políticas privatistas e de terceirização na educação.

5.3.5.C - A avaliação institucional, hoje, corresponde à desregulamentação do Estado, que pouco se preocupa em dar condições para, de fato, enxergar a realidade da educação pública e melhorá-la, mas utiliza a avaliação externa para premiar e punir tanto escolas como profissionais, em especial com a política de bônus. A avaliação do aluno é usada como o único indicativo da qualidade do ensino, desconsiderando inúmeros fatores da realidade educacional.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 5.3.5.C:

A avaliação externa tem sido desde os anos 90 apropriada pela política neoliberal como instrumento de punição e perseguição aos profissionais em educação. Com o pretexto de que o objetivo seria para diagnosticar as dificuldades dos alunos, o Estado passou a vincular a avaliação ao processo de progressão na carreira e ao congelamento dos salários. O governo Lula é o grande articulador de toda essa política aplicada pelos governos tucanos, petistas e aliados. Em São Paulo, as avaliações externas têm sido um poderoso instrumento para perseguir, punir e difamar os profissionais em educação.

5.3.5.D - O SINPEEM defende que todo e qualquer processo de avaliação deve considerar:

EMENDAS MODIFICATIVAS

PROPONENTE: GRUPO 4 – UNIDOS PARA LUTAR – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS)

ALTERAR APÓS A EXPRESSÃO “O SINPEEM defende”, FICANDO O PARÁGRAFO COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

5.3.5D - O SINPEEM defende contra as avaliações externas e internas

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ALTERAR O TEXTO APÓS A PALAVRA defende, FICANDO O PARÁGRAFO COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

5.3.5D - O SINPEEM defende o fim das avaliações externas e que sejam considerados os processos avaliativos no âmbito escolar:

- a) as dimensões intra e extraescolares de maneira articulada, na efetivação de uma política direcionada à garantia de educação de qualidade para todos;
- b) que a construção de uma educação de qualidade deve levar em conta a dimensão socioeconômica e cultural, uma vez que o ato educativo se dá em um contexto de posições e disposições no espaço social, de heterogeneidade e pluralidade sociocultural, que repercutem e também se fazem presentes nas instituições educativas;
- c) a necessidade de condições para a oferta de um ensino de qualidade social;
- d) o reconhecimento de que a qualidade da educação para todos, entendida como qualidade social, implica em garantir a promoção e a atualização histórico-cultural em termos de formação sólida, crítica, ética e solidária, em sintonia com as políticas públicas de inclusão, de resgate social e do mundo do trabalho;
- e) os processos educativos e os resultados dos estudantes para uma aprendizagem mais significativa resultam de ações concretas, com o objetivo de democratizar os processos de organização e gestão, das práticas curriculares, dos processos formativos, do planejamento pedagógico, dos processos de participação, da dinâmica da avaliação e, portanto, do sucesso escolar dos estudantes.
- f) as relações entre número de estudantes por turma, estudantes por docentes e estudantes por funcionários como aspectos importantes e condições para a oferta de educação de qualidade;
- g) que o financiamento público é fundamental para estabelecer condições objetivas de oferta de educação de qualidade e para implementar educação básica que respeite a diversidade;

- h) a estrutura e as características da instituição que traduzem positiva ou negativamente a qualidade da aprendizagem – em especial quanto aos projetos desenvolvidos, o ambiente educativo e/ou o clima organizacional, o tipo e as condições de gestão, o projeto político-pedagógico, a participação e integração da comunidade escolar, a formação e condições de trabalho dos profissionais de educação, a dimensão do acesso, permanência e sucesso escolar;
- i) a livre organização sindical e estudantil garantida;
- j) a satisfação e o engajamento ativo dos diferentes segmentos e, sobretudo, do estudante e do professor, no processo ensino/aprendizagem como fator de fundamental importância para a melhoria do desempenho escolar e para o sucesso na escola;
- k) apoio técnico e financeiro, por parte da Prefeitura, destinado a melhorar as condições de trabalho e a erradicar e prevenir a incidência de doenças profissionais;
- l) aplicação integral dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, além de outros destinados por lei à educação;
- m) garantir na organização da rede escolar adequada relação numérica professor/educando em todas etapas e modalidades de ensino da educação básica, a fim de elevar a qualidade da educação e atender às condições de trabalho dos educadores.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A LETRA m:

- **assim, o SINPEEM defende que os profissionais não legitimem nenhuma avaliação externa, por considerar que o contexto de desmantelamento da educação não será resolvido por meio de processos que desviam do principal problema - que é a supressão de investimentos em políticas de formação básica, em serviço e salário dos servidores -, para o suposto desconhecimento dos governos sobre as causas que engendram os problemas.**
- **é por reconhecer o conjunto de critérios indispensáveis a um processo emancipatório de avaliação, que o SINPEEM conclama os trabalhadores a se apoiarem nas lutas pelas mudanças imprescindíveis da educação e a não darem nenhuma credibilidade à farsa das AVALIAÇÕES EXTERNAS.**

EMENDAS SUBSTITUTIVAS

PROPONENTE: GRUPO 9 – COLETIVO DE EDUCADORES INDEPENDENTES E DE LUTA

SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 5.3.5 AO 5.3.5.D:

AVALIAÇÕES EXTERNAS: POLÍTICA DE CONTROLE DA ESCOLA PÚBLICA

Nos últimos anos, temos visto uma série de avaliações externas que vêm sendo aplicadas nas escolas públicas. No nível federal Provinha Brasil e Prova Brasil, além do ENEM (certificação do ensino médio) e do Enad (ensino superior). No nível estadual temos o Saresp e no município de São Paulo, a Prova São Paulo. Em ambos os casos, a justificativa é a mesma: avaliar para conhecer os problemas e melhor aplicar as verbas. Na prática não é o que ocorre, uma vez que as avaliações têm sido utilizadas para desqualificar os professores, alunos e a educação pública em geral.

A lógica das avaliações externas é muito contraditória. Ao mesmo tempo em que todas as teorias da educação apontam para a necessidade de se avaliar o aluno por diversas maneiras, nesse tipo de avaliação, uma única prova é utilizada para apontar o rendimento de alunos e da unidade escolar. E pior ainda, este resultado é utilizado para expor e penalizar alunos e professores. Em 2008, as escolas que não atingiram a meta do Ideb, calculado a partir do resultado da Provinha Brasil e da Prova Brasil, receberam uma verba menor do governo federal. Já na rede estadual, o Idesp, calculado a partir do resultado do Saresp, foi utilizado para o cálculo do bônus pago aos professores e gestores.

Nos dois casos, vemos que não há nenhum interesse dos governos em melhorar a educação pública, pelo contrário, o que há é uma penalização de alunos, professores e de toda comunidade escolar.

O debate sobre a qualidade do ensino público não pode passar por avaliações externas. O processo de ensino aprendizagem é muito mais complexo e requer intervenções político pedagógico contundente. Certamente, a redução do número de alunos por turma, a melhoria das condições de trabalho, com recursos materiais e pedagógicos de qualidade, salário digno para os profissionais da educação, entre outros permitirão o melhor acompanhamento do professor na organização do conhecimento.

PROPONENTE: GRUPO 10 - COLETIVO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 5.3.5.A AO 5.3.5.D:

Os processos de avaliações são projetos neoliberais que tem como objetivo sucatear a escola pública para justificar a sua posterior privatização. As políticas educacionais oficiais: municipal, estadual e federal estão em consonância com esse projeto. Por isso temos que ser contra qualquer tipo de avaliação externa.

5.4 - ORGANIZAÇÃO DO ENSINO E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

5.4.A - O debate sobre a qualidade do ensino público não pode ficar reduzido ao desempenho dos alunos em avaliações externas. Sabemos que as novas gerações estão diariamente expostas ao excesso de informação e com acesso a diferentes mídias. A escola precisa se adequar e responder aos desafios que estão postos pelo mundo do conhecimento e das novas tecnologias.

5.4.B - Não pode, de forma alguma, se submeter aos argumentos superficiais daqueles que identificam a organização do ensino em ciclos e a progressão continuada como responsáveis pelo fracasso escolar e baixa qualidade da educação.

5.4.C - A organização do ensino em ciclos está, necessariamente, ligada à concepção de escola democrática, que respeita as diferenças culturais, étnicas sociais e econômicas. Portanto, defensável pelos profissionais de educação.

5.4.D - Consideramos que a organização do ensino em ciclos e a progressão continuada e teórica são funcionalmente necessárias e podem ter excelentes resultados, desde que:

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 5.4.D:

A organização do ensino em ciclos não resolve o problema da aprendizagem e do fracasso escolar;

- a) seja efetivado um trabalho político-pedagógico e administrativo sistemático que favoreça a real implantação do ciclo;
- b) seja estabelecido como princípio a qualidade social da educação, priorizando as relações humanizadas, sustentáveis e solidárias;
- c) seja realizada a reorganização curricular, tendo em vista a organização em ciclo e as diferentes etapas de desenvolvimento da capacidade de aprendizagem dos alunos;
- d) sejam mantidos e equipados adequadamente os laboratórios de informática com número de computadores e Poies em proporção ao número de alunos, salas e turnos das unidades escolares;
- e) sejam efetivadas ações planejadas de formação continuada, a ser realizada pela DOT/DRE, para os profissionais de educação envolvidos com o ensino fundamental, visando à compreensão de como atuar nos ciclos;

- f) sejam realizadas reuniões/seminários, considerando-os como dia letivo, para realizar a avaliação do projeto pedagógico da unidade, os resultados alcançados e as alterações necessárias;
- g) sejam garantidos meios, espaço, material e profissionais de educação para o acompanhamento individualizado dos alunos, principalmente daqueles com dificuldade de aprendizagem;
- h) seja determinado pela SME, ouvido os profissionais de educação, os eixos norteadores da estrutura e funcionamento dos ciclos;

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA - SINPEEM

SUPRIMIR A LETRA h

- i) seja realizada a avaliação contínua e diagnóstica acompanhada das condições necessárias para executar atividades que permitam aos alunos superar dificuldades, sem promoção automática e com direito à recuperação paralela;
- j) na estruturação dos ciclos seja considerado como ponto de referência o desenvolvimento do aluno e não a organização dos conteúdos;
- k) seja considerado o princípio de progressão do aluno em contraposição às idéias de promoção automática ou de promoção/retenção;
- l) seja garantido o acesso ao conhecimento através da formação de equipes multidisciplinares que trabalhem aspectos que interferem no processo ensino aprendizagem;
- m) seja assegurada a realização de recuperação paralela dos educandos com defasagem de aprendizagem, desenvolvida por professores remunerados para tal fim e integrada ao projeto pedagógico da escola;

EMENDAS ADITIVAS

PROPONENTE: GRUPO 9 – COLETIVO DE EDUCADORES INDEPENDENTES E DE LUTA

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA escola, FICANDO A LETRA m COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

m) seja assegurada a realização de recuperação paralela dos educandos com defasagem de aprendizagem, desenvolvida por professores remunerados para tal fim e integrada ao projeto pedagógico da escola e turmas com, no máximo, 12 alunos.

PROPONENTE: GRUPO 9 – COLETIVO DE EDUCADORES INDEPENDENTES E DE LUTA

ACRESCENTAR APÓS A LETRA m:

- seja implantada em todas as unidades educacionais de ensino fundamental a Sala de Apoio Pedagógico, devidamente equipada com materiais pedagógicos que facilitem a atuação do professor;**
- n) seja feito planejamento ajustado à organização do ensino por ciclos e não por série, de acordo com as necessidades de aprendizagem dos alunos;
- o) haja módulo de professores por unidade escolar redefinido para assegurar a execução dos trabalhos de apoio e reforço de aprendizagem;
- p) seja feito registro permanente do processo educativo e do ensino aprendizagem e avaliação coletiva e global no final de cada ciclo;
- q) seja feita avaliação coletiva que abranja todos os envolvidos no processo educacional e todos os aspectos que interferem no aproveitamento dos alunos e os resultados definam ações e graus de responsabilidades dos envolvidos, no processo ensino aprendizagem;
- r) sejam considerados na avaliação do aluno todos os aspectos do seu desenvolvimento: conhecimento, socialização, formação de valores, habilidades cognitivas;
- s) a avaliação externa não seja considerada instrumento para identificar fracassos, mas usada para identificar as necessidades da escola para superar as desigualdades nas condições de aprendizagem dos alunos;

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA - SINPEEM

SUPRIMIR A LETRA s

- t) o ensino possibilite o conhecimento crítico de múltiplas abordagens teóricas;
- u) o ensino possibilite às crianças, adolescentes, jovens e adultos desenvolver e expandir o interesse pela cultura;
- v) o ensino respeite a individualidade do aluno, estimulando-o a colocá-la a serviço da sociedade e a desenvolver, conscientemente, a disciplina individual e a disciplina coletiva, no sentido da responsabilidade pessoal e social, visando ao exercício pleno da cidadania.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

ACRESCENTAR APÓS A LETRA v:

- **autonomia das escolas para fixarem o módulo de acordo com suas necessidades.**

5.4.1 - CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) que o SINPEEM vincule a defesa dos ciclos à cobrança para que governo ofereça todas as condições materiais, formação e valorização dos profissionais de educação;
- b) que o SINPEEM realize lutas para que o governo adapte a estrutura de todas as escolas à organização do ensino em ciclos;
- c) que o SINPEEM defenda e lute para que o governo ofereça cursos para todos os profissionais de educação, visando à superação de dificuldades existentes na organização do ensino em ciclos.

5.5 - PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS INTEGRADOS

5.5.A - Alguns programas que poderiam ter bons resultados fracassam por serem lançados casuisticamente ou por intenção de se tornarem marcas de governos e não como política de Estados.

5.5.B - O SINPEEM defende que os programas devem ser integrados e considerem a realidade, os objetivos e as metas a serem alcançados.

5.5.C - A Secretaria Municipal de Educação e os órgãos afins devem atuar integrando:

- a) os programas que compõem o Plano de Educação;
- b) a escola e a comunidade;
- c) as modalidades e níveis de ensino, ciclos e séries;
- d) as disciplinas/atividades;
- e) a programação regular e os projetos específicos;
- f) as formações geral e profissional;
- g) os alunos com necessidades educativas especiais e demais alunos, nos diferentes graus, níveis, séries e modalidades de ensino;
- h) a relação entre os princípios e diretrizes comuns e as especificidades de cada serviço, escola, localidade, contexto e situação;
- i) o ordenamento graduado e inter relacionado do ensino, em ciclos, articulado horizontal e verticalmente, prevendo-se mecanismos democráticos de passagem de um ao outro;
- j) a superação da fragmentação entre atividades e componentes curriculares, atendendo às características e métodos próprios de cada área do conhecimento.

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUPRIMIR O PARÁGRAFO 5.5 AO 5.5.C (ATÉ A LETRA j)

5.5.1 - AÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS NECESSÁRIAS

5.5.1.A - Para que o sistema municipal de ensino e a escola cumpram integralmente seu papel na oferta de educação de qualidade social, o SINPEEM defende a necessidade de algumas condições. Entre elas:

- a) realização da reforma administrativa na SME, que lhe garanta a autonomia na execução do orçamento da educação;

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA - SINPEEM

SUPRIMIR A LETRA a

- b) orçamento participativo: a gestão da receita vinculada à educação deve ser de responsabilidade dos órgãos centrais, com transparência e participação dos demais órgãos do sistema de ensino e da comunidade na definição de prioridades;

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR A LETRA b:

- b) autonomia de quem trabalha e estuda para definir as necessidades orçamentárias da escola.

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUPRIMIR A LETRA b

- c) que seja de sua competência, com a participação da sociedade, através das suas organizações representativas, a definição de programas, investimentos, planos de expansão da rede física, concursos e contratações de pessoal e de serviços;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA - SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A LETRA c:

- **organizações representativas dos trabalhadores;**
- d) criação e funcionamento do Conselho de Estudo da demanda, com membros dos Conselhos de Escola e Regionais de Gestão Participativa;
- e) criação de departamentos regionais de planejamento, programas e projetos e execução de políticas educacionais para as áreas correspondentes às subprefeituras;

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUPRIMIR A LETRA e

- f) transformação das Diretorias Regionais de Educação em órgãos de coordenação e apoio ao processo pedagógico nas unidades educacionais e apoio funcional aos profissionais da educação;
- g) criação da carreira de pessoal técnico-administrativo para ocupação de cargos e funções nos órgãos de SME;
- h) autonomia para as escolas construírem o projeto pedagógico com garantia de formação profissional continuada e os recursos financeiros necessários;
- i) fixação nos âmbitos municipal, estadual e federal do número máximo de alunos por sala de aula, conforme aprovado em nossos congressos, conforme tabela:

| Criança/idade | nº de educadores | alunos por sala |
|------------------------------|-------------------------|------------------------|
| 0 a 11 meses | 1 | 5 |
| 1 ano a 1 ano e 11 meses | 1 | 8 |
| 2 anos a 2 anos 11 meses | 1 | 13 |
| 3 anos a 3 anos 11 meses | 1 | 15 |
| 4 anos a 4 anos 11 meses | 1 | 20 |
| 5 anos a 6 anos 11 meses | 1 | 25 |
| ensino fundamental | 1 | 25 |
| ensino médio | 1 | 25 |
| Educação de Jovens e Adultos | 1 | 25 |
| Emeec – 1º ao 4º ano | 1 | 6 a 8 |
| Emeec – 5º ao 8º ano | 1 | 8 a 10 |

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA - SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A LETRA i:

- **repensar relação adequada nas salas onde houver alunos com necessidades especiais.**

EMENDA MODIFICATIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

ALTERAR O NÚMERO DE ALUNOS POR SALA DE AULA, RESPECTIVAMENTE, CONFORME SEGUIR:

- **coluna alunos por sala: 5, 7,10,15, 18, 20, 25, 25, 3 a 5, 5 a 8.**

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – COLETIVO DE INDEPENDENTES E DE LUTA

SUBSTITUIR A TABELA DA LETRA i, CONFORME SEGUE:

0 a 11 meses – 04 alunos

1 ano a 1 ano e 11 meses – 06 alunos

2 anos a 2 anos 11 meses – 10 alunos

3 anos a 3 anos 11 meses – 10 alunos

4 anos a 4 anos 11 meses – 15 alunos

5 anos a 5 anos 11 meses – 15 alunos

ensino fundamental – 20 alunos

5.6 - PAPEL DOS ÓRGÃOS INTERMEDIÁRIOS DE SME:

- a) redefinir as atribuições das DREs: sua tarefa essencial será a de coordenar o trabalho educacional na região a partir da realidade e das necessidades das unidades escolares com relação a recursos humanos, materiais e orientação técnica, conciliando a autonomia das unidades escolares com a defesa do sistema público de ensino;
- b) viabilizar a realização do levantamento anual de demanda escolar e o atendimento;
- c) direcionar as atribuições dos supervisores à integração pedagógica entre unidades educacionais e de fiscalização em instituições educacionais particulares;
- d) estimular o debate do orçamento participativo para a definição das prioridades regionais;
- e) estimular o funcionamento dos Conselhos Regionais de Gestão da Educação, composto por profissionais de educação, representação da DRE e da população local.

5.7 - AÇÕES VOLTADAS À EDUCAÇÃO INFANTIL

5.7.A - A educação infantil tem sido negligenciada em sua oferta. Faltam vagas, tanto nas Eméis como nos CEIs, contrariando o que é veiculado em propagandas dos governos sobre ampliação de vagas.

5.7.B - De fato, houve aumento de unidades mantidas diretamente pela Prefeitura. Mas, insuficiente e desproporcional à quantidade de vagas criadas através de contratos de convênios.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA - SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 5.7.B:

O aumento das vagas nas redes diretas ainda é mínimo considerando o número de crianças sem vagas. O governo Kassab gasta milhões com as terceirizações e os convênios, isto é um absurdo. É necessária a imediata construção de escolas, acabar com as terceirizações e o fim dos convênios; que todas as escolas de educação infantil sejam da rede pública.

5.7.C - Insuficiência de vagas, superlotação das salas e número excessivo de crianças por professor e a permanência e ampliação dos contratos de convênios, são problemas que devem ser revertidos urgentemente.

5.7.D - Urgente também é aplicação de direitos iguais para todos os profissionais de educação infantil, quer atuem em EMEI ou CEI. Calendário escolar, recesso, férias, reuniões pedagógicas, cumprimento de h/atividade, formação, jornadas de trabalho, não podem ter qualquer distinção.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – UNIDOS PARA LUTAR – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS)

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 5.7.D:

Com um discurso falacioso de que o ensino fundamental aos 6 anos acrescenta mais um ano de ensino obrigatório, ignoram, propositalmente, a necessidade da educação infantil como fase importante para o desenvolvimento da criança e deixam de defender a obrigatoriedade da educação infantil. Por trás da defesa do EF aos 6 e agora também aos 5 anos, tenta-se esconder a destruição da EI. O Sinpeem deve promover campanha nas ruas em defesa da EI, alertando a população sobre as condições precárias com que as crianças de 6 anos foram transferidas para as escolas de EF e o risco da entrada aos 5 anos, a defesa intransigente das crianças de 6 anos na EMEI e da obrigatoriedade do ensino infantil, com carta aberta à população, podendo inclusive procurar outros sindicatos que atuam na educação para se somarem na luta da defesa da educação infantil e contra o ensino fundamental aos 6 e aos 5 anos.

5.7.E - Também devemos atuar para reverter a política dos governos, quanto a idade das crianças nas diferentes etapas da educação infantil. Lutar contra a decisão do MEC de matricular crianças com 5 anos no ensino fundamental, é defender a educação infantil, as crianças e seus profissionais.

5.7.1 - REIVINDICAÇÕES, CAMPANHAS E AÇÕES POLÍTICAS RELACIONADAS À EDUCAÇÃO INFANTIL:

- a) reconhecimento da educação infantil como direito da criança e da família;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – UNIDOS PARA LUTAR – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS)

ACRESCENTAR APÓS A LETRA a:

- **contra o ensino fundamental aos 6 e aos 5 anos**

b) a educação infantil deve ter como objetivo o desenvolvimento integral da criança e deve ser adequada às características das diferentes idades;

c) avaliação na educação infantil, não deve ser limitada a um registro do desenvolvimento da criança, mas como diagnóstico para adoção de medidas que visem superar as suas dificuldades e avançar o seu desenvolvimento;

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUPRIMIR A LETRA c

- d) programa de formação permanente dos docentes, gestores e quadro de apoio que atuam na educação infantil; professores orientadores de salas lúdicas (brinquedotecas) nos CEIs e nas Emeis, bem como nas séries iniciais do ensino fundamental;
- e) todas as unidades devem ter condições materiais, logística e de trabalho e para os profissionais de educação;
- f) denominar Escola de Educação Infantil todas as unidades que atendem crianças de até seis anos ou a completar até o início do ano letivo (mês de fevereiro);
- g) fim do rodízio de classes;
- h) realização, pela SME, de convênios, preferencialmente com as universidades públicas, para garantir a formação em nível superior a todos os profissionais da educação infantil;

EMENDA SUPRESSIVA

PROponentes: GRUPOS 5 (OPOSIÇÃO ALTERNATIVA – SINPEEM), 8 (ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODÓI E OUTROS) E 2 (CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO)

SUPRIMIR A PALAVRA preferencialmente, FICANDO A LETRA h COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- h) realização, pela SME, de convênios, com as universidades públicas, para garantir a formação em nível superior a todos os profissionais da educação infantil;**
- i) aplicação de todos os direitos funcionais previstos para os profissionais de CEIs;
- j) viabilização de condições adequadas de trabalho e de atendimento às crianças, melhorando a infraestrutura física, o envio de materiais e verbas para os CEIs e Emeis;
- k) atendimento em período integral, com propostas de trabalho e estrutura adequada nos equipamentos, para as crianças de 0 a 6 anos e às famílias que precisarem;

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROponente: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR A LETRA k:

- k) atendimento em período normal de quatro horas nas Emeis e o restante em atividades lúdicas oferecidas pela Prefeitura.**
- l) universalização do atendimento, com percentuais definidos anualmente, para atender ao déficit, visando à expansão e garantia da oferta de educação infantil, inclusive para o atendimento às crianças com necessidades especiais;
- m) inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais e não apenas sua inserção, sem nenhum apoio técnico, pedagógico e material para os profissionais do ensino, com redução de alunos mediante estudo específico de acordo com os tipos e necessidades;
- n) construção de unidade de educação infantil deve ser feita com infraestrutura abrangendo os espaços pedagógicos, de recreação e ludismo;
- o) projeto pedagógico nas unidades educacionais, considerando as diretrizes curriculares e as experiências acumuladas na rede, expressando a organização educativa da escola, baseado no princípio da gestão democrática;

- p) assistentes de direção nos CEIs;
- q) horário de intervalo nos CEIs;
- r) professores orientadores de sala de leitura (POSLS) nas Emeis;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA POSLS, FICANDO A LETRA r COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- r) professores orientadores de sala de leitura (POSLS) **e de informática (Poies)** nas Emeis;
- s) professores de Educação Física e Educação Musical nas unidades de educação infantil;

EMENDA MODIFICATIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ALTERAR A EXPRESSÃO educação musical POR Artes, FICANDO O COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- s) professores de Educação Física e **Artes** nas unidades de educação infantil;
- t) inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais e não apenas sua inserção sem nenhum apoio técnico, pedagógico e material para os profissionais de educação infantil;

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUBSTITUIR A LETRA t:

- t) **os professores volantes devem ter o direito de participar do PEA e pontuar.**

- u) manutenção nos CEIs do módulo de saúde (auxiliares de enfermagem), também extensivo às Emeis, em respeito à concepção de que as instituições de educação infantil devem cuidar e educar;
- v) exigir o cumprimento da proporção criança/espço físico, para garantir o atendimento à criança pequena, considerando que o espaço físico necessário, com a existência de materiais pedagógicos e mobiliários projetados para um projeto pedagógico pensado para cada faixa etária;

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUPRIMIR A LETRA v

- x) propor aos sindicatos e aos movimentos e entidades populares não comprometidos com a política privatizante a realização de campanha contra a terceirização da educação infantil;
- y) defender no Plano Municipal de Educação a fixação de prazo, não superior a cinco anos, para a substituição de toda a rede conveniada;

EMENDA MODIFICATIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ALTERAR A LETRA y:

- y) **exigir do governo Kassab a fixação de prazo para a substituição de toda a rede conveniada;**

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR A LETRA y:

- y) **fim da terceirização e privatização na educação infantil, por meio da estatização de toda rede conveniada.**

z) qualificação arquitetônica que atenda à finalidade de cada equipamento de educação infantil e cumprimento de todas as normas de acessibilidade.

5.8 - AÇÕES VOLTADAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

5.8.A - Os governos do Estado e do Município compartilham a responsabilidade quanto ao oferecimento obrigatório do ensino fundamental. No entanto, nos últimos anos, inclusive como resultado da mudança do financiamento da educação, através da criação do Fundef e posterior Fundeb, os Estados vêm transferindo a manutenção e custeio desta etapa do ensino básico para os municípios.

5.8.B - O que ocorre na cidade de São Paulo é bastante ilustrativo desta transferência e suas conseqüências. O atendimento à demanda pelo governo do Estado vem diminuindo a cada ano. Já o número de matrículas na rede municipal cresceu sem o devido e necessário repasse de receitas, gerando problemas graves para o atendimento universal com qualidade. Entendemos que é necessário o entendimento ações planejadas e responsabilidades compartilhadas entre os governos Municipal e Estadual para que seja assegurada a universalização do atendimento e da permanência no ensino fundamental com oferta de educação de qualidade. Objetivos que não podem deixar de ser considerados no Plano Municipal de Educação.

EMENDAS ADITIVAS

PROPONENTE: GRUPO 3 - COLETIVO INDEPENDENTE E DE LUTA DO SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 5.8.B:

A panacéia do momento para os males da educação é a escola de tempo integral, ou seja, permanência do aluno de ensino fundamental em dois turnos. A proposta de forte apelo popular, inclusive junto a educadores, transfere para a escola um excesso de tarefas e confunde educação com escolarização. Somos contrários à proposta. Por outro lado defendemos a ampliação de oportunidades educacionais de caráter esportivo, cultural e profissionalizantes respeitadas as características e opções das crianças e adolescentes e da família.

PROPONENTE: GRUPO 4 – UNIDOS PARA LUTAR – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS)

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 5.8.B:

As matrículas centralizadas impedem que as escolas matriculem os alunos, tanto no regular como na EJA. Essa medida mascara a demanda, visto que a DRE matricula os alunos onde considera mais conveniente, desconsiderando a opção de pais e alunos, superlotando salas e deixando alunos sem matrícula por longo tempo. Além disso, essa medida despreza a autonomia das escolas e favorece a política de escola pólo.

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUPRIMIR O TRECHO APÓS A PALAVRA qualidade, FICANDO O PARÁGRAFO 5.8.B COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

5.8.B - O que ocorre na cidade de São Paulo é bastante ilustrativo desta transferência e suas conseqüências. O atendimento à demanda pelo governo do Estado vem diminuindo a cada ano. Já o número de matrículas na rede municipal cresceu sem o devido e necessário repasse de receitas, gerando problemas graves para o atendimento universal com qualidade. Entendemos que é necessário o entendimento ações planejadas e responsabilidades compartilhadas entre os governos Municipal e Estadual para que seja assegurada a universalização do atendimento e da permanência no ensino fundamental com oferta de educação de qualidade.

5.8.1 - REIVINDICAÇÕES, CAMPANHAS E AÇÕES POLÍTICAS RELACIONADAS AO ENSINO FUNDAMENTAL:

- a) a universalização do atendimento da demanda no ensino fundamental gratuito, considerando a indissociabilidade entre o acesso, permanência e qualidade da educação escolar;
- b) o acesso à toda a população, respeitados a faixa etária e as necessidades especiais dos educandos;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – UNIDOS PARA LUTAR – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS)

ACRESCENTAR APÓS A LETRA b):

- **autonomia para as escolas fazerem as matrículas do regular e EJA;**
- c) adequação do ensino noturno às necessidades dos alunos, por meio de compatibilização de horários, opções programáticas e metodológicas diferenciadas, acesso a todos os recursos pedagógicos da escola;
- d) a organização do ensino fundamental com duração de nove anos e sua iniciação nunca com idade inferior aos 6 anos completos;

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR A LETRA d:

d) fim do ensino fundamental de nove anos;

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTES: GRUPOS 4 (UNIDOS PARA LUTAR – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA) E 9 COLETIVO DE EDUCADORES INDEPENDENTES E DE LUTA

SUPRIMIR A LETRA d

- e) atendimento ao ensino fundamental também pelo poder público estadual, através de ações planejadas entre os dois entes, visando a redução do número de alunos por classe/turma, evitando perdas de jornadas, emprego e remuneração para os profissionais de educação;
- f) a manutenção de Salas de Apoio Pedagógico e Salas de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais, com número de professores de acordo com a demanda para superação dos problemas e dificuldades de aprendizagem e fim dos entraves burocráticos para sua implantação e funcionamento;
- g) a garantia da efetiva implementação do ensino fundamental em ciclos, considerando o processo de reconstrução do conhecimento pelo educando.
- h) inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais e não apenas sua inserção, sem nenhum apoio técnico, pedagógico e material para os profissionais do ensino, com redução de alunos mediante estudo específico de acordo com os tipos e necessidades.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR A LETRA h:

h) contra o fechamento das escolas especiais e que haja atendimento parcial dos alunos com necessidades especiais nas escolas regulares.

5.9 - AÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

5.9.A - Entendemos que a Educação de Jovens e Adultos deve atender ao princípio constitucional da educação como direito e dever do Estado. Deve visar não só a eliminação do analfabetismo, mas o oferecimento de educação de qualidade para todos. Esta modalidade de ensino deve respeitar as particularidades, necessidades e características dos indivíduos sem, no entanto, ser tratado com preconceitos ou de forma rebaixada em sua importância.

5.9.B - A EJA é direito de todos e dever do Estado. Entendemos que reorganização das turmas em pólos dificulta o acesso dos alunos, pois seu perfil é diferenciado, já que trabalha e tem responsabilidades sociais e culturais em sua comunidade.

5.9.C - A consolidação de uma política de EJA, concretizada na garantia de formação integral, de alfabetização e das demais etapas de escolarização ao longo da vida, inclusive para aqueles em situação de privação de liberdade, deve ser pautada pela inclusão e qualidade social, gestão e financiamento que assegure isonomia da EJA em relação às demais etapas e modalidades da educação básica.

5.9.1 - REIVINDICAÇÕES, CAMPANHAS E AÇÕES POLÍTICAS RELACIONADAS À EJA:

- a) realização de campanha pública de massa em jornais, rádios e televisão;
- b) estabelecer o número máximo de 25 alunos por turma e não estabelecer um mínimo para abertura de classe;
- c) contra as escolas pólo, pelo direito de os estudantes estudarem próximo à sua residência;
- d) atendimento ao público também no período noturno, para garantir a matrícula dos alunos trabalhadores;
- e) prioridade ao ensino presencial regular e supletivo;

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR A LETRA e:

- e) fim do ensino a distância;
- f) ampliação do número de cursos de Educação de Jovens e Adultos, nas unidades escolares do ensino fundamental e médio, com currículos e modos de funcionamento adequados às necessidades da população à qual se destinam, garantindo os recursos pedagógicos, materiais e financeiros, com professores da própria unidade escolar;

- g) que o Município e o Estado realizem um censo educacional visando localizar a demanda de jovens e adultos “analfabetos” e ofereçam educação para todos;
- h) que a SME, em parceria com as Secretarias Municipais de Emprego, Trabalho e Renda, vincule as políticas de EJA com as de proteção contra o desemprego, geração de empregos e renda;

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR A LETRA h:

- h) nenhum jovem fora da escola e do trabalho: quatro horas no trabalho e o restante para estudos e lazer.**
- i) que a SME ofereça formação permanente específica aos profissionais que trabalham com essa modalidade de ensino, com o objetivo de criar um currículo próprio;
- j) inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais e não apenas sua inserção, sem nenhum apoio técnico, pedagógico e material para os profissionais do ensino, com redução de alunos mediante estudo específico de acordo com os tipos e necessidades;
- k) exigir que a SME realize, anualmente, a chamada pública da EJA, utilizando todos os recursos e mídias;
- l) exigir que os governos realizem campanhas sobre a EJA.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

ACRESCENTAR APÓS A LETRA I:

- **fim do Mova.**

5.10 - AÇÕES VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

5.10.A - Funcionam na rede municipal Escolas de Educação Especial (Emees). O debate sobre a continuidade e expansão da quantidade destas unidades é antigo. Temos a convicção que a existência destas unidades atende às necessidades que não podem ser ignoradas pelos educadores nem pelo poder público, tampouco podem ser entendidas como uma recusa à educação inclusiva.

5.10.B - O SINPEEM defende a manutenção e ampliação da quantidade de Emees existentes, ao mesmo tempo que todas as unidades da rede tenham política educacional, estrutura, logística, recursos humanos com formação adequada e necessária para o atendimento pleno aos alunos com necessidades especiais.

5.10.1 - CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES RELACIONADAS À EDUCAÇÃO ESPECIAL:

- a) ampliação da rede, considerando a infraestrutura necessária ao trabalho pedagógico de qualidade, com acompanhamento especializado junto à equipe escolar, contemplando desde a construção física, com adaptações adequadas aos portadores de necessidades especiais, até os espaços especializados de atividades artístico-culturais, esportivos, recreativos e a adequação de equipamentos e espaços específicos para trabalho de apoio aos alunos com dificuldade de aprendizagem;
- b) ampliação dos projetos de atendimento às crianças com necessidades especiais, realizados nas próprias unidades, com professores capacitados para a prestação desse serviço e garantir na unidade educacional a permanência do profissional de educação que se dispuser a atender a esses projetos e a esses alunos;
- c) criação de um programa especial de formação e capacitação para os profissionais de educação, voltado para o trabalho com alunos portadores de necessidades especiais e com dificuldade de aprendizagem;
- d) inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais e não apenas sua inserção, sem nenhum apoio técnico, pedagógico e material para os profissionais do ensino, com redução de alunos mediante estudo específico de acordo com os tipos e necessidades;
- e) intercâmbios com outras secretarias visando ao atendimento urgente aos alunos portadores de necessidades especiais;
- f) criação de centros públicos estatais de apoio interdisciplinar para alunos da rede pública municipal com necessidades educacionais especiais, bem como às suas famílias e às escolas para os casos não compatíveis com a inclusão;
- g) tornar disponíveis livros didáticos ou não escritos em braile, em caracteres ampliados para alunos deficientes visuais e para os de visão subnormal no ensino fundamental;
- h) garantir transporte escolar com adaptações necessárias aos alunos que apresentem dificuldades de locomoção;
- i) que as escolas considerem em seus projetos pedagógicas necessidades educacionais especiais dos alunos, definindo os recursos necessários e oferecendo formação em serviço aos profissionais em exercício;
- j) inclusão nos currículos de formação de professores disciplinas específicas para capacitação ao atendimento dos alunos especiais;

- k) realização de encontros em troca de experiências entre os profissionais habilitados em necessidades especiais e os profissionais da rede regular.
- l) exigir da SME todas as condições para que as escolas de educação especial e as demais unidades da rede possam atender aos alunos com necessidades especiais;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – UNIDOS PARA LUTAR – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS)

ACRESCENTAR APÓS A LETRA I:

- **a inclusão de alunos com necessidades especiais ocorre sem que as escolas sejam minimamente preparadas para isso. Não há nas escolas especialistas para auxiliar no trabalho pedagógico nem mesmo condições físicas adequadas, como, por exemplo, banheiros adaptados, corrimão, rampa, elevadores, nem mesmo a adequação do número de alunos por sala, que está previsto em legislação é respeitada. O Sinpeem deve fazer um levantamento rigoroso de como está a situação nas escolas no que se refere à inclusão, desde o ensino infantil até o ensino fundamental e médio, para termos um quadro geral. O objetivo deste levantamento é pressionar SME para que tome providências urgentes no sentido de adequar as escolas com recursos materiais, espaço físico, profissionais especializados e redução do número de alunos por sala, para o atendimento aos alunos com necessidades especiais.**
- m) exigir que seja revisto o módulo do quadro de apoio e que não sejam contados os profissionais em licença ou readaptados,
- n) reivindicar que os diretores e coordenadores que estão escolhendo nas Emees conheçam a Língua Brasileira de Sinais (Libras), que também deve ser do domínio de todos os funcionários das Emees.

5.11 - O SINPEEM E AS AÇÕES VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

5.11.A - O SINPEEM deve apoiar todas as iniciativas que visem à disseminação de política direcionada à transformação dos sistemas educacionais em sistemas inclusivos, que contemplem a diversidade com vistas à igualdade.

5.11.B - Para isso, são necessários estrutura física, recursos materiais e humanos e apoio à formação, com qualidade social, de gestores, professores e demais profissionais de educação nas escolas públicas, tendo como princípio a igualdade de direitos e a diversidade etnicorracial, de idade, de orientação sexual e religiosa, bem como a garantia dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e elevadas habilidades/superdotação.

5.11.1 - CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES RELACIONADAS À INCLUSÃO:

- a)** realização de processos de formação inicial e continuada dos docentes em consonância com as atuais demandas educacionais e sociais para um ambiente educacional inclusivo;
- b)** garantia de que na formação inicial e continuada a concepção de educação inclusiva esteja sempre presente, o que pressupõe a reestruturação dos aspectos constitutivos da formação dos professores, com vistas ao exercício da docência no respeito às diferenças e no reconhecimento da valorização da diversidade, tendo como compromisso o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os alunos, por meio de um currículo que favoreça a escolarização e estimule as transformações pedagógicas das escolas, visando à atualização de suas práticas, como meio de atender às necessidades dos estudantes durante o percurso;
- c)** participação das Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Esportes, Meio Ambiente e Assistência Social no desenvolvimento de programas de apoio às crianças e aos adolescentes com necessidades especiais;
- d)** formação de equipes multidisciplinares que atendam poucas unidades escolares em cada região, prestando o atendimento necessário às crianças e aos adolescentes em com necessidades especiais e/ou em condições de risco e de suas famílias;
- e)** programas paradidáticos e profissionalizantes que ocupem maior parcela de tempo, oferecidos na rede pública de ensino;
- f)** a ampliação do número de aparelhos de cultura e lazer nos bairros periféricos, com bibliotecas, teatros, música, Centro Desportivo Comunitário (CDC), casas de cultura etc.;
- g)** ao divulgar o ECA nas escolas municipais, garantir a construção da cidadania das crianças, dos jovens e dos adolescentes através da vivência de seus direitos e da conscientização coletiva da importância da prática dos deveres, contidos nas normas disciplinares, construídas nas escolas municipais;
- h)** programas e projetos de segurança para as escolas e implementação de políticas de inclusão social (esportes, cultura, lazer etc.) que visem ao combate à violência, prioritariamente, nos bairros com maior índice de violência e tráfico de drogas;
- i)** aulas públicas e no espaço escolar, com pais e familiares dos alunos sobre a proteção à criança e ao adolescente e a inclusão destes, quando em conflito com a lei;
- j)** aulas opcionais de Libras no currículo, inclusive para pais e familiares;
- k)** garantia progressiva da qualificação de todos os educadores em Libras;

- l) garantia de cursos de especialização em educação especial/inclusiva – áreas diversas: surdez, deficiência intelectual, visual e física para os docentes que atuam na rede pública;
- m) implantação de pelo menos uma Saai de cada deficiência em cada microrregião, com a finalidade de criar uma rede de apoio a todas as unidades educacionais da rede;

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – COLETIVO DE EDUCADORES INDEPENDENTES E DE LUTA

SUBSTITUIR A LETRA m:

- m) implantação da Sala de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (Saai) em todas as unidades que tiverem ao menos oito alunos com necessidades educacionais especiais naquela deficiência;**
- n) garantia de todos os recursos necessários para o atendimento às crianças com necessidades educacionais especiais, eliminando a burocratização nas suas aquisições.

5.12 - FINANCIAMENTO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO

5.12.A - A vinculação de receitas orçamentárias para a manutenção e desenvolvimento do ensino é bandeira histórica do SINPEEM. Lutamos contra a mudança da Lei Orgânica do Município em 2001, que teve como consequência a redução do percentual de 30% para 25% e a apropriação de 5% anteriormente vinculados ao cumprimento dos gastos com educação, conforme determina a LDB, destinados a partir de então para programas de assistência.

EMENDA MODIFICATIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA – SINPEEM

SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 5.12.A:

5.12.A -Aumento imediato do percentual do PIB destinado à Educação PARA 10% e posteriormente para 15%, que busque compatibilizar e equalizar o custo aluno/ano na educação básica e superior. Somos contrários à política de fundos, pois os mesmos se inserem na lógica de concentrar os recursos existentes em um determinado nível de ensino, não representando aumento nos investimentos em educação.

5.12.B - A falácia do financiamento da educação se aprofunda ao impor o ensino fundamental aos seis anos, acabando com o terceiro estágio nas Emeis e jogando as crianças de cinco, seis anos no ensino fundamental. Tal medida só se explica pelo aspecto econômico, desconsiderando totalmente a criança e a aprendizagem.

5.12.C - Os discursos neoliberais afirmam que o problema não é falta de investimento e sim má gestão dos recursos existentes para este setor. Afirmam, também, que a baixa qualidade do ensino é responsabilidade dos professores.

5.12.D - Na Conferência Municipal de Educação de São Paulo foi aprovada a reivindicação para que sejam aplicados 10% do PIB em educação até 2014. Temos a certeza de que isto só será efetivado se houver pressão de toda a sociedade, para que a educação seja de fato, 'considerada como investimento e não como gastos sem retorno.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA sociedade E ANTES DE para que a educação..., FICANDO O PARÁGRAFO COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

5.12.D - Na Conferência Municipal de Educação de São Paulo foi aprovada a reivindicação para que sejam aplicados de 10% do PIB em educação até 2014. Temos a certeza de que isto só será efetivado se houver pressão de toda a sociedade, **avançando no atendimento do Custo Aluno Qualidade/Inicial definido pela CNTE**, para que a educação seja de fato, considerada como investimento e não como gastos sem retorno.

5.12.E - No âmbito do município de São Paulo, lutamos pela volta da aplicação de 30% das receitas e transferências correntes em manutenção de desenvolvimento do ensino, reconhecendo que se faz necessário também a elaboração e aprovação de uma reforma tributária pautada pela justiça social e o equilíbrio regional, que garanta recursos financeiros para a efetivação dos direitos sociais e distribuição de renda.

5.12.1 - REIVINDICAÇÕES, CAMPANHAS E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) verba pública exclusivamente para a escola pública estatal;
- b) mais verbas para a educação com o comprometimento de pelo menos 10% do PIB;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – UNIDOS PARA LUTAR – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS)

ACRESCENTAR APÓS A LETRA b:

- **contra a política de fundos. Não ao Fundeb;**

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR A LETRA b:

- b) financiamento integral da educação pública pelo Estado.**
- c) desvinculação dos recursos destinados à educação de qualquer nível de contingenciamento de recursos provenientes das receitas da união;
- d) efetivação da responsabilização administrativa e fiscal dos gestores públicos que não executem a integralidade dos recursos orçamentários destinados à educação e a perda de mandato nos termos da legislação em vigor;
- e) cumprimento dos artigos 70 (com exclusão do inciso V) e 71 da LDB, que definem quais as despesas que são consideradas ou não como despesas com educação;
- f) realização de estudos anuais sobre custo - aluno/qualidade na cidade de São Paulo;
- g) descentralização e democratização com controle social dos recursos vinculados à educação;

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUPRIMIR A LETRA g

- h) lutar contra todo tipo de privatização na educação (terceirizações, convênios, administrações indiretas, ONGs e organizações sociais).

5.13 - COMBATE À VIOLÊNCIA É POLÍTICA PERMANENTE DO SINPEEM

5.13.A - Dentre os brasileiros com 15 anos de idade ou mais, 14,4% são analfabetos. Destes, cerca de 10 milhões são negros ou pardos e apenas 9,9% das crianças das famílias de baixa renda têm acesso à creche. Da população de zero a três anos de idade, apenas 15,5% estão na educação infantil e 47,1% dos jovens em idade adequada frequentam o ensino médio. A média de estudo do brasileiro é de 7,2 anos, sendo 3,9 anos entre os 20% mais pobres e 10,2 anos entre os 20% mais ricos. Somente 8,6% das pessoas com mais de 25 anos de idade possuem 15 anos ou mais de estudos. Destes, 78% são brancos, 16,5% são pardos e 3,3% são negros. Apenas 23,6% dos estudantes universitários estudam em estabelecimentos públicos, sendo que 54,3% pertencem ao grupo dos 20% mais ricos.

5.13.B - Estes números, extraídos da última Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílio, revelam que o problema da educação, nos aspectos violência e indisciplina, podem estar associados à imensa desigualdade regional, de renda e de oportunidades, fruto do injusto sistema de desenvolvimento econômico e de concentração de rendas, vigentes historicamente no país. Devemos lutar contra este modelo e adotar medidas imediatas que mitiguem sua repercussão no ambiente escolar, na forma de violência e indisciplina, até que se conquiste uma sociedade acentada na igualdade de condições e oportunidades. Uma sociedade socialmente justa e igualitária!

5.13.1 - REIVINDICAÇÕES, CAMPANHAS E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a)** articulação entre justiça social, educação e trabalho no combate à violência na escola e na sociedade, tendo como eixo a diversidade na implantação de políticas públicas;
- b)** garantia, pelo poder público, à universalidade dos direitos, superando as desigualdades sociais;
- c)** igualdade de gênero;
- d)** combate ao racismo e a toda forma de discriminação: o racismo, a discriminação e a xenofobia agravam as condições da pobreza e violência, pois marginalizam, tanto na escola como na sociedade, indivíduos, grupos e comunidades, constituindo-se em poderoso mecanismo de segregação que fortalece outras formas de discriminação, como de classe, de gênero, de opção sexual, de origem étnica e de religião;
- e)** promoção e participação de campanhas pela paz, pelo respeito ao ambiente e à dignidade humana e pela erradicação da pobreza;
- f)** afastamento e proteção imediata aos profissionais de educação sob risco de vida ou agressão nas escolas, sem perdas de direitos;
- g)** criação de um núcleo, pela SME, para discutir a violência e ações para enfrentá-la no ambiente escolar;
- h)** pelo direito de os professores de Artes e de Educação Física comporem um terço da jornada dirigida aos educandos com projetos, oficinas e participação em campeonatos e atividades afins.
- i)** realização de campanha em defesa da vida e combate à violência na escola e na sociedade, em conjunto com outras entidades;
- j)** organização de atos e passeatas, em conjunto com outras entidades, contra a violência e pela paz.

6 - QUESTÃO FUNCIONAL

6.1 - SINPEEM NA DEFESA PERMANENTE PELA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE DIREITOS

6.1.A - O contínuo agravamento da crise social e a incapacidade dos poderes públicos de dar respostas efetivas em relação à baixa qualidade do ensino, ao atendimento à saúde, à crescente violência e à insegurança não podem deixar de ser vinculados às políticas de arrocho salarial, falta de investimentos em formação, redução e desmonte de quadros de pessoal, terceirização de serviços, contratos de convênios, privatização, desestruturação de carreiras e eliminação de direitos dos servidores, implementados por diferentes governos de Municípios, estados e União.

6.1.B - Os profissionais de educação, através do SINPEEM, por ter claro que a nossa luta é muito maior que a legítima defesa dos nossos direitos corporativos específicos, nunca deixou de realizar ações em defesa dos serviços públicos, da educação pública de qualidade, pela valorização e direitos profissionais, melhorias e direitos para os trabalhadores em geral.

6.1.C - Até agora, não conseguimos todas as reivindicações que aprovamos em nossas instâncias, apresentamos ao governo e por elas lutamos. No entanto, por mais que se force uma leitura negativa dos resultados obtidos pelas lutas realizadas pelo SINPEEM, não é possível a ninguém ignorar que obtivemos conquistas importantes ao longo dos anos.

EMENDAS ADITIVAS

PROPONENTE: GRUPO 4 – UNIDOS PARA LUTAR – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS)

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.1.C:

O quadro de apoio faz parte do Quadro dos Profissionais de Educação, mesmo assim não tem garantido os mesmos direitos do Quadro do Magistério. Exemplo disso é a evolução funcional do quadro de apoio que está muito aquém da evolução funcional do magistério. Mesmo a ampliação do número de referências na Tabela de Vencimentos com mais 4 referências é insuficiente, visto que os critérios mínimos para evolução requerem tempo muito maior do que o magistério para mudar de referência, além do tempo há ainda títulos e avaliação de desempenho. O Sinpeem, por ser contra a avaliação de desempenho, não pode aceitar que seja utilizada para a evolução funcional do quadro de apoio.

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA - SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.1.C:

A não rejeição da proposta de Kassab não pode implicar descaracterização do Plano de Carreira. A nossa luta deve prosseguir: Incorporação de todas as gratificações nos padrões de vencimento; Em defesa da carreira; Fim das terceirizações; concurso público para o quadro de apoio; estabilidade aos trabalhadores terceirizados (contagem de tempo para concurso); redução do número de alunos por sala; Atendimento pleno aos alunos na EJA com a reabertura de salas; fim dos convênios com instituições privadas; entrada livre em mestrados e doutorados das universidades públicas – prioridade no acesso à formação pública para quem é da rede pública; recursos da educação para valorização profissional e salarial.

6.1.D - A nossa carreira, por exemplo, consolidada na legislação que temos, foi estruturada depois de muitos anos de luta, tendo como parâmetro orientador a função social da profissão de educador (docentes, gestores e pessoal do apoio à educação) e as necessidades educativas. Na organização do quadro e das carreiras contidas no nosso estatuto, sempre consideramos que as suas composições, desenvolvimento, critérios de avaliação e qualificação devem explicitar o nosso compromisso social com a formação das novas gerações, com a qualidade da escola e com os serviços públicos. Somos com certeza, uma entidade que obteve conquistas importantes para a categoria, sem jamais deixar de continuar promovendo ações pela ampliação dos direitos e atendimento das reivindicações da categoria. Esta afirmação, longe de se caracterizar como manifestação ufana, pode ser comprovada com a realização de comparações com o que é obtido por outras categorias dos servidores municipais, profissionais de educação de outras redes e com o conjunto dos trabalhadores mesmo da iniciativa privada.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA - SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.1.D:

As Leis nº 11.229 e nº 11.434 (Estatuto do Magistério) foram fruto de muita luta e consolidadas num plano que possibilita a Evolução e a Progressão funcionais. A Lei nº 14.660 já mostra os prejuízos com critérios mais duros para Progressão Funcional por Merecimento (praticamente impossível) e também para fins de Evolução Funcional em que vários títulos deixaram de ter validade ou tiveram pontuação reduzida. Ou seja, a Evolução Funcional/Progressão Funcional vem sendo diluída e descaracterizada com Gratificações e complementos.

6.1.E - Devemos continuar atuando sempre considerando o que conquistamos, sem jamais ficarmos presos ao passado e presos às reivindicações, direitos e necessidades da nossa categoria.

EMENDAS ADITIVAS

PROPONENTE: GRUPO 3 - COLETIVO INDEPENDENTE E DE LUTA DO SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.1.E:

Projeto de lei que tramita na Câmara Municipal propõe a transformação dos professores readaptados em assessores pedagógicos educacionais, passando a compor a classe dos gestores. Alega o autor do PL que tal medida contornaria as objeções à aposentadoria destes docentes. Entendemos que este tipo de medida é inadequado. Conquistamos a aposentadoria especial para os gestores na luta política que pressionou o Executivo e o Judiciário e não através de malabarismos legislativos. Por outro lado, além de ferir a identidade profissional, corre-se o risco de impor ao professor readaptado o cumprimento da jornada de 40 horas semanais, aumentando os agravos à saúde destes profissionais.

PROPOMOS:

- que o sindicato organize a formação e organização das Cipas nos locais de trabalho.
- Nós formamos os nossos cipeiros e o governo forma os dele.

PROPONENTE: GRUPO 7 - OPOSIÇÃO DE LUTA

ACRESCENTAR APÓS A LETRA I DO PARÁGRAFO 6.3.1:

O centro da discussão política, no último período, é o dito Plano Municipal de Educação.

Enquanto as discussões pairavam e pairam sobre o dito Plano Municipal, a direção sindical, capitaneada por seu Presidente, negociava o aprofundamento do arrocho sobre os salários, e assim tivemos uma pífia campanha salarial, pois não houve qualquer mobilização.

Durante a Campanha, as Assembléias estiveram marcadas pela contenção da luta direta e manobras de todo o tipo. Desta forma, esta direção canalizou a campanha para o campo das negociações, seguindo mais uma vez o calendário da prefeitura, que durante todo este período tratou a categoria com absoluto descaso e desrespeito, apresentou uma contraproposta quando quis e da forma que quis.

Vimos novamente o acordo entre a direção do Sinpeem e o governo Kassab. Saímos com a redução do piso salarial e a confirmação da política de Gratificações e Incorporações, o quê congela os salários até 2013. Isso comprova que a política de Incorporações não nos serve.

Temos que por essa categoria novamente no rumo da defesa de direitos e do aumento real de salários. Só assim recolocaremos o SINPEEM no caminho a defesa concreta dos trabalhadores da Educação.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 6.1 AO 6.1.E:

O governo continua arrochando salários. Desde 2006 a política salarial tem sido só de gratificações. Temos sim, perdas acumuladas ao longo dos anos. Mais grave ainda é o valor do piso salarial, quadro de apoio, que é pouco mais de um salário mínimo e não sustenta uma família trabalhadora.

É falsa a idéia de que tivemos vitórias, propagandeada pela diretoria majoritária, que procura amenizar as perdas impostas pelo governo, por que está atrelado a ele através das alianças eleitorais.

A ausência de lutas nas ruas tem colaborado com a aceitação das propostas governamentais, negociadas a quatro paredes. É preciso rechaçar essa colaboração e retomar a luta nas ruas.

6.1.1 - REIVINDICAÇÕES, CAMPANHAS E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) lutar pela ampliação e por novos direitos;
- b) defender a gestão democrática, com funcionamento legal do Conselho Deliberativo nas unidades e nas DREs;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – COLETIVO DE EDUCADORES INDEPENDENTES E DE LUTA

ACRESCENTAR APÓS A LETRA b:

- defender que os ocupantes dos cargos/função de assistente de diretor e secretário de escola sejam eleitos pelo Conselho de Escola;

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

SUPRIMIR O TRECHO APÓS A PALAVRA democrática, FICANDO A LETRA b COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- b) defender a gestão democrática;**
- c) lutar pela definição da organização e fixação do campo de atuação dos profissionais do ensino;
- d) defender a manutenção do provimento dos cargos da carreira do magistério por concursos de provas e títulos;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – UNIDOS PARA LUTAR – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS)

ACRESCENTAR APÓS A LETRA d:

- **concurso público imediato para o quadro de apoio;**
- **contra avaliação de desempenho para evolução funcional do quadro de apoio;**
- **evolução funcional para o quadro de apoio com os mesmos critérios do magistério;**
- e) lutar para que a investidura em cargo da classe II do concurso da carreira do magistério ocorra por acesso e por ingresso;

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR AS LETRAS d E e DO PARÁGRAFO 6.1.1:

- **defesa do emprego a todos, por meio da Escala Móvel das Horas de Trabalho (divisão das horas entre todos aptos ao trabalho);**
- **estabilidade a todos.**
- f) lutar pela reorganização das carreiras que integram o quadro de apoio;
- g) defender a composição das carreiras do quadro de apoio em classes e categorias distintas por evolução funcional e de acesso;
- h) defender a ampliação da quantidade dos níveis e graus das tabelas de vencimentos do quadro do magistério, contidas no anexo da Lei nº 14.660/07;
- i) exigir ajuste nos critérios e interstícios da tabela que combina tempo e título, para fins de evolução funcional, permitindo que o fator título seja, de fato, um acelerador para que os integrantes do quadro do magistério e de apoio, possam chegar à última referência em menor tempo;
- j) lutar pela inclusão do direito de recesso em julho, para todos os profissionais dos CEIs;
- k) inclusão na Jeif, independentemente de regência de classe/aula;
- l) garantia da mesma composição na Jornada Especial Integral para os professores dos CEIs;
- m) gratificação de 50% pelo serviço noturno, prestado a partir das 19 horas;
- n) hora/aula excedente e de qualquer hora/trabalho além da jornadas a que estão submetidos os profissionais de educação, com valor 100% superior;
- o) direito de enquadramentos para os comissionados estáveis e não estáveis;
- p) direito de incorporação para fins de aposentadoria pelo exercício de cargos e jornadas especiais de trabalho;
- q) nenhuma perda de direitos para os readaptados;
- r) redução da jornada do quadro de apoio sem redução de salários;

EMENDAS ADITIVAS

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA - SINPEEM

ACRESCENTAR ENTRE AS PALAVRAS apoio E sem redução, FICANDO A À LETRA r COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

r) redução da jornada do quadro de apoio **para 30 horas** sem redução de salários

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ACRESCENTAR ENTRE AS PALAVRAS apoio E sem redução, FICANDO A LETRA r COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

r) redução da jornada do quadro de apoio **para 30 horas semanais (seis horas ao dia)** sem redução de salários;

s) contagem do tempo de ADI para todos os efeitos no cargo de professor de educação infantil e professor de educação infantil e ensino fundamental I;

t) formação pedagógica e capacitação técnica continuada;

u) direito de opção para que os seguintes servidores que hoje atuam na educação possam integrar o Quadro dos Profissionais de Educação: agente de apoio;

1 - agente de apoio

2 - assistente de gestão de políticas públicas;

3 - agente administrativo de vigilância/zeladoria;

4 - agente administrativo de serviços gerais;

5 - auxiliar técnico de desenvolvimento;

6 - contador;

7 - bibliotecário.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A LETRA u:

- **pela consideração das contagens de tempo para computo da carreira do Magistério (QPE) da PMSP: tempo anterior de cargo de diretor de equipamento social, de pedagogo e de auxiliar de desenvolvimento infantil da Secretaria Municipal de Assistência Social; de Magistério exercido em outras Secretarias da PMSP, de Magistério exercido;**
- **pelo acréscimo salarial correspondente ao número de classes e alunos sob responsabilidade do professor em regência; pela regulamentação das atribuições dos professores de Artes e Educação Física (ensino fundamental I, II e médio).**

6.2 - SINPEEM DEFENDE CARREIRA OPERACIONAL E TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

6.2.A - Não aceitamos a terceirização dos serviços. Defendemos os direitos do quadro de apoio, sua carreira e a investidura nos cargos por concurso público.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA - SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.2.A:

Estabilidade para os trabalhadores terceirizados, contagem de tempo para concurso.

6.2.B - Para os atuais agentes escolares e agentes de apoio, defendemos a mudança de denominações e atribuições, combinada com a realização de concursos para os cargos das carreiras que integram este quadro.

6.2.C - Não podemos defender a transformação e a mudança das atribuições sem vincular a obrigatoriedade de realização de concurso público, permitindo ao governo condições e tranquilidade para levar adiante a terceirização.

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – COLETIVO DE EDUCADORES INDEPENDENTES E DE LUTA

SUPRIMIR O PARÁGRAFO 6.2.C

6.2.D - Precisamos do quadro operacional e de auxílio técnico-administrativo escolar composto de cargos de provimento efetivo e funções de livre provimento exclusivamente nas unidades escolares, com as seguintes configurações:

a) classe I – serviços de apoio operacional:

- 1) agente de serviços gerais;
- 2) agente de vigilância e zeladoria;
- 3) auxiliar de merendeira;
- 4) merendeira.

b) classe II – serviços de apoio ao aluno:

- 1) agente de apoio ao aluno;
- 2) atendente de enfermagem;
- 3) auxiliar de enfermagem;
- 4) enfermeiro.

c) classe III: serviços administrativos:

- 1) auxiliar técnico de educação I e II;
- 2) secretário de escola;
- 3) técnico em contabilidade;
- 4) assistente técnico em informática.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 1 – COMPROMISSO E LUTA

ACRESCENTAR APÓS O ITEM 4 DO PARÁGRAFO 6.2.D:

DIREITOS DE CARREIRA E VALORIZAÇÃO DOS ATEs.

A partir de 2007, o cargo de ATE passou a ter classe única, implicando em mudanças nas atribuições e em reclamações por desvio de funções.

Conquistamos a ampliação da tabela do ATE até o QPE-14E. Para o agente escolar, conseguimos até o QPE-08E. Mas isso não resolve as insatisfações nem os conflitos que o desvio de funções tem provocado.

DEFENDEMOS:

- que os ATEs no QPE-1 sejam enquadrados na referência inicial do QPE-07;
- que, na referência inicial QPE-07, os que já tiveram enquadramento por evolução tenham seus direitos garantidos, passando à referência correspondente e de maior valor.
- definição dos módulos de ATEs I, considerando o número de alunos e turnos de cada unidade;
- pagamento de diferença ao ATE I quando desempenhar funções da classe II, e ao ATE II, quando designado secretário de escola;
- pagamento da gratificação por deslocamento aos ATEs e secretários;
- reorganização da carreira do quadro de apoio, com criação de cargos de secretário investidos por concurso de acesso por ATEs e de ingresso.
- que o interstício de tempo entre uma referência e outra aos ATEs e agentes escolares não seja superior a três anos.

6.2.1 - REIVINDICAÇÕES, CAMPANHAS E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) criação de uma política de trabalho de formação continuada para o quadro de apoio;
- b) complementação de escolaridade sob responsabilidade do governo;
- c) garantia de substituição nas licenças do quadro de apoio;

- d) incorporação dos vigias escolares (agentes de apoio) ao QPE;
- e) sala para o quadro de apoio em todas as unidades de trabalho, com infraestrutura adequada;
- f) realização urgente de concursos para o quadro de apoio e fim das terceirizações;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA terceirizações, FICANDO A LETRA f COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- f) realização urgente de concursos para o quadro de apoio e fim das terceirizações, **respeito e aplicação imediata da Lei nº 14.660 que obriga a abertura de concurso público quando houver 5% de vagas ociosas, sobretudo para agente escolar;**

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR A LETRA f:

- f) **fim das terceirizações, com efetivação e estabilidade a todos os terceirizados.**
- g) continuação da luta pelo enquadramento dos profissionais dos CEIs no quadro de apoio;
- h) modificação dos critérios para evolução funcional do quadro de apoio,
- i) ampliação do número de cargos de auxiliares técnicos;

EMENDAS ADITIVAS

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALANI, NELSON, FLÁVIA, FÁTIMA E JULIANO GODOI E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA técnicos, FICANDO A LETRA i COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- i) ampliação do número de cargos de auxiliares técnicos, **salários compatíveis e distintos frente às atribuições funcionais auxiliares técnicos classes I e II;**

PROPONENTE: GRUPO 9 – COLETIVO DE EDUCADORES INDEPENDENTES E DE LUTA

ACRESCENTAR APÓS A LETRA i:

- **defender a lotação dos ATEs, nomeados secretário de escola, nas unidades educacionais;**
- j) cursos oferecidos pela administração, específicos para os profissionais do quadro de apoio de níveis fundamental, médio e superior;
- k) afastamento remunerado e diminuição da carga horária para estudar;
- l) horário de formação dentro da jornada de trabalho, com direito à pontuação para evolução funcional;
- m) diárias na colônia de férias compatíveis (proporcionais) ao salário do quadro de apoio;
- n) aumento do módulo de funcionários;

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR A LETRA n:

- n) **aumento do módulo de funcionários de acordo com a necessidade de cada escola.**
- o) aparelhos e equipamentos dimensionados para trabalhar em grandes áreas e com grandes volumes;
- p) vestiários com chuveiros e local adequado para refeições;
- q) aumento do atual módulo de pessoal.

6.3 - PROMOÇÃO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

6.3.A - A saúde física e mental dos trabalhadores tem sido afetada pelas condições de trabalho e de salário.

6.3.B - As mazelas sociais se manifestam nas salas de aula. A Unesco aponta que 30% dos afastamentos em escolas da rede pública no Brasil são motivados pela violência e que os professores brasileiros têm o pior salário, comparados aos seus colegas de profissão de outros 32 países de economia equivalente, os obrigando a elevar a carga horária.

6.3.C - A superlotação das salas de aula, a obrigatoriedade da extensão das jornadas, a convivência diária com a violência na escola e seu entorno fazem com que, professores, agentes de apoio, auxiliares técnicos e gestores se vejam submetidos a um ambiente que resulta em estresse, depressão e da Síndrome de Burnout (quadro em que o profissional desenvolve uma relação apática com o ofício).

6.3.D - As doenças ocupacionais não se restringem, porém, aos danos psicológicos. Tendinites, bursites, disfonias, disfunções ortopédicas e problemas circulatórios fazem parte do dia a dia do professor.

6.3.E - No tocante à jornada de trabalho dos funcionários de escola, além de extensa, existe a sobrecarga de trabalho, notadamente física, nos casos de limpeza, alimentação e segurança. O manuseio de produtos químicos e a carência de equipamentos de proteção fazem do exercício profissional uma jornada insalubre e periculosa.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA - SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.3.E:

Com salários rebaixados, professores são obrigados a ter dois ou três vínculos empregatícios, o resultado: um índice alto de profissionais afastados em licença-saúde por doenças psiquiátricas (estresse, depressão, TOC, Burnout etc.), ortopédicas (tendinite, fibromialgia etc.) e vocais (rouquidão, calos etc.). Doenças recordistas, mas que não são reconhecidas como ocupacionais.

6.3.F - A cada ano, o número de readaptações e de afastamentos de servidores por doença aumenta. Restringir o tratamento ou instituir mecanismos que vinculem ganhos pecuniários à permanência no local de trabalho, que levam o funcionário a trabalhar, inclusive doente, pode gerar problemas crônicos e, conseqüentemente, readaptações definitivas. Precisamos avançar no debate sobre a promoção da saúde do trabalhador e não punir aqueles que ficam doentes.

6.3.G - A solução está relacionada às formas de prevenção e à melhoria das condições de trabalho: jornadas extensas – dupla jornada de trabalho do professor, agentes escolares com subempregos; número excessivo de alunos na escola, ocasionando estresse para o professor e sobrecarga para os agentes escolares na limpeza e na alimentação servida; estrutura de prédios e equipamentos inadequados e antigos, obrigando o funcionário a se adequar à estrutura; riscos como biológicos, ruídos, químicos, ergonômicos, iluminação inadequada, gases e falta de condições térmicas (escola de lata); e insegurança – a violência é uma realidade cotidiana nas nossas escolas, com alunos, professores e equipe técnica sofrendo desgaste diário. Todos estes fatores contribuem para o adoecimento e aquisição de doenças profissionais.

6.3.H - Condenar o profissional de educação à falta de uma política de prevenção é condená-lo ao adoecimento. Penalizá-lo por estar em licença para tratamento da saúde é bárbaro e ilegal.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA - SINPEEM

ACRESCENTAR AO PARÁGRAFO 6.3.H:

O adoecimento dos professores tornou-se o reflexo das políticas aplicadas pelo governo Kassab. O alto índice de afastamentos por saúde - mental, (estresse, depressão, síndrome de Burnout, transtorno obsessivo-compulsivo etc.) ortopédicos e musculares e vocais, lideram um triste ranking, que os governo não quer considerar e não reconhece como doenças do trabalho. Exigir o reconhecimento das doenças adquiridas no exercício da função.

6.3.I - Devemos exigir do governo, ações preventivas, assistência e proteção à saúde e reabilitação profissional, como política permanente do governo de proteção à saúde dos profissionais de educação.

EMENDAS ADITIVAS

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA - SINPEEM

ACRESCENTAR AO PARÁGRAFO 6.3.I:

Apenas as ações preventivas no atual quadro de adoecimento da categoria não podem ter nenhum avanço sem uma estrutura adequado em atendimentos no HSPM e por DSS, que muitas vezes geram apenas situações de humilhações e vexatórias aos funcionários.

6.3.1 - CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) investimento na proteção, prevenção da saúde do trabalhador;
- b) descentralização do atendimento médico ambulatorial e com especializações, facilitando o agendamento de consultas e exames;
- c) modernização e ampliação da aparelhagem de exames por imagem e exames laboratoriais;
- d) estender o atendimento aos filhos de servidores, independentemente da idade, com deficiências físicas, mentais, auditivas e oftalmológicas;
- e) contratação por concurso de profissionais das diversas áreas da saúde para melhor atender aos servidores e seus dependentes;
- f) criação de equipes multidisciplinares para atendimento domiciliar daqueles que estiverem impossibilitados de locomoção;
- g) criação do Programa de Assistência e Prevenção à Saúde do Servidor;
- h) nenhum desconto referente às ausências por licença saúde;
- i) saúde pública, gratuita, estatal e de qualidade para todos;

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR A LETRA i:

- i) estatização de toda rede privada de saúde, sem indenização. Por um sistema único de saúde pública, gratuita, sobre o controle dos trabalhadores;**
- j) reconhecimento das doenças do trabalho;
- k) não à privatização do Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM);
- l) criação do centro de reabilitação profissional.

EMENDAS ADITIVAS

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA - SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A LETRA I:

Visto que já é considerado pelo governo federal como doença do trabalho o assédio moral, exigir que toda e qualquer denúncia sobre perseguição e assédio moral sejam apuradas com punição exemplar dos responsáveis e a exigência de reconhecimento pelo governo na situação de doença do trabalho.

PROPONENTE: GRUPO 6 – UNIDADE CLASSISTA – TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

ACRESCENTAR APÓS A LETRA I:

- o Sinpeem propõe aos demais sindicatos de funcionários públicos e a população em geral, uma campanha conjunta pela melhoria do sistema público de saúde. Uma campanha que contemple atos públicos e outras ações que sejam necessárias para denunciar o caos em que se encontra o sistema de saúde e exigir soluções para os problemas.
- exigir do governo a instalação de refeitórios para os funcionários nas unidades.
- o SINPEEM deve promover cursos sobre a história das lutas operárias para os conselheiros e representantes de unidade.

7 - POLÍTICAS PERMANENTES DO SINPEEM

7.1 - QUESTÃO RACIAL

7.1.A - No Brasil, a idéia de uma história em que os conflitos se harmonizam passou a fazer parte do senso comum dos brasileiros e da cultura política do país, tendo sido veiculada pelos sucessivos governos, principalmente a partir da década de 40.

7.1.B - Incorporado por parte da maioria da população, o mito da “democracia racial” se tornou um enorme obstáculo para o embate das demandas e de questões etnicorraciais e sociais e um obstáculo para o movimento negro e outros segmentos, como movimentos indígenas, femininos e homossexuais, que têm, por particularidade, a luta por uma identidade diferenciada e reivindicações específicas.

7.1.C - Hoje, as evidências do cotidiano são comprovadas pelas estatísticas e pesquisas conglomeradas de várias ordens, capazes de averiguar o fenômeno do racismo e da discriminação racial, em toda a sua complexidade, e do perfil dos discriminados.

7.1.D - Em pesquisa da Universidade de São Paulo (USP), 97% dos entrevistados afirmam não ter preconceitos, mas 98% disseram conhecer algumas pessoas que manifestaram algum tipo de discriminação racial.

7.1.E - A questão é muito difícil para o último país das Américas a abolir a escravidão, em 1888. No entanto, assim como o nacionalismo é um limite, uma invenção, é preciso deixar claro que o racismo não se trata de um discurso ocasional.

7.1.F - O fato é que não se manipula no vazio e que, apesar de muitas vezes pragmáticos, rituais, ícones e representações nacionais dificilmente se impõem de forma apenas exterior.

7.1.G - Entender as marcas simbólicas do poder político significa perceber como é possível descobrir a intencionalidade da cultura política, além de atentar para o fortalecimento de um imaginário nacional, que buscou raízes nos ditos populares e em certa maneira particular de entender a cor e a raça.

7.1.H - Estamos diante, portanto, de representações que, além de estarem ancoradas na estruturas socioeconômicas mais imediatas, são partilhadas coletivamente, mesmo que reapropriadas segundo padrões nem sempre idênticos. E mais: neste processo a composição da população miscigenada sempre pareceu chamar a atenção.

7.1.I - No contexto atual, a respeito das características do racismo nacional e da extensão que separa de uma igualdade racial, vale a pena ressaltar o grande êxito dos movimentos negro e sindical pelas vitórias acumuladas ao longo das últimas décadas.

7.1.J - Há diversas conquistas, principalmente nas décadas de 80 e 90 do século XX, especialmente no que concerne as propostas educacionais, decisórias na transformação do agir da sociedade brasileira, que resultaram num movimento mais consistente e aguerrido. Através desta sua união foi derrotado, ao longo dos anos, o “mito da democracia racial”, por exemplo.

7.1.K - Ocorreram debates e mobilizações na mídia, produções intelectuais e foram instituídas leis como a nº 10.639/2001.

7.1.L - Posteriormente à reformulação na Lei nº 11.645/2007, universidades, escolas e movimentos sociais passaram a buscar alternativas e novas propostas pedagógicas. Também impulsionaram o debate no âmbito nacional e esclareceram dúvidas para melhor obter sucesso na elaboração de material didático que contemple os diversos grupos étnicos brasileiros.

7.1.M - No entanto, não se deve omitir que a história da Pedagogia e suas práticas nunca contemplaram os afrodescendentes no Brasil. Na elaboração dos diversos materiais com conteúdos que não apreciam as contribuições e propostas, a formação de uma educação crítica realizada por educadores discordantes da educação privilegiada aos valores eurocêntricos. Mentes infectadas por mentiras eurocêntricas, embasadas nos racionalismos e cartesianismos que apregoam nas formações acadêmicas a incapacidade dos não europeus e ensinam a desenvoltura do saber surgido na Grécia e desenvolvido no mundo ocidental.

7.1.N - A pedagogia eurocêntrica é inserida a todo o momento através da comunicação, especialmente do poder televisivo. A mídia se tornou o grande caminho da desconstrução das diversas tradições da oralidade ainda existentes e paradoxalmente de formação que invade os neurônios e afirma o projeto mistificador de uma pedagogia inclusiva de direito a todos, através de programas beneficentes de leis como cotas, retirando a palavra reparações da escravidão.

7.1.O - A idéia de diversidade cultural, pluriétnica e multifacetada demonstra etimologicamente que a maioria da população afrodescendente está fora do poder real. No entanto, apostamos na educação como o melhor caminho para a inserção de transformações imediatas que ampliem os horizontes na construção de um projeto político-libertador dos descendentes de africanos no Brasil.

EMENDAS ADITIVAS

PROPONENTE: GRUPO 1 – COMPROMISSO E LUTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 7.1.O:

Para o próximo ano, o Movimento Negro tem dois novos desafios: fazer uma reflexão sob o impacto dos dez anos da realização da Conferência da ONU contra o Racismo, em Durban, na África do Sul, e a divulgado do recenseamento do IBGE 2010, que indica que a população negra será novamente a maioria no país. Desde o século XIX, com a política de Estado de embraquecimento da população, após a abolição da escravatura, foram trazidos cerca de seis milhões de pessoas de vários países em processo de expulsão pelo capitalismo tardio para clarear a população.

As novas provocações nos levam à seguinte ponderação: fazer uma análise dos compromissos assumidos pelo Brasil em Durban e a partir dos dados do censo de 2010, ao constatar que o processo de embranquecimento positivista com teorias racialistas, sofreram um duro golpe. Neste contexto os afrodescendentes deste país venceram a luta travada há dois séculos e passaram a ser maioria. E qual será o novo papel do Estado frente à essa nova realidade?

PROPONENTE: GRUPO 4 – UNIDOS PARA LUTAR – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS)

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 7.1.0:

Com a agudização dos efeitos da crise, alguns movimentos alimentados pelo capitalismo também se apresentam entre os trabalhadores para dividir a classe. Foi assim na Inglaterra, quando os primeiros trabalhadores perderam seus empregos, houve manifestações de cunho xenófobo, onde a reivindicação diante dessa situação era “emprego na Inglaterra para ingleses”. E mesmo nos EUA onde a nova legislação sobre a imigração tem levado muitas pessoas a serem presas. O congresso americano quer modificar o item da lei que garante cidadania americana a qualquer criança que venha a nascer em solo estadunidense, dizendo que isso incentiva o “turismo de parto”, alusão ao que seria um movimento de mulheres imigrantes que, grávidas, vão para os EUA, ter seus filhos. Ou seja, criminalizam o efeito, não a causa de estas mulheres se deslocarem de seu país, colocando em risco suas vidas e de seus bebês.

O movimento sindical precisa combater esse tipo de ação do capitalismo, que procura dividir a classe operária, fazendo emergir os nacionalismos e patriotismos, que nada tem a ver com a luta dos trabalhadores.

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA – SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 7.1.0:

Reivindicamos políticas de formação pedagógicas para lidar com o tema, extensiva a comunidade. Em defesa de cotas raciais proporcional ao percentual de negros existentes nas regiões deve ser combinada com a ampliação de política públicas para este setor.

7.1.1 - REIVINDICAÇÕES, CAMPANHAS E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) implantação de modelo de gestão pública de promoção da igualdade racial;
- b) qualificações de servidores e gestores públicos representantes de órgãos municipais;
- c) construção do mapa da cidadania da população negra;
- d) identificação do IDH da população negra;

- e) realização de censo dos servidores públicos negros;
- f) projetos de saúde para a população negra;
- g) projetos de apoio à juventude;
- h) implementação da política de transversalidade nos programas do governo municipal;
- i) implementação da lei nº 10.639/2003, que dispõe sobre a capacitação dos professores e aprimoramento dos currículos;
- j) adoção de estratégias que garantam a produção de conhecimento;
- k) divulgar aos servidores públicos e alunos municipais os direitos humanos;
- l) incentivar a adoção de programas de diversidade racial;
- m) assegurar espaços culturais, como o Museu de História da África, no município de São Paulo.

7.2 - QUESTÃO DE GÊNERO

7.2.1 - A LUTA DA MULHER PELO ESPAÇO A QUE TEM DIREITO

7.2.1.A - As relações entre homens e mulheres ao longo do desenvolvimento da presença humana na Terra foram marcadas por desigualdade e opressão das mulheres.

7.2.1.B - De uma perspectiva histórica, os últimos cem anos têm configurado uma verdadeira revolução no tocante a crescente presença das mulheres em todas as instâncias da vida pública. No processo de ampliação da experiência democrática, o importante é articular as demandas e lutas por temas que unam mulheres e homens na continuidade histórica de responsabilidades humanas e sociais.

7.2.1.C - O tratamento que se dá à questão de gênero é uma forma de enfatizar a dimensão social e, portanto, histórica e cultural, das concepções cristalizadas relativas às desigualdades entre os gêneros feminino e masculino.

7.2.1.D - No Brasil, nossa formação sociocultural presidiu a integração de nosso território. A população brasileira, com base nos dados do último censo demográfico e nas pesquisas intercensitárias, tais como o Pnad, é majoritariamente formada por mulheres, distribuídas, igualmente, em todos os níveis socioeconômicos presentes e, também, igualmente por todo o território nacional, ou seja, não existem regiões com predomínio numérico populacional do sexo masculino.

7.2.1.E - Ainda que a população do Brasil se localize majoritariamente nas áreas urbanas, também a distribuição espacial das mulheres não ocorre de maneira igual. O que se destaca é a concentração de populações de baixa renda nas áreas mais afastadas do centro, ocorrendo, especialmente, em ambientes não adequados ao assentamento humano. As questões relativas à organização familiar e mesmo à fertilidade têm profunda conotação socioeconômica e, como conseqüência, possuem localização físico-territorial precisa.

7.2.1.F - Pode-se, assim, visualizar duas situações no âmbito das questões relativas à vulnerabilidade da mulher. Uma, ligada ao gênero feminino, focaliza a violência doméstica e a violência urbana. A outra, sobre a vulnerabilidade socioeconômica, diz respeito à mulher no sentido da organização da família. As mulheres são responsáveis por 58% delas. Daí a importância de sua condição educacional, sua habilidade no trabalho e seus resultados materiais, a habitação e os equipamentos urbanos necessários à sua sobrevivência, como elemento estratégico de justiça social e de uma sociedade mais igualitária.

7.2.1.G - Por isso, uma das prioridades na promoção da cidadania precisa ser a igualdade de gênero, a ser defendida por meio de uma Lei da Paridade, em que a mulher tenha efetivamente os mesmos direitos. É necessário ainda reformar o Código do Trabalho para dar condições de conciliação entre vida familiar e vida profissional.

7.2.1.H - Enfrentar estas assimetrias de gênero não constitui apenas um valor em si mesmo, mas igualmente um forte papel na redução de nossas históricas desigualdades.

7.2.1.I - As diferenças de gênero são transformadas em desigualdades sociais. Através da violência social, o assédio moral, sexual, no trabalho, nos ambientes escolares e fundamentalmente nas próprias residências, onde se encontra os maiores índices de violência. A cultura do machismo tem permeado todas as classes sociais, sem distinção.

7.2.1.J - As mulheres como principais vítimas da pobreza e dos mais baixos salários asseguram os maiores índices de violência gerada por esta resistência do mundo competitivo de forma arbitrária. Essa realidade sem dúvida arremessa as mulheres a um cotidiano enraizado em distorções socioeconômicas, que compatibilizam com as esferas da humilhação e indignação.

7.2.1.1 - CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) adotar políticas públicas específicas em favor das mulheres;
- b) garantir no ensino público da valorização da educação, com ênfase em gênero;
- c) promover a construção de um currículo com diretrizes que contemplem a questão de gênero;
- d) promover políticas de combate a discriminação de gênero, a lesbofobia e homofobia;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA – SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A LETRA d:

- defendemos leis, como a de Parceria Civil, que obriguem o Estado a reconhecer direitos e também exigimos uma legislação que puna os que discriminam.
- e) combater a exploração sexual infanto-juvenil;
- f) combater o tráfico de mulheres.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA – SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A LETRA f:

- inserção no currículo: a luta das mulheres contra a opressão, o machismo e a violência sexista. Acesso a métodos contraceptivos gratuitos e a tratamentos de fertilização; pela descriminalização e legalização do aborto; creche nas atividades do sindicato para crianças até 12 anos; estudo em parceria com as universidades públicas sobre a situação da categoria, em especial sobre as mulheres; contra a impunidade dos crimes praticados contra as mulheres e GLBTT; pelo direito à saúde pública, com assistência integral à saúde da mulher.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 7.1 AO 7.2.1.1:

A luta das mulheres e dos negros contra a superexploração e toda a sorte de discriminação que lhes são impostas pelo capitalismo não é algo novo. É parte da história do movimento operário em choque com o sistema de exploração.

A opressão tem crescido. E não poderia ser diferente, pois um sistema econômico em desagregação só pode trazer mais discriminação entre a maioria da classe trabalhadora. Os governos tentam solucionar o problema por meio de leis que são inócuas.

O capitalismo não pode resolver o problema da opressão porque implicaria pôr fim à propriedade privada dos meios de produção. Esta é responsável por todo tipo de discriminação. Por isso, a luta da mulher, como a luta do negro, é parte do programa da revolução proletária.

As bandeiras específicas da questão da mulher e do negro dependerão da unidade de todos os trabalhadores. E serão conquistadas ao ligarmos as reivindicações específicas destes às mais gerais.

7.3 - QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

7.3.A - Nas décadas recentes, a relação entre a sociedade e o meio ambiente vem despertando preocupação e crescente interesse com a questão socioambiental.

7.3.B - A questão ambiental do planeta define, justamente, o conjunto das contradições resultantes das interações internas dos sistemas socioeconômicos e políticos, pautados pelo modelo de produção.

7.3.C - São circunstâncias marcadas pelo conflito, esgotamento e destrutividade que se expressam: nos limites materiais ao crescimento econômico exponencial, na expansão urbana e demográfica; na disposição ao esgotamento de recursos naturais e energéticos não-renováveis; no crescimento acentuado das desigualdades socioeconômicas nacionais e internacionais, que alimentam e tornam crônicos os processos de exclusão social, no avanço do desemprego estrutural, na perda da biodiversidade e na contaminação crescente dos ecossistemas terrestres, entre outros. São fatos que afetam a qualidade e continuidade da vida humana no planeta.

7.3.D - No entanto, a questão ambiental desvenda o retrato de uma crise pluridimensional, que aponta para a exaustão de um determinado modelo econômico na sociedade. Ao longo sistema capitalista, desajustado e desproporcional, tem criado mais problemas do que soluções, num contexto agravado por práticas de interesses pautados no caráter individual, na má-fé e na cobiça.

7.3.E - Além disso, numa sociedade industrial podemos potencializar a destruição e o término dos recursos naturais que trazem à tona a fragilidade e a prosperidade do complexo vital civilizatório, despertando novos sentidos e oportunidades de vida e mudança.

7.3.F - Os problemas significativos expressam um conjunto de contradições entre o modelo dominante de desenvolvimento econômico-industrial e a realidade socioambiental. Estas contradições, geradas pelo desenvolvimento técnico-científico e pela exploração econômica, se desvendam na degradação do ecossistema, levando, inclusive, ameaças à continuidade da vida.

7.3.G - Os atributos deste processo podem ser observados nas várias faces das crises social e ambiental e têm gerado relações sociais em escala mundial, despertando a formação de uma consciência em torno das questões ambientais.

7.3.H - Embora de formas diferenciadas, a consciência ecológica cresceu e, gradualmente, foi se materializando no seio da opinião pública, nos movimentos sociais, nos meios científicos, nas agências e políticas públicas, nos veículos de comunicação social, nos organismos e bancos internacionais, nas organizações não-governamentais, entre outros.

7.3.I - Deste modo, há uma preocupação temática com a ecologia política. A questão demográfica, a relação entre a desigualdade social e a degradação ambiental, a questão ética, as relações norte-sul e a busca de um novo modelo econômico não fazem parte da agenda das grandes potências.

7.3.J - As recomendações, como da Conferência de Estocolmo e o Protocolo de Kyoto, que constituem tratados internacionais, com compromissos rígidos para a redução da emissão de gases que provocam o efeito estufa, são atitudes que devem ser adotadas para buscar mudanças. São atitudes e comportamentos políticos para soluções ambientais.

7.3.K - Contudo, emergem critérios orientadores para o desenvolvimento da educação ambiental, que comportam uma ação libertadora da opressão atual. Neste sentido, enfatizados os aspectos técnicos e biológicos, se propõe o debate sobre a relação entre a educação e a questão ambiental através de concepções políticas e éticas, subjacentes na formação e na ação dos indivíduos e grupos envolvidos com a realidade socioambiental.

7.3.L - Com a necessidade de promover mudanças efetivas que garantam e promovam a qualidade de vida e combatam as ameaças que agridem o meio ambiente, o SINPEEM defende a estrutura e o conteúdo dos 40 capítulos da “Agenda 21” e o conjunto de princípios da “Carta Terra”, de valores fundamentais.

ASSINAM AS EMENDAS

GRUPO 1 – COMPROMISSO E LUTA

Claudio Fonseca, Adelson Cavalcanti de Queiroz, Cleide Filizzola da Silva, Cleiton Gomes da Silva, Doroty Keiko Sato, Eliazar Alves Varela, Fidelcino Rodrigues de Oliveira, João Baptista Nazareth Jr., Josafá Araújo de Souza, José Donizete Fernandes, Júlia Maia, Lilian Maria Pacheco, Luzinete Josefa da Rocha, Marcelo Alves Nishikata Maria Cristina Augusto Martins, Nilda Santana de Souza, Mônica dos Santos Castellano Rodrigues, Myrtes Faria da Silva, Floreal Marim Botias Júnior, Patrícia Pimenta Furbino, Reni Oliveira Pereira e Teresinha Chiappim, Ademar de Souza Zanini, Adriana dos Santos Silva, Albina Aparecida Montessi, Alcina Jesus Santos, Alencar Ribeiro Pimentel, Alessandra Civantos Lima, Alessandra Rojas Maciel de Ávila, Alexandre Alves Matias, Amanda Tatiana da Rocha Gerez, Ana Cristina Ramires da Silva, Ana Margarida de Sousa Martins, Ana Maria Sabino Rocha, Ana Paula Barbosa da Silva, Ana Paula Ribeiro F. e Castro, Lammoglia Anadir Soares de Oliveira, Anezite Padilha de Souza, Ângela Caravante Aleluia Negro, Ângela de Cassia Alves, Antônia Floriano de Oliveira, Antônia Itália Scaldelai Strabelli, Antônia Nogueira Lima, Antônio Aparecido dos Santos, Antônio Carlos Todoverto, Antônio Di Giorgi Filho, Antônio Zamai, Aparecida Dias Conde, Arismar Campion, Arlindo Jose da Silva, Áurea Goncalves Veiga, Camila de Mello Pires, Caren Cristine Marchel Gomes, Carla Martins Valente, Carlos de Castro Lira, Carlos Honorato, Carolina de Souza Leis Frontini, Catarina Jane Staniscia Gall, Cecília de Oliveira, Célia Maria Santos Alencar, Celina Caetano de Souza, Cezira Aparecida Gonzalez Baldi, Christiane Araujo Tejo, Cíntia Rodrigues dos Santos, Cíntia Aparecida da Silva, Claudemira Maria de Jesus Moura, Cláudia Regina Fugihara, Cláudia Rodrigues de Arruda Feres, Claudinei Lombe, Cleide Filizzola da Silva, Cleonice Helena Oliveira da Silva, Cleusa Maria Marques, Cleusa Rocha dos Santos, Clice Araújo dos Santos, Clovis Roberto da Silva, Conceição de Maria da Silva Freitas, Cristina Aparecida Rodrigues do Aguiar, Daiane Eugenia de Souza, Daisy de Medeiros Melchior, Daniela Apolinário da Silva, Daniela Clemente Barros, Daniele Pereira Barbosa, David Vieira da Costa, Deangenes Marcio Pereira de Souza, Deise Olímpia Ferreira, Denise Mutschele Bifoni, Denize Soares Silva, Deuel Barreto Garcia, Donizeth Pires da Silva, Doraci Krause de Oliveira, Dorcas Rosa Schwarzer, Dóris Aguiar Anicelli, Dorli Ribeiro Basílio, Douglas Alves de Oliveira, Edgar Tadeu Pereira, Edna Aparecida Eleotério, Edna de Oliveira Calabianqui, Ednaldo Aparecido da Silva, Edson Alencar Barbosa, Eduardo Henrique de Macedo, Eglair Pereira Lima, Elaine Cristina Ramos de Almeida, Elaine da Rocha dos Santos, Elaine Nunes Fernandes da Silva, Elaine Paula Ribeiro Reis, Elaine Radaic sa Silva Penezio, Elen Zulmira Honorato Prince, Elenice Alves dos Reis, Eliana Ferreira dos Santos Rocha, Eliana Santos Matos, Eliane dos Reis Cavalcanti, Elisabete Pozzani Reis, Elisabete Santa Anna, Elisabete Ferraz Paes, Eloísio Rodrigues dos Santos, Elza Aparecida Vicenmtini Lins, Elza Correia dos Santos, Ema Ali El Sayed, Emília de Andrade Mello Santos, Enéas Cavalcante de Queiroz, Esmeraldo Falleiros de Mello, Eufrasia Rodrigues Rasino, Eulina Rodrigues da Silva Zamai, Eunice Aparecida Alfredo, Evanildo Ferreira de Carvalho, Evaristo Ceschin, Fabiola de Moura Silva dos Santos, Fátima Aparecida, Altran de Souza, Felício Camargo Neto, Fernandes Pikauskas, Fernando Oliveira dos Santos, Filomena Scola Delgado Y Delgado, Flávia Matrigani Mercado Gutierrez, Flávia Paulina Góis Fontes, Francisca Zulmira da Conceição, Gentil Tadeu Gomes, Geraldo de Castro, Gerson de Carvalho, Gessilene Sousa de Morais, Gilberto Adão, Gilvane Alves de Oliveira Lima, Gilvânio Guedes dos Santos, Gisele Quaresma Caetano, Gislaine Dario Barbosa, Gislene Gomes Hespagnol, Gostinho Simões da Silva, Guaracema Regiane Cassemiro, Helena Carlos Ferrari Rosa dos Santos, Helena do Carmo Silva, Heleny Soares de Lima Serrano, Heloisa Valle Fernandes Bustos, Herbert Vicente Bastos, Iraci Garcia do Amaral, Irineu Roberto de Souza, Isabel Aparecida Braga, Ivanildo Alves da Silva, Izilda de Gouveia da Mata, Izildo Batista de Barcellos, Jacira Moraes dos Reis, Jaime Alves da Silva, Jair da Silva Santos, Jane Munhoz, Jaqueline Xavier Lima, Jenny Bolea Balestero, Joana D'Arc de Castro Farias, João Batista, João de Oliveira Neto, João Gilberto de Araújo, João Oliveira Ferreira da Costa, Joel Santana de Oliveira, Jonias Sales de Souza, José Augusto de Souza, José Carlos Santiago Segura, José Corsino da Costa, José Jacinto dos Santos Júnior, Josefina Maria de Jesus Conceição, Jovilina Leal Costa Cais, Judite de Caires dos Santos Nascimento, Júlia Aparecida Brancacio, Júlia Efigênia Neto, Júlia Maria Franceschini, Kátia Helena Siqueira de Araújo, Kátia Maria Requena Duarte, Kelly Cristina Bulgarelli Silveira, Leilane Dolenc de Souza Góes, Levi Lauriano, Lilian Castelhanho, Lourdes Pereira dos Santos, Luciana Aparecida Tresseno Resende, Luciana Correa, Luciana Germano Augusto, Luciane Oliveira de Sousa, Luciane Rodrigues Jubilato, Lucilene Galassi Santoro, Lucimar Lima de Souza, Lucimar Martins Ribeiro, Luis Roberto Gullo Pereira, Luiz Claudio Ferreira da Silva, Luiz Henrique da Costa, Madalena dos Santos Poças, Magali de Fátima Oliveira, Maira Aparecida Adriano de Oliveira, Marcelo Marcatti, Márcia Aparecida Nogueira Valadares, Márcia Eulália de Assis Melo, Márcia Helena da Fonseca Gomes, Márcio Rocha de Souza, Marcos Antônio dos Reis, Marcos Campos Carneiro, Marcos Ken-Iti Morikawa, Marcos Roberto Afonso, Margarida Eulina de Oliveira, Maria Adilza Bispo, Maria Angélica Moutinho Cavalcanti, Maria Aparecida Ferreira de Morais, Maria Aparecida Silva dos Santos, Maria Aparecida Souza, Maria Auxiliadora Fernandes, Maria Auxiliadora Shibao, Maria Barbosa de Lima, Maria Benedita Pedro, Maria Cecília Botelho Chemeilo, Maria das Dores dos Santos, Maria das Dores Santana Alaminos, Maria das Graças Matrigani M. Gutierrez, Maria de Fátima Augusto Calvo de Lima, Maria do Rosário Gomes, Maria dos Anjos Góis Fontes, Maria Helena da Silva, Maria Helena de Sal Assunção, Maria Hélia Vieira Ferreira, Maria Inês Leandro, Maria José Viana Silva Andrade, Maria Lucia dos Santos Oliveira, Maria Otília da Cunha, Maria Salete de Alencar Quedes Leal, Maria Sirlei Reino, Maria Sonia Costa de Oliveira Lazaro, Marieta Emilia Pereira Gomes, Marilena Veras Abreu, Marisa de Lima Garcia, Marizabel Ferreira de Souza Tavares, Marlene de Paiva

Barros, Marlene dos Santos Silva de Arruda, Marlene Gomes Guimarães de Oliveira, Marli Janete Martins, Meire Tassinari, Miriam Aparecida da Silva, Mirtes Lino, Mirvania Maria Graciano Abrantes, Mônica Guedes Cunha, Mônica Lemos Amoroso, Neide Angelin, Neucília Borges da Silva, Neuza Maria Alves Wajman, Nicanor Pereira da Silva, Nilza de Sena Silva, Nilton Tadeu Toledo de Almeida, Nilza de Abreu Lira, Nívea Maria Paiva Otoni, Odair Perez Bernal, Osni Breus Silva, Otoniel de Lima, Patrícia Lopes, Patrícia Pimenta Furbino, Paula Luana de Sanctis Ayres da Gama, Paula Vanessa Alves Carvalho, Paulo Eduardo Pereira Marques, Priscila Pita de Almeida, Raimundo Matias de Araújo, Raquel Crispim Garcia Lopes, Regina Aparecida Delomo Pereira, Regina Butsher Cruz, Renato Alves de Melo, Rita de Cássia da Rocha Cunha, Rivanda Oliveira de Santana, Roberta Batista dos Santos, Roberto Marçal da Silva, Ronaldo Vicente Vaio, Roque de Campos, Roque Melchior, Rosa Ângela Falce de Souza, Rosa Vertematti Baptista, Rosana Aparecida Bezerra, Rosângela A. Pagano de Oliveira G da Silva, Rosângela Diamantina Bezerra, Rosângela Galvão Cavalcante de Queiroz, Rosângela Ribeiro Rocha, Roselene de Jesus Santana, Roseli Cerqueira Aviles, Rosimeire Camargo Moros, Rosimeire Lopes Mendes da Silva, Rubens De Ricio, Ruy Barboza, Sandra Nascimento de Araújo, Sandra Regina Pereira Monteiro, Sebastiana Duarte Ribeiro Ferreira, Selma de Fátima da Cruz, Selma Regina Alexandre Pereira, Severina Maria Padilha dos Santos, Silvana Petriccione da Conceição, Sylvania Ruede Felipe Elias, Sílvia Néia Da Silveira, Silvio César da Silva, Solange Aparecida de Oliveira, Sonia Aparecida Tomé, Sonia Conceição Santos, Sonia da Silva Bons Olhos, Sonia Maria Gama Silva, Sonia Maria Marçal, Sonia Rachel Rodrigues Bettoni, Sonia Regina Piesco, Sonia Regina Thomaz dos Santos Ribeiro, Sonia Rosa Augusto Ingesta, Sonia Soares Andrade, Soraia Emiko Sekii Stizz, Sueli Aparecida Aceiro, Sueli Fernandes, Sueli Leite Monteiro Matias, Sueli Marta de Moura Fidalgo, Sueli Pozzani, Suze Modesto de Souza Dias, Tânia Expedita de Oliveira, Thania Lucien Feitosa da Silva, Valdete de Fátima Soares Caetano, Valdiva Ribeiro do Nascimento Santana, Valéria Maria Ferreira Szlapak, Vanessa Soares Benetti, Vera Lucia Gonçalves Stramaro, Vita Mizael da Veiga Dias, Viviane dos Santos, Viviane Pavanello Garcia Artero, Wallace Laboissiere, Wanderley Machado de Souza, Wânia Teresa Soares Berloff, Wilma Aparecida Soares, Wilson Akio Kyomen, Wilson Antonio da Silva, Wilson Martins, Yara Arroyo Gomes Corrêa, Zélia Maria Pereira e Zilma Santos de Souza.

GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

Ana Paula Carvalho, Denise Assis Da Silva, Dilma Corrêa de Oliveira, Elisângela Lisboa Micheletti, Ana Eloisa Carvalho, Jeferson Pereira Dos Santos, Adenildo Pereira de Souza, Adriana Alves Silva, Adriana Oliveira Costa, Agnaldo Ferreira, Alessandra Cordeiro Cabral, Aline Luana Amorim Pessoa, Ana Gomes dos S. Souza, Ana Lúcia Aparecida Ferreira, Ana Paula Batista, Ana Sílvia Caramigo Umbelino, Ângela Cíntia Sbrissa Cunha, Antônio Sérgio Figueiredo, Aparecida Barbosa de Araújo, Cibele da Silva Luko, Cíntia Lúcia de Oliveira Ferreira, Cláudia Regina Moura, Cleide de Oliveira Messias Borges, Daline Gomes da Silva, Damaris Ap. Fellari Espósito, Daniane Cristina Rolle, Daniella Caterina B. Aliende, Débora Cristina Fagundes Villa Baptista, Edem Elhage Omar, Eduardo Pereira Oliveira, Elvira Rodrigues Oliveira, Enio Tadeu de Freitas, Erika Gisella Andrade Prado, Flávia P. Piauí, Giluzia Macedo Gomes de Oliveira, Hector Daniel Romera, Inês Angelita Valério Pereira, Iracelia Alves Custódio, Iracema Ribeiro dos Santos, Ivani Aparecida de Azevedo, Ivone Paladini, Janete Teresa Domingos, Jorge Mendes, José Roberto M. Vasconcelos, Karina dos Santos Cabral, Kátia Maria da Silva, Keila Euzébio Fagundes dos Santos, Laila Delgado M. P. Rocha, Laurinda de Paula Oliveira, Leandro Althman, Leni M. Valério Martins de Freitas, Lourdes Faustino dos Santos, Lucimar Aparecida B. Lara, Marcos de Oliveira, Maria Angélica de Oliveira, Maria Aparecida Álvares, Maria Aparecida Delfino da Silva, Maria de Fátima F. V. Coelho, Maria Deusly Correia de Holanda, Maria Dolores Cruz Gennari, Maria José Leme, Maria Paula Teixeira, Maria Raquel Dugate Pedrosa, Marlene Marta Alves, Mauricio Beranger, Meire Festa, Mônica Palarthy, Natália Gonçalves, Nilza Antunes de Castro, Oliveira da Silva Reis, Paulo Ap. Coqueiro, Renata Paula Urban de Azevedo, Ricardo Bellini Neto, Ricardo de Almeida, Rosa Lucia da Silva Santana, Rosalinda Marlene Do Nascimento, Sandra Aparecida Melo, Sara Cristina Stephani Pereira, Selma Fernanda Garofalo, Sérgio Lopes Fernandes, Silene Ap Albuquerque da Silva, Silmara Regina André, Silvana Londin de Oliveira, Talita Reis Cárdenas, Tânia Mara Gonçalves, Tânia Regina de Oliveira Borges Ferreira, Tatiane Moro Xavier, Terezinha Santana, Valéria Fortunato Koury, Valéria Marques Mendes, Vânia Ap. Moreira da Silva, Veronice Gomes Santana Silva, Zilberto Luiz Salim.

GRUPO 3 - COLETIVO INDEPENDENTE E DE LUTA DO SINPEEM

Adriana A. B. de Souza, Adriana B. Leite, Adriana C. Silva, Alexandre R. Alves, Almir Bento de Freitas, Ana L. de Barros, Ângela S. Gimenes, Antônio Lima, Antônio T. Gama França, Bernadete de L. Bellangero, Carlo A. Borges, Célia M. do Nascimento, Célia Silva de O. Rocha, Cleonice da Silva, Cristna H. Cortez, Dalva das Graças Araújo, Débora A. Sasso, Débora M. Sposito, Diná Ducati, Edite dos Santos Diniz, Edna C. Geraldês, Edson Luia Amário, Edson W. Machado, Élcio Tavares Ubida, Elenice N. Romualdo, Eliana M. M. Silva, Elizabete N. Veiga, Eugenio P. A. Modesto, Fernando Araújo de Oliveira, Francisca do C. Souza, Gislene C. da Silva Mendes, Graziana M. Cardoso, Ivone J. da Silva, Jamaika Tabata Marchetti, Jane C. Souza, Jesuína S. Abreu, João M. de Sene, Joel F. da Silva, Joelma da S. Oliveira, Josilene T. P. Silva, Juliana R. Chinelli Santos, Justina C. Cardoso, Kátia C. Petigrosso, Kátia Cristina Camargo, Lindonil R. dos Reis, Lúcia do C. de Almeida Candido, Luciana Ferraz Francisco, Madalena S. Abreu, Marcelo E. Lopes, Marcelo M. Gonçalves, Marco Aurélio S. Araújo, Marcos J. da Silva, Marcos Roberto da Silva, Maria Andrade de L. e S. Felix, Maria Ap. O. Passos, Maria D. Soares, Maria J. da Silva, Maria J. Duarte, Maria Regina dos Santos Vasconcelos, Maria Senna do Nascimento, Maridete C. dos Santos Viana, Marta B. Meira, Mateus C. Manco, Natanael B. Souza, Natanael B. Souza, Othir Isbelta Santiago, Paulo C. Evangelista, Paulo R. Soares, Renata C. Rato, Rivaldo Luiz de O. da Silva, Roberto T. C. Silva, Rogério Ap. Oliveira, Romildo R. da Conceição, Ronaldo J. da Silva, Roseli d A. Lima, Rosileide V. Lima, Rosimeire S. C. Barbosa, Rosimere R. dos Santos, Rubens Pereira, Samuel Firmo, Sandra A. P. Silva, Selmo H. Araújo, Serafim, Alves, Shirley Ap. T. da Silva, Silvana Fenfran, Silvio C. da Silva, Sonia R. Souza Oliveira, Sueli de M. Lima, Telma A. de Souza, Valéria da S. Santos, Valéria da S. Dante, Valéria O. R. Silva, Wagner Sanches.

GRUPO 4 – UNIDOS PARA LUTAR – FRENTE DE APOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS)

Gicélia Santos Silva, Evaldo Assis Moreira, Alexandre Pinheiro Costa, Demétrio Ramos Paiva, Marcos Soares de Assis, Verônica Maria da Silva, Admilson Soares Ferreira, Alice Jardim dos Santos Pereira, Ana Cristina C. Ribeiro, Ana Rosa dos Santos Pinto, Andrea C. Famy, Antonia Ignez Pagnossim, Arnaldo Revie, Auderisa Maria dos Santos Manarão, Berenice Correia Evangelio, Bruno Luiz da Conceição, Carlos Roberto Vaz Bastos, Cássia Oliveira Santos, Cleise Maria Madela, Dulaneia Antonio da Silva, Elisângela de Mello, Elton Carlos da Silva, Fabiano de Moura, Fernanda Sgarbi, Gabriela Souza Simon Ribeiro, Kátia Alvess Bezerra, Kátia E. Florindo, Keli Cristina da Silva, Kelly M. Cunha, Luci Antonia M. A. Ventura, Márcio Pereira de Souza, Marcos de Oliveira Soares, Maria José Origuela, Maria Lucia S. Guimarães, Maria Luiza A. Martinez, Maria Marinho Rodrigues, Marilene de O. Furtado, Marilene Joana de Lima, Mariza da Penha Ferreira, Miriam Leal Souza, Nanci Nunes, Neusa de Oliveira, Nivaldo Bertin, Paulo Rubio Pelais, Pedro Gambeli, Raquel V. O. Mecone, Reinaldo Nunes, Remilda P. S. Souza, Rogério Alexandre Lopes, Rosimeire Aparecida Barbaresio Gatica, Samanta de Oliveira Barbosa, Sérgio Akio Imamura, Sônia Cristina Del Ponte, Sônia Ribeiro Cruz, Verônica Maria da Silva, Wagner Alves Negreiro, Zenaide Nunes.

GRUPO 5 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA

Adriana Olivares Ferreira, Adriana Targino Monteiro, Alessandro de Matos, Alexandre Novaes Lara, Ana Paula P. Delima, Anderson da Conceição, Andréa Fernandes Griffó, Anna Cirelli, Aparecida Alves Rodrigues, César Álvares Raya, Clarice Bonfim, Rita de Cassia Furlaneti Szittiko, Rosemeire Aparecida Leandro, Cláudia Estela H. Errico, Cláudio Soares de Sousa, Cleusa Ap Trindade, Cleusa Ap. A Costa, Cloves Soares Lauton, Douglas Rosseto, Eliane Alves de A Silva, Eliane Borges Rodrigues, Elizete Gomes da Silva, Fabiana N. Fernandes Santana, Fassae Watanabe, Gilson Machado Pimentel, Gislene Lopes Bosnich, Glaucio Jode de Moura, Iracema de Jesus Lima, Isabel Paixão, Janaina Rodrigues Prazeres, José Saraiva Silva, Júlio César Rizzo, Luciana do Amaral e Silva, Lucineia Batista Nascimento, Marco Aurélio Duarte, Maria de Fátima Santos, Maria Dirce S. Santos, Alexandre Novaes Lara Arruda, Claudete, Coelho Barreto, Flávio Donizete da Costa, Fussae Watanabe, Renata Prestes Martiniano, Helena Maria Martins da Silva, Helenice de Jesus Néri, Ilda A. A. Silva, Irany Castardo, Kátia Cilene de Camargo, Lourdes Quadros Alves, Lucielma Costa, Márcia Paulo da Silva, Maria Elizabete do Amorim, Maria Emilia Fonseca de Moraes, Maria Inês F da Rocha, Regina Márcia Stevanato, Maria Inês Ferreira da Rocha, Maria José F. X. da Silva, Maria José Fermiano, Maria José Fermiano, Maria Juscelene Uchoa, Maria Magali M da Rocha, Marilda Piscitelli, Marisa Azoni, Marisa Leite, Marta Regina Rocha, Márcia Vieira, Maurien Rose S. Ylana, Mitiko Otofugi, Sérgio Luiz do Prado, Nicéia do Carmo Pereira, Nívia Leão Almeida, Norma Rocha de Castro, Olga Elizabete Moraes, Pedro José Domingues, Priscila R. Moraes, Rosa Maria de Araújo, Roselene Aparecida Lippman, Rosimara Maciel, Marileia Giacomini, Salete Maria, Sandra Abreu Pontes Santos, Sandra Ap. Carlos, Sílvia de Lima, Sônia Maria Z. Barbosa, Sueli Mangabeira, Tadia Ap B. de Campos, Valdo Vitorino do Prado, Vanderleia Ferreira Andrade Silva, Sandra Maria dos Santos Maganha, Vaneyde Machado Almeida, Vera Lúcia Campos, Vera Lucia Rodrigues, Veruska Oliveira Tenório, Vílson Antônio Fiorentin.

GRUPO 6 – UNIDADE CLASSISTA – TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

Adalberto Wanderlei dos Santos, Adélia Dias da Chaga, Adriana Pereira da Silva, Adriana Pinheiro Santos, Alexsandra A da Trindade, Ana Lucia Barbosa, Antonio Aparecido de Melo Antonio, Antonio Baptista de Oliveira, Antônio José Queiroz de Lima, Carla Correia da Silva, Aparecido Dias de Lima, Arivaldo Lopes, Arnaldo Guedes Araújo, Benedita Lima Kecek, Berenice C.Villela de Oliveira, Camila de Moraes Barreto, Carmen Luzia Chaves, Cleide de Freitas Cardoso Sales, Cleide Edna Benedita Munhoz, Cleide Rocha Brito Pascualini, Cleusa Cravo Ribeiro da Silva, Conceição Aparecida Gonçalves da Rocha, Cristiane Maria.S.Alcântara, Cristiane Nonaka Udivani, Damaris Costa, Deise Aparecida Viana Crespo, Edileuza da Conceição Silva, Edna Gomes Felício, Edna Maria Perle, Elaine Aparecida Lança Moura, Elaine Ferreira Galvão, Eliane Cristina Tenório Macedo da Silva, Elisabete Cruz S. Naves, Elizabete Stroppa Lima G.de Araújo, Elvane de Lemos Pereira, Elza Pavan, Elza Viana dos Santos, Eugenia Nascimento, Eunice da Silva Carvalho, Maria de Lourdes de Jesus R. Santos, Fábía de Almeida Rodrigues, Fabiana Abade Coelho de Araújo, Fabiana Íris de Carvalho Tanarelli, Fabiano de Assis Gontijo, Thiago Rodrigues Sczcepanik de Moraes, Fabio Rogério Nepomuceno, Fátima Pereira dos Santos, Francisco de Assis Soares da Fonseca, Geraldo Oliveira, Gilson dos Santos, Gracielli Aparecida da Silva Sales, Helena Constantino Atella Pereira, Luana Martins Santos Souza, José Custódio Soares, José Geraldo de Souza, José Reinaldo Miranda de Souza, Judite Rodrigues de Oliveira, Laíde Teruko Ueda, Madalena Elaine Lima Rabelo de Oliveira, Maisa Stivanelli de Moraes, Mara Carlos da Silva, Márcia Cristina da Silva Chaves, Márcia Tamawoki Cardoso, Márcia Vilela de Melo, Maria Ângela Borges, Maria Aparecida da Silva, Maria Aparecida Santiago Maia, Maria Cristina Dantas da Silva Mativi, Maria Cristina Pena, Maria das Dores M. Lehpamer, Maria Lucia de Carvalho Monteiro, Maria Lucia de Oliveira, Maria Rita P.Santana Romano, Maria Sebastina dos Santos, Marina Aceiro Antônio, Marlene Pedro da Silva, Marta Moraes da Silva, Máxima Ferreira Gonçalves, Mônica Cristina B. Pereira, Monica Gomes de Oliveira, Mônica Maria Chaves de Souza, Nanci dos Santos Ribeiro, Neli Mailda Garcia de Melo, Renata Marques da Silva, Renata Vieira dos Santos, Roberto Pereira Silva, Rosana Silva Teixeira de Araújo, Rosangela Lopes da Silva Felix, Rosangela Maria da Silva, Rosani Gomes dos Santos, Sandra Maria Sanches, Sandra Regina da Costa, Shirley de Lourdes Ferreira dos Santos, Sílvia de Melo Santos, Solange Buoso de Carvalho, Sueli Aparecida de Oliveira Melo, Sueli Felix Lopes Pontes, Suzana de Lourdes Barbosa Stanczyk, Tania Cristina Vitória, Thais Guimarães Rodrigues, Valdir Peres, Varla Regina de Olival Pires, Vera Lúcia G.de Almeida, Wendel Luis Maia, Zilda Alves Diogo.

GRUPO 7 – OPOSIÇÃO DE LUTA

Adauto Dias Rosa, Alessandro J. Juns Ginçalves, Alexandra da Silva Faria, Ana Lúcia C. C. Domingues, Ana Luzia M. Carneiro, Ana Maria P. Benevides, Anahi H. Rubin, André Luiz Gandra, Andréa Carla de Oliveira, Angélica B. C. Santos, Anilda de F. Piva, Antônio Arlos de S. Oliveira, Antônio Carlos P.Borges, Camila de Oliveira, Carlos Alberto Campos, Carmelina Branco de Oliveira, Cláudia Maria Chabloz, Cláudio Gomes, Cláudio Marques Neto, Claudio Marques Neto, Daiane da Silva, David Leandro Cavalcante, Donizete A. Sudário, Dorival dos Santos, Edimar P. de Magalhães, Ednéia Mazario da Silva, Eduardo Vaz, Elder Ribeiro Garcia, Eliane Moreira da Silva, Elicia Pereira Lessa, Elizandra K. G. Venâncio, Elza Machado Jordão, Emérson Luis Ribeiro da Silva, Ermelinda Vigilante, Eronilson da Silva Rosa, Fábio Barbosa Venâncio, Fábio Serra da Fonseca, Geraldo A. Neto, Hugo C. de Oliveira, Iolanda Maria Campos, Isabel Cristina Silva, Jane Cristina M. Oishi, José Carlos V. Pinto, Joselias Augusto da Cunha, João Evangelista Domingues, Lúgia M. da Silva de Paula, Lúcia Iara Carvalho Brasil, Luciani Ap. Costa, Lucidema do Nascimento, Luís Eduardo dos Santos, Márcia Pereira de Castro, Márcia Monteiro, Margarida T. U. Abe, Maria aparecida Pereira, Maria Auxiliadora Pontes, Maria Deolinda de Castro, Maria do Rosário P. da Silva, Maria Elaine de Freitas, Maria Fernanda M. Rodrigues, Maria Mendes dos Santos, Maria Tereza Máximo dos Santos Aragão, Marisa Botassi, Marlene R. M. Silva, Marlene K. Casagrande, Marly Miguel, Marta M Kirchleitner, Mauro R. Peinado, Mieko Kurashima Tamura, Mônica dos Santos, Nádia Portela Lopes, Nara Maria F. Fama, Neide P. Silva Nascimento, Norberto Pinto de Carvalho, Osvaldo de Moraes Marques, Osvaldo Siqueira, Patrícia Franco Mendes, Pedro dos Santos, Regina B. dos Santos, Reinaldo Dippong, Renata Câmara dos Santos, Renato Trindade Júnior, Rinaldo Souza Araújo, Rosane Rodrigues, Rosemary A. N. Sena, Rosângela Maria da Silva, Sandra Fontana, Sebastião Eduardo de Lira, Sheila Veroli, Sílvia Helena de Oliveira, Simone Costa Coutinho, Sueli C. Ferreira, Sueli de Souza Santos, Vanessa da Silva, Vera Casseb, Wagner Lopes Nunes da Silva.

GRUPO 8 – ALANI WIDNICZEK, NELSON GALVÃO, ROGÉRIO MARINELLI, SOLANGE SOUZA SANTOS, VALNA WIDNICZEK, CARIN MORAES, FRANCISCO D. DA SILVA, JULIANO GODOI, FLÁVIA ALVES BEZERRA E MARIA DE FÁTIMA DA COSTA

Adalton C. de S. Santos, Aline Moreira Sanches, Ana Cristina de Paula, Ana Maria de C. Morais, Andressa de Paulo Rezende Farias, Antônia Cristina S. Santos, Antônia Eunice Severino, Aparecida Gin, Camila Dias de Oliveira, Carmelita dos S. Leite, Cécera Adriana R. da Costa, Célia Maria L. da Silva, César A. Barris dos Santos, Claudete A. dos Anjos, Claudete Alves da Silva, Cláudia de A. S. Inácio, Cleide J, Mathias, Cristiane Gomes J. Silva, Daiane Luisa G. Presciliano, Daiani M. Vilelc, Dalva de Jesus Viana, Denise Bullava M. Silva, Edeli Gonçalves S., Edson Alberto Giacon, Elisa Cristina de Paz, Elisângela C. R. Santos, Elizabete N. Saravalli, Elizabeth Ignez da Silva, Elza Melo F. da Silva, Enoque de Santana Sousa, Ester C. Moura Massoni, Eunice Francisco Santiago, Fabiana Gomes, Fábio R. C. Soares, Fábíola R. C. Soares, Fátima Gonçalves Correia, Fátima Vasconcelos, Felipe Guedes Leite, Fernanda Dias de Oliveira, Fernando Guimarães Hermann, Flávia Alves Bezerra, Fernando O. dos Santos, Gisele Ap. Peres Oliveira, Gisele da Silva Souza, Gislene Ap. Mishiiak, Helena M. de Oliveira, Helena Pinto Madrado, Helenir Artrais, Heloise P. Martins, Iara Lúcia Marcondes, Inalda Gomes A. Silva, Isabel Cristina Bio, Ivan Américo de Melo, Ivete Oliveira Benite, Jair Dias, Jair Leite Carvalho, Janaina Santos, Joaquim Souza Dias, José Afonso Moreira, José Antônio Nascimento Alfredo, José Rodrigues de Brito, Josefa Alves Salgado, Joseneide R. Tavashita, Josilene C. Bélia Silva, Júlio César dos Santos, Jurandir Carnalho Santos, Kátia Matos Rocha Mineiro, Kátia Isabel Salles de Oliveira, Leonilda de Oliveira Silva, Lígia M. Garcia, Lígia Moro, Lúcia Pereira, Luciana dos Anjos Teixeira, Luciana Góes Fernandes, Luciana I. S. Rodrigues, Luciane S. Souza, Lucimara C. P. Ronqui, Magna Leite de Oliveira, Marcela Massigli, Márcia E. Borges, Márcia Janete Bonfim, Márcio David Jesser, Márcio Tadeu Bertti, Marcos dos Santos, Maria Antonieta Marques Leite, Maria Ap. S. O. Fausto, Maria Augusta Ribeiro, Maria Cecília M. Fernandes, Maria Cristine da Silva Santos, Maria de Fátima B. F. Prado, Maria de Lourdes B. Bernardes, Maria do Carmo O. M. Santos, Maria José Moreira, Maria L. O S. Souza, Maria Luciene de Melo, Maria Márcia Tripodi, Maria Regina S. Guerreira, Marina Ferri, Mário Antônio Reis, Maristela R. S. Moreira, Marli Ap. Gonçalves, Meire Aparecida Mendonça, Meiri Godinho Moreira, Milena Liz Roccia, Milene Santos Alcântara Alves, Miriam Bernardo, Nadir A. Carlos, Neire Soares, Odinir da Silva, Patrícia Marinho B. de Assis, Paulo Roberto da Silva, Paulo Roberto Spina, Penha de Fátima da Silva, Raimundo N. Guedes de Souza, Raquel C. S. Picolini, Regina Alves de O. Silva, Renata B. Miitschelle, Roberto Tavares da Silva, Rosália M. S. de Oliveira, Rosângela da Costa, Roseli aparecida Campanholi, Ruth C. Albuquerque, Sandra R.S.M. Silva, Sebastião Celso F. Amaral, Sidnei Gomes Leal, Silvia Patrícia P. Roth, Silvia Regina de Alencar, Simone Ap. S. Conceição, Sônia R. Claudino, Sônia Regina N. R. Ribeiro, Sonilda Tomaz dos Santos, Sueli a. Novaes, Sueli Ap. Dimas, Sueli M. C. dos Santos, Sueli Ramos, Sueli Viera de Lima Floriano, Tailise Gavioli, Tais Gonçalves Zavão, Taize Grollo de Oliveira, Tânia Mara de Matos, Tereza Guimarães da Silva, Vanessa Monteiro de Figueiredo O. Rocha, Vera Helena Reis Rodrigues, Vera Lúcia de Lima, Vilma Melo Vasques, Vinícius O. de Oliveira, Wenceleslau V. Camargo, Yara Pontes Candeco.

GRUPO 9 – COLETIVO INDEPENDENTE DE LUTA

Adomicio Lopes da Silva, Adriana Teixeira Gomes, Adriana Valéria Batista Medeiros, Agmar Ribeiro Justino dos Santos, Aline Aparecida Perce Eugenio da Silva, Ana Cristina Farias, Ana Lucia Barbosa Cerqueira, Ana Martins Morais de Oliveira, Anay Fernandes Silveira Santana, Andreia Oliveira Paulino dos Santos, Antônio Cassimiro Batista Gomes, Antônio Irenaldo de Melo Ferreira, Antônio Onofre dos Anjos, Arlita Clarice dos Santos Moura, Carla Fernanda Giannasi Muccillo, Célia Pereira da Hora, Cezarina Thereza Salves, Cibeli Aparecida da Silva, Cilene Reimberg de Oliveira, Cíntia Aparecida da Costa Viana, Claudia Maria Carvalho Barbosa, Cleber Bento Cirino, Cleide Simone Maia, Cristiane Aparecida Neves de Melo, Danielle Cristina Fraccaroli, Edivaldo dos Santos Nascimento, Edmilson José da Cruz, Ednaldo de Faria Soares, Eduardo Francisco, Eleiriane Martins Rodrigues, Eliza Ferreira Melo Guedes, Elizama de Souza Sacramento, Emerson Ricardo Vieira de Moraes, Evangelina Marques dos Santos, Fabiana de Sá Teles, Fabíola Ribeiro Sarain, Felício Moura dos Santos, Gislene Ferreira Pontes, Gláucia Maria Noé Nascimento Seawaybr, Idemar Josias da Silva, Isaila Gomes de Loiola, Joana Darc Oliveira de Sousa, João Batista de Sá, Joaquina Maria Ribeiro, José Claudio Cabral dos Anjos, José Maria de Andrade Filho, Karoline Campos Cardoso da Rocha, Katia Clarindo da Silva, Luciana Alves dos Santos, Luciana C. Nascimento Salgueiro, Luciana Dantas Agostinho, Luciane Meire dos Santos, Luciano Augusto da Silva, Luzia da Costa Viana, Mara Teresinha Jonson Silva, Márcia Aurélio Chaves, Márcia Regina de Carvalho Oliveira, Márcia Regina Martins, Marco Antônio dos Santos, Marcondes Ferreira de Macedo, Marcos Paulo Araújo dos Santos, Margareth Pereira da Silva Martins, Margarida Pereira de Lima, Margarida Tomiko da Silva, Maria Aparecida Sanchez Santos, Maria Cristina Oliveira Silva, Maria das Graças de Matos Teixeira, Maria de Fátima da Costa, Maria dos Reis de Jesus Souza Silva, Maria Gomes Pereira, Maria Helena de O. Cruz Vogelsanger, Maria Joseli da Silva, Maria Vilany Rodrigues da Silva, Marizete Aparecida Viana Pontes, Marly de Almeida Lopes, Maurício Rodrigues Ferreira, Meire Ivone de Souza, Miriam dos Santos Mattiuzzi, Nadir Jesus da Silva, Nivaldo Carlos de Freitas, Osenir dos Santos Soares e Silva, Osvaldo Rodrigues de Oliveira, Patrícia Helena Galdino Miyashiro, Paulo Pires dos Santos, Plínio Roberto Zangirolami, Raquel Cristina de Abreu Costa, Regina Celia Caetano Oliveira, Regina Célia Damazio, Renata Vanni, Rosângela Luiza Torres, Rute Santos Queiroz, Sandra Rufino, Selma Aparecida Lisboa, Severina Cardoso da Silva, Silvana Silva Ramos, Sílvia Regina Ribeiro Dubena, Simone Gime-nes Palazzi, Solange Baiezio Silva, Sueli Raymundo da Silva, Tânia Aparecida Conceição Ribeiro, Vanderléa Nunes de Almeida Ferreira, Vânia Maria dos Santos, Vera Lucia Lopes de Assis, Viviane Cristina Calefo Toyama, Walkiria Barbosa da Silva, Zípora Pinheiro de Siqueira Costa.

GRUPO 10 - COLETIVO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

Adriana Beatriz de Oliveira, Adriana Daleffi, Adriana Elizabete de O. V. de Carvalho, Alessandra Carvalho, Alexia Simelmann Quinteros, Alice da Conceição Alves, Anderson Fini, André Luis Pereira dos Santos, Andréa Simone Ladeiro, Ângela Terezinha Gonzales Fuentes Luz, Augusto César Giglio Rocha, Aúrea Maria dos Anjos, Brenda Lee G.M. Oliveira, Carlos Alberto de Oliveira, Carmelena Sanches, Carmina Alves dos Santos, Catarina Lopes S. Souza, Claudia Acorinte da Costa, Claudia Leite de Almeida, Claudia Ramos de Andrade, Cláudio Spilla Filho, Creusa Barbosa de Andrade, Dircelene Palombo Lopes Soares, Edileusa Maciel de Oliveira, Edson Silvino Barbosa da Silva, Emília Rosa da Silva Duarte, Fátima Lourenço, Flademir Batista de Oliveira, Francisco Henrique Álvares, Gisélia Cintra Cordeiro dos Santos, Ivonete Pereira, Izabel Cristiana Braga, Jacinto Donizeti dos Santos, Jair Francisco de Oliveira, Jandira Tavares da Silva, Jenifer Garcia, José Joaquim dos Santos, Juan Francisco Amaral Ramos, Karin Francynii Ccerelle, Kelly Cristina Pereira, Leda Barbosa Souza, Leonice Cunha Oliveira, Lídia Costa Correia da Silva, Liege da Graça Pachione Paschoa, Lígia Cavalcanti da Silva Rodrigues, Lívia Magdalena Ribeiro, Lucicley Alves Correia, Lucimara Aparecida Garcia de Oliveira, Luís Carlos de Freitas, Luiz Gonzaga da Silva Júnior, Marcelino Fernandes, Márcia Lopes de Alencar, Marcos José da Silva, Marcos Vitorino, Maria das Graças Zago, Maria Ângela Reis, Maria Carolina Carnellosi, Maria Ligia Alves Lima, Maria Madalena Brasileiro, Maria Rosa Pereira da Cruz, Maria Alice Carvalho, Maria Aparecida Grin, Maria de Lourdes Santa Cruz, Maria Zeneide Montel da Silva, Marina de Souza Brito, Marina Kazui Yoshikawa, Mércia da Silva Rocha, Mônica Aparecida de Aguiar Quadros, Neuza Prado, Nídia Fernanda Vizioli, Oséia Aparecida Martins, Paulo Sérgio Rocatto, Pérsida Barbosa Furtado, Raimundo Sérgio Souza, Renato Rodrigues, Rogério Marcos de Melo, Ronaldo Pereira, Rosa Aparecida C. Toniette, Rosângela Tomini Barbosa Oresti, Rose Pereira, Roseli Maria Garcia Pinto, Rosemary Teixeira Moreira, Rosemeire Vicentini, Rui Carlos Lopez de Alencar, Ruth Delgado Costa, Sandra Aparecida Pastor, Shizuko Nagamine, Sílvia Elizabeth Viana Vieira, Sílvia Prestes da Silva Silvio de Souza, Solange Maria de Caía, Sônia Maria de Oliveira, Vera Lúcia Felipe Malaquias da Silva, Vladimir Congo, Waldecyr Godóy Martes, Wilma Maria Ferreira de Medeiros, Yone Cerqueira, Yvone Pereira Dias.

